

# 2009

# OBSERVATÓRIO

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO



FUNDAÇÃO AIS

ORGANIZAÇÃO DEPENDENTE DA SANTA SÉ

## ÍNDICE

<b>ARÁBIA SAUDITA</b>	<b>3</b>
<b>ARGÉLIA</b>	<b>8</b>
<b>BOLÍVIA</b>	<b>13</b>
<b>BUTÃO</b>	<b>17</b>
<b>CHINA</b>	<b>20</b>
<b>EGIPTO</b>	<b>34</b>
<b>ERITREIA</b>	<b>38</b>
<b>ÍNDIA</b>	<b>40</b>
<b>IRAQUE</b>	<b>71</b>
<b>PAQUISTÃO</b>	<b>75</b>
<b>SOMÁLIA</b>	<b>82</b>
<b>VENEZUELA</b>	<b>84</b>
<b>VIETNAME</b>	<b>89</b>



# ARÁBIA SAUDITA

A primeira Conferência Islâmica Internacional para o Diálogo teve lugar entre 4 e 6 de Junho de 2008, em Meca, com a participação de cerca de 600 delegados, tanto sunitas com xiitas. Promovida pela Liga Muçulmana Mundial, a conferência foi realizada de modo a unificar as visões das várias escolas teológicas islâmicas sobre os princípios do diálogo com os membros de outras religiões.

No entanto, ainda mesmo antes de esta começar, vinte e dois ulemas sauditas expressaram abertamente a sua oposição à presença de delegados xiitas, criticando, numa declaração *on-line* conjunta, os princípios básicos do Islão Xiita e o papel que os xiitas desempenham no que eles dizem ser a “desestabilização da região e a humilhação dos sunitas”.

Mohammad Ali Taskhiri e Ali Akbar Hashemi Rafsanjani, ambos do Irão, estavam entre os delegados xiitas presentes no evento.

A Liga Muçulmana Mundial, sob o patrocínio do Rei Abdullah, da Arábia Saudita, organizou uma conferência em Madrid, entre os dias 16 e 18 de Julho de 2008, com o objectivo de atenuar as tensões inter-religiosas no mundo, e na qual participaram mais de 300 pessoas de diferentes origens religiosas. Para o Cardeal Jean-Louis Tauran, presidente do Conselho Pon-



**Católicos Baptizados**

923.520

**Superfície**

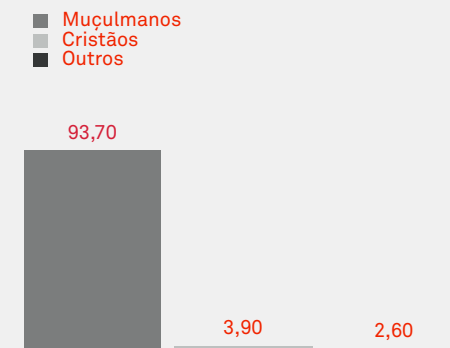
23.680.000

**População**

900.000

**Refugiados**

240.742





tifício para o Diálogo Inter-religioso, a iniciativa, a primeira do gênero levada a cabo por um regente saudita, foi um passo corajoso, especialmente pela presença convidada de muçulmanos xiitas e de judeus, assim como de representantes de religiões não-abraâmicas (budistas, hindus, e outros), as quais são frequentemente menosprezadas nos círculos *Wahhabi* da Arábia Saudita.

De modo significativo, o encontro de Madrid não disse respeito ao diálogo sobre questões “religiosas”, antes se focalizou na procura de uma base comum que permitisse às pessoas trabalharem em conjunto para o bem da sociedade, o que também inclui a luta contra o terrorismo. Os representantes sauditas declararam que Espanha foi seleccionada para local da conferência pelo seu simbolismo e valor enquanto local de encontro entre muçulmanos, judeus e cristãos. Ao mesmo tempo, as suspeitas por parte da comunidade clerical da Arábia Saudita relativamente aos não muçulmanos teriam tornado extremamente difícil a realização do evento na Arábia Saudita, país onde a manifestação pública de outras crenças e o diálogo inter-religioso com os “infiéis” são inaceitáveis aos olhos dos *Wahhabis*.

Mesmo não desistindo dos preceitos e dos princípios do Islão, em Setembro de 2008, o rei voltou a dar ênfase à importân-

cia do “diálogo inter-religioso”. “Nós devemos”, afirmou, “dar importância ao que nos une enquanto seres humanos. Temos mais aspectos em comum do que aspectos que nos dividem”. Mencionou também a conferência inter-religiosa de Madrid, a qual, na sua opinião, abriu “novos horizontes” para negociações cujo objectivo seja a promoção da “coexistência pacífica entre as diferentes comunidades religiosas”.

No dia 14 de Fevereiro de 2009, e pela primeira vez na história do Reino, o rei saudita, Abdullah bin Abdul-Aziz, designou não-*Wahhabis* para o Conselho Superior Ulema, cujo mandato inclui o poder de emitir *fatwas*. O conselho, constituído por vinte e um membros, inclui agora três representantes das escolas Maliki, Shafi e Hanafi (todas sunitas).

### ... E DISCRIMINAÇÃO

Apesar dos sucessivos apelos a favor do desenvolvimento das regiões xiita e ismaelita do Reino (as regiões Oriental e do Sul), membros destes dois grupos sauditas viram os seus direitos serem violados em várias ocasiões e tiveram de sujeitar-se à discriminação. O mesmo é verdade para os trabalhadores estrangeiros cristãos que residem na Arábia Saudita.

No início de Janeiro de 2008, o governador al-Ahsa reuniu cerca de trinta líderes xiitas antes das celebrações da Ashura



(que comemoram o martírio do Imã Hussein), marcadas para se iniciarem no dia 19 de Janeiro, para lhes pedir que não celebrassem o evento em público. Para se assegurarem de que ninguém iria içar uma bandeira em comemoração do aniversário, foram colocadas forças de segurança por toda a região. A mesma proibição foi imposta no 40º dia da Ashura, dia 28 de Fevereiro.

Apesar de se verificar uma pequena melhoria nas atitudes em relação à comunidade ismaelita de Najran, como evidenciado pela eleição do Xeque Masoud al-Haidar para a assembleia municipal em Janeiro de 2008, surgiram mais notícias referindo actos contínuos de perseguição contra crentes ismaelitas (aproximadamente 700 mil em todo o Reino). Um relatório datado de 2008, da *Human Rights Watch*, citou vários ismaelitas que afirmaram terem estado detidos por longos períodos de tempo, por vezes sem julgamento, ou que foram mesmo torturados. No dia 13 de Maio de 2008, a Direcção-Geral de Investigação (*Mabahith*) prendeu Ahmed Turki al-Sa'b. Em Abril, ele e seis outros líderes comunitários tinham apresentado uma lista de exigências ao rei relativas à comunidade ismaelita, incluindo um pedido para a destituição do governador de Najran.

Em Fevereiro de 2008, as autoridades sauditas encerraram a al-Fatimiah Hawza (um seminário ou academia religiosa xiita) na aldeia de al-Bataliah, província de al-Ahsa. A instituição proporcionava educação religiosa a mais de 500 alunas.

Em Março de 2008, o Conselho Consultivo (*Shura*) votou contra uma convenção internacional que tornava ilegal insultar religiões e figuras religiosas, porque reconhecia o Budismo e a fé Baha'i enquanto religiões.

No dia 14 de Março de 2008, o Xeque *Wahhabi* Abdul-Rahman al-Barrak, emitiu uma *fatwa* que exigia que dois escritores, Abdullah bin Bejad al-Otaibi e Yusuf Abal-Kheil, fossem levados a julgamento por apostasia devido aos "artigos heréticos" que escreveram, e que fossem condenados à morte se não se arrependessem. Membro da *Shura*, o Xeque respondia assim a perguntas que os dois escritores tinham feito nas páginas do jornal *Al-Riyadh* sobre a legitimidade de descrever os cristãos e os judeus enquanto "infiéis". Reagindo à situação, Otaibi afirmou que temia pela sua vida e exigiu protecção por parte do Estado. Dez dias depois, o Dr. Abd al-Hamid al-Ansari, um antigo reitor da Faculdade da Sharia na Universidade do Qatar, fez declarações cáusticas relativamente à *fatwa* de al-Barrak.

Em Abril de 2008, dezasseis cristãos asiáticos foram presos, entre os quais três mulheres e duas crianças, por tomarem



parte num serviço de culto na província ocidental. Os homens foram levados para a prisão da esquadra da polícia, enquanto as mulheres e as crianças foram levadas para a secção feminina da prisão central. Foram libertados três dias depois, no seguimento de muita pressão exterior.

No dia 5 de Maio de 2008, o escritor Ra'if Badawi al-Shammari foi acusado de denegrir o Islão num sítio da Internet. Na realidade, tudo o que o sítio da Internet fez foi publicar reclamações sobre abusos perpetrados pela polícia religiosa e sobre a interpretação oficial e *Wahhabi* do Islão. Para evitar uma condenação, Badawi deixou o país.

No dia 23 de Maio de 2008, a polícia religiosa prendeu quinze cristãos indianos na província de Qassim por organizarem um serviço de culto. Durante o raide, o pastor foi maltratado e os livros usados na cerimónia foram confiscados. Os detidos foram entregues aos respectivos mentores nessa mesma noite.

No dia 22 de Junho de 2008, um líder religioso xiita, o Xequê Tawfiq al-Amer, foi preso na província Oriental. O Xequê, que tinha respondido à (acima mencionada) declaração do ulema sunita criticando o Islão xiita, foi libertado depois de uma semana de detenção. Foi novamente preso em Setembro por realizar um serviço religioso xiita, tendo ficado detido durante onze dias.

Também em Junho de 2008, autoridades sauditas encerraram três mesquitas xiitas em al-Khobar porque não “possuíam uma licença oficial”. Uma destas mesquitas foi construída há mais de quarenta anos, enquanto que as outras duas tinham estado activas desde Novembro de 2007, no seguimento de uma ordem verbal emitida pelo príncipe da coroa Sultão bin Abdul-Aziz. Os imãs encarregados das mesquitas – Xequê You-sif al-Mazeni, Sayyed Ali Hashim al-Nasir al-Salman e Sayyed Mohammad Baqir al-Nasir – estiveram também detidos durante algum tempo. A Umm al-Banin Hawza foi também encerrada na cidade de al-Rabi'iah, província de Qatif. A academia era gerida pelo Xequê Ghalib al-Hammad, juiz do tribunal xiita em Qatif. Foi-lhe dito que seria detido se reabrisse o local. A *hawza* xiita na ilha de Tarut, perto de Qatif, foi igualmente encerrada no mesmo mês.

Em Agosto de 2008, Fatima al-Mutairi, uma saudita de 26 anos de idade, foi morta pelo irmão na cidade de Buraida. Aparentemente, o seu “crime” foi a conversão ao Cristianismo. O assassino, que faz parte da polícia religiosa, cortou-lhe em primeiro lugar a língua, “depois de um aceso debate sobre religião”, e então pegou fogo à própria irmã.

O Xequê Tawfiq Alamer, um dos principais imãs de al-Ahsa, foi preso durante mais de dez dias em Setembro de 2008 por

fazer apelos repetidos às autoridades sauditas; neles pedia que a liberdade religiosa fosse garantida aos xiitas.

No início de 2009, assistiu-se ao encerramento de cada vez mais *husseiniyat* (mesquitas e locais de oração xiitas) em muitas cidades na região Oriental de al-Ahsa e sem aviso prévio.

No dia 13 de Janeiro de 2009, Hamoud Saleh al-Amri, de 28 anos, foi preso por escrever no seu blogue que queria tornar-se cristão. Num acontecimento sem precedentes, as autoridades libertaram-no da prisão de Eleisha, no final de Março, em vez de o executarem por apostasia como é exigido por lei. No entanto, proibiram-no de deixar o país ou de aparecer nos meios de comunicação social.

Em Fevereiro de 2009, xiitas protestaram em frente à sede da polícia religiosa em Medina, depois de elementos desta terem gravado peregrinas a rezar em frente de túmulos venerados por xiitas, algo que é considerado blasfemo pelas autoridades. Foram presos cerca de vinte manifestantes. Dez outros xiitas foram presos em Março de 2009 na província Oriental “por distúrbios da ordem pública” relativos ao mesmo protesto.

Em Junho de 2009, o Ministério do Interior saudita publicou os nomes dos 208 membros que formam os treze conselhos regionais do Reino. Mesmo nos casos em que os xiitas estão

em maioria, como acontece na província Oriental, o ministro responsável designou somente um xiita, Ghassan al-Nemer, um famoso homem de negócios de al-Ahsa, em substituição de Almullah Ali, o único xiita com lugar no anterior conselho durante os últimos oito anos.

**Fontes:** *Human Rights Watch, International Christian Concern, Reuters, Memri, Gabinete da Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado Norte-Americano, AsiaNews, Avvenire, e imprensa saudita.*

# ARGÉLIA

As pressões exercidas por grupos extremistas sobre o regime secular – em termos formais – da Argélia, levaram o sistema jurídico a modificar-se gradualmente no sentido de um determinado grau de intolerância religiosa.

Na imprensa argelina surgiram protestos e petições em defesa da liberdade de consciência. Num artigo publicado no *Le Soir d'Algérie* no dia 26 de Maio de 2008, intitulado “A Idade da Inquisição”, Nawel Imès escreveu: “O Islão está a ser usado regularmente como uma característica indelével, com as concessões aos islamistas a serem apresentadas como um mal necessário. A implementação do plano de reconciliação nacional também não ajudou muito. Pior ainda, estamos a assistir a um reavivar da religião. [...] Ao declarar que ‘a sociedade argelina está ligada ao sagrado Alcorão desde que adoptou o Islão, e que o Alcorão representa a Constituição, a qual não pode ser alvo de alterações’, o chefe do Governo, além de violar o princípio da liberdade de consciência, legitimou a política de caça aberta aos não muçulmanos promovida pelo ministro dos Assuntos Religiosos. Em menos de um mês, foi ordenada a cessação de actividades a vinte e cinco comunidades cristãs. Foram processados argelinos convertidos ao Cristianismo e alguns líderes cristãos foram forçados a deixar a Argélia com o fundamento de que representam ‘uma ameaça à segurança nacional’. Situação ainda mais grave, em Tiaret, uma jovem pode vir a ser condenada a três anos de prisão depois de



## Católicos Baptizados

5.000

## Circunscrições Eclesiásticas

4

## Superfície

2.381.741

## População

33.450.000

## Refugiados

94.137

■ Muçulmanos  
■ Cristãos  
■ Outros







ter sido presa na posse de vários exemplares da Bíblia, tendo tal sido o bastante para ser processada.”

Pelo menos doze cristãos e muçulmanos convertidos ao Cristianismo foram processados por violarem o Regulamento 06-03, publicado em Fevereiro de 2006, o qual supervisiona as actividades das religiões diferentes do Islão. O regulamento criminaliza o estímulo, a coerção ou o uso de meios “sedutores” com a finalidade de converter os muçulmanos a outra religião, assim como as actividades religiosas que não são supervisionadas pelo Estado.

No dia 9 de Janeiro de 2008, um padre católico de origem francesa, da diocese de Oran, Pierre Wallez, foi detido durante trinta horas pela *Gendarmerie* de Maghnia por ter sido encontrado a rezar, dois dias depois do Natal, na companhia de vários cristãos camaroneses que estavam a viver numa floresta perto da fronteira entre a Argélia e Marrocos. Em princípio, o Regulamento de 2006 proíbe somente o “culto” fora de uma igreja. Tudo o que este padre fez foi uma visita pastoral a um grupo de cristãos, durante a qual não teve lugar qualquer acto de “culto”. Apenas foi proferida uma oração, como parte das celebrações de Natal. Em 30 de Janeiro de 2008, o Padre Pierre Wallez foi condenado a uma pena suspensa de seis meses, mais tarde reduzida, por recurso, para dois meses com pena suspensa e

uma multa de cerca de 190 euros (20150 dinares argelinos), e isto apesar do facto do sacerdote ter vindo a realizar visitas a imigrantes, precisamente no mesmo lugar, desde há mais de dez anos, com o total conhecimento das autoridades argelinas que tinham sido informadas dessa situação pelo bispo local.

No final de Janeiro de 2008, três convertidos ao Cristianismo, Yousef Ourahmane, Hamid Ramdani e Rachid Esseghir, foram acusados de ofensa à religião e de insulto ao profeta do Islão, condenados a três anos de prisão e também multados. As circunstâncias do seu julgamento permanecem pouco claras, uma vez que os acusados não estavam presentes no tribunal, pois não tinham sido intimados a tal. Apenas um dos três soube da condenação, por acaso, quando se dirigia ao tribunal para obter informação sobre um outro assunto.

Em Fevereiro de 2008, Hugh Johnson, um antigo pastor metodista americano que morava na Argélia há quarenta e cinco anos, foi informado pelas autoridades argelinas do facto da sua autorização de residência não vir a ser renovada, tendo sido aconselhado a deixar o país. Ninguém deu qualquer razão oficial a Hugh Johnson para a decisão de não renovação dos seus documentos e ele acabaria por deixar o país em Março.

Os membros de uma comunidade cristã em Ouadhia, na província de Tizi Ouzou Wilaya, relataram que, entre Fevereiro e



Abril de 2008, solicitaram por doze vezes a concessão de uma licença, mas as autoridades locais declinaram estes pedidos em todas as ocasiões. Os líderes da Igreja Anglicana e da Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia relataram que os seus pedidos de licença foram protelados por mais de dois anos.

Em Abril de 2008, uma mulher de 37 anos, Habiba Kouider, foi presa num autocarro em Tiaret. Foi acusada de praticar uma religião não muçulmana sem licença. Habiba, que se converteu ao Cristianismo há alguns anos, não foi presa por proselitismo, uma prática que é estritamente proibida no país, mas porque levava consigo dez exemplares do Evangelho. No seu julgamento o advogado de acusação pediu três anos de prisão. O tribunal em Tiaret solicitou, ao invés disso, uma investigação adicional.

A Liga Argelina de Defesa dos Direitos Humanos (LADDH) manifestou-se a favor da decisão do tribunal, referindo que a ré não tinha violado nenhuma lei. “É um bom veredicto”, afirmou o Presidente da Liga, Ghechir Boudjema, à *Radio France Internationale*, “porque acreditamos que a polícia e o Ministério Público cometeram um erro ao levarem Habiba Kouider perante um juiz.” Ghechir Boudjema acrescentou que em parte alguma da lei argelina se afirma que um indivíduo pode ser punido por ter um texto sagrado na sua posse. Os funcionários do tribunal

disseram a Habiba que o processo contra ela seria retirado caso ela regressasse ao Islão.

Ainda em Tiaret, seis protestantes argelinos foram a julgamento, em Junho de 2008, acusados de proselitismo. Ao saírem de uma casa onde se tinham encontrado para rezar, foram presos por praticarem a religião num local sem autorização. O Ministério Público pediu dois anos de prisão. Nos meses mais recentes, as autoridades religiosas argelinas empreenderam uma grande movimentação contra o que apelidam de “campanha de evangelização” por parte de movimentos evangélicos. O ministro dos Assuntos Religiosos da Argélia, Bouabdallah Gholamallah, descreveu os evangélicos como “criminosos”, afirmando que a sua meta é “criar uma minoria (cristã) para favorecer a interferência estrangeira nos assuntos internos da Argélia.” Dos seis réus de Tiaret, dois negaram serem cristãos e foram absolvidos; os outros foram condenados, receberam pena suspensa e foram multados.

No dia 16 de Junho de 2008, o jornal *El Echorouk al-Youmi* citou o ministro dos Assuntos Religiosos como tendo afirmado que a evangelização era o novo terrorismo. Numa entrevista publicada no *L'Expression*, no dia 12 de Fevereiro de 2008, sobre os esforços empreendidos no país para converter os muçulmanos



ao Cristianismo, o ministro afirmou que também o proselitismo era idêntico ao terrorismo.

No dia 2 de Julho de 2008, um tribunal em Tissemsilt, cidade do Sudoeste, condenou Rachid Mohammed Seghir e Jamal Dahmani, ambos protestantes convertidos, a seis meses de prisão e a uma multa de cem mil dinares (cerca de 930 euros) por distribuírem publicações cristãs “que procuram debilitar a fé dos muçulmanos.”

O assassinato, ocorrido em Março de 1996, em Tibherine, de sete monges Trapistas ainda se encontra envolto em mistério. Ao que parece, a sua morte foi o resultado de uma operação falhada por parte do exército argelino e não de um acto perpetrado por islamistas armados, como foi reivindicado durante os últimos treze anos. A surpreendente nova versão dos acontecimentos, que surgiu no *Le Figaro* e noutros jornais franceses, foi apresentada pelo general francês François Buchwalter, actualmente já aposentado e que era na ocasião o adido militar na Embaixada de França na Argélia. Um antigo membro do exército argelino, cujo irmão esteve envolvido na operação militar que terminou com a morte dos monges, confidenciou-lhe o que aconteceu. De acordo com a versão oficial, os sete monges foram sequestrados na noite de 26 para 27 de Março de 1996 do mosteiro de Notre Dame de l’Atlas,

por membros do Grupo Islâmico Armado (GIA) para serem usados com moeda de troca para o resgate de militantes que se encontravam encarcerados. No entanto, a troca nunca foi levada a cabo e os monges foram encontrados decapitados no dia 23 de Maio. De acordo com a fonte do General Buchwalter, os acontecimentos sucederam de forma bastante diferente. Ao viajar de helicóptero, uma patrulha do exército argelino envolvida numa operação anti-terrorista, numa zona deserta entre Blida e Médéa, encontraram e dispararam contra o que acreditaram ser uma posição mantida por militantes jihadistas. Uma vez no terreno, os soldados perceberam que tinham, ao invés, acabado de matar sete monges. Para esconder o que tinha acontecido, decidiram decapitar os homens mortos, esconder os seus corpos e atribuir a culpa ao GIA.

O mais inquietante é o facto de que o General Buchwalter enviou um relatório ao chefe do Estado-Maior francês e um outro ao embaixador francês alguns dias após o funeral dos monges, no qual retransmitiu informação sobre o que lhe tinha sido contado em relação aos acontecimentos que na realidade tiveram lugar. Estes relatórios nunca tiveram seguimento e, aparentemente, foi solicitado ao general que mantivesse o silêncio para evitar repercussões nas relações então complexas entre a França e a Argélia. Treze anos depois, o General



Buchwalter testemunhou perante o juiz encarregado do anti-terrorismo, Marc Trévidic, o qual viria a solicitar que o selo de segredo de Estado sobre o que aconteceu em Tibherine fosse retirado.

## ISLÃO

No dia 22 de Maio de 2008, o primeiro-ministro declarou publicamente que “o Alcorão é a constituição da sociedade argelina... e que tal nunca iria mudar.”

Em Maio de 2008, violentos confrontos que duraram vários dias eclodiram em Berriane, uma cidade de cerca de 35.000 pessoas situada na região do Saara do Norte. Foram despole-tados por uma rivalidade étnico-religiosa existente há muito entre os árabes e os mozabitas; estes últimos são berberes nativos do vale de M'zab onde Berriane fica situada. Durante os últimos vinte anos, os confrontos entre os dois grupos têm tido com frequência um carácter violento. Os mozabitas praticam o ramo ibadi do Islão enquanto que a maioria dos argelinos é muçulmana sunita da escola Maliki. Um representante da comunidade de mozabitas de Berriane afirmou: “Temos de transmitir aos nossos filhos uma cultura de respeito pelas diferenças. Nós somos argelinos e a Constituição protege o nosso direito de praticar livremente a nossa fé.”

Dez homens foram julgados em dois processos separados, em Setembro de 2008, por terem quebrado publicamente o jejum durante o Ramadão. Seis deles foram inicialmente condenados com base no Artigo 144º (b) (2) do Código Penal da Argélia (sobre insultos ao Islão) e condenados a quatro anos de prisão, assim como a pesadas multas (cerca de 1200 euros), mas seriam mais tarde absolvidos num tribunal de apelo em Biskra. Os restantes quatro foram condenados a três anos de prisão e multados por um tribunal em Beir Mourad Rais, uma sentença que acabaria por ser reduzida a dois meses de pena suspensa depois da apresentação de um recurso em Novembro.

# BOLÍVIA

A anterior Constituição da Bolívia declarava, no seu Artigo 3º: “O Estado reconhece e apoia a religião católica, apostólica e romana. Garante o exercício público de todas as outras fés. As relações com a Igreja Católica serão regidas através de concordatas e acordos entre o Estado Boliviano e a Santa Sé”.

Este artigo foi emendado pelo referendo de Fevereiro deste ano e substituído pelo Artigo 4º da nova Constituição que declara ao invés: “O Estado garante e respeita a liberdade de religião e de convicções espirituais de acordo com as suas visões do cosmos. O Estado é independente da religião”.

O Governo de Evo Morales fez do reconhecimento da importância das convicções indígenas uma das suas preocupações fundamentais e, no preâmbulo à Constituição, a Bolívia é refundada “com a força do nosso Pachamama e graças a Deus.” Ao mesmo tempo, durante as celebrações oficiais que marcaram a aprovação pelo referendo que emendou a Constituição, um *yatiri* (um sacerdote tradicional aimará) imolou o feto de um lama como oferenda ao Pachamama.



## Católicos Baptizados

8.019.000

## Circunscrições Eclesiásticas

18

## Superfície

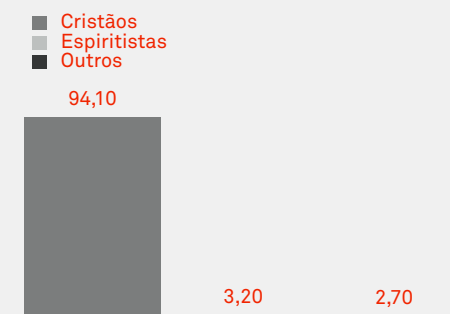
1.098.581

## População

9.630.000

## Refugiados

632





## CATÓLICOS

As relações entre a Igreja Católica e Evo Morales deterioraram-se. Falando publicamente durante uma celebração para marcar o 200º aniversário da cidade de La Paz, o presidente declarou que alguns dos líderes da Igreja Católica na América estavam a usar a prece enquanto “anestésico” para dominar as pessoas, acrescentando que quando não as conseguem dominar através da lei, usam a prece, e quando não as conseguem humilhar e dominar com a prece, viram-se para as armas<sup>1</sup>.

Ainda assim, para a Igreja Católica, os principais problemas não vieram directamente do Governo mas sim de conflitos mais generalizados despoletados por grupos violentos. Assim, por exemplo, em Maio, um “grupo de bairro” (*junta de vecinos*), na cidade de Villa Ingenio, decidiu que a igreja católica local não estava a cumprir nenhuma função social importante e determinaram a sua substituição por um centro de saúde (embora já existisse um centro idêntico a apenas alguns quarteirões de distância). Atacaram e ocuparam a igreja enquanto esta estava a ser usada por um grupo de crentes para uma sessão de catequese. Gritando insultos contra a

Igreja, ameaçaram dinamitar o edifício para forçar o padre da paróquia a assinar uma folha de papel que lhes cedia o local. De seguida trouxeram de imediato maquinaria pesada, providenciada pelo presidente da câmara local, e demoliram a capela e os edifícios adjacentes que eram usados para seminários e aulas de catequese. Pilharam, inclusivamente, o que sobrou depois da demolição. Uma vez que os terrenos foram reclamados pela comunidade, o presidente da câmara e os membros da comunidade insistiram em como os iriam usar para construir o centro, apesar do facto de a cidade já possuir um centro médico não muito longe da capela demolida. Por esta razão existem poucas dúvidas de que a demolição foi realizada acima de tudo por razões políticas. Depois deste incidente, ocorreram outros actos de ataque e apreensão de propriedades da Igreja na mesma região.

Tal como declarou o Cardeal Terrazas, presidente da conferência episcopal boliviana, “Se se reivindica que existe liberdade de culto na Bolívia, então também se deveria respeitar o modo como os católicos veneram Deus<sup>2</sup>”.

Apesar disto, a mesma situação voltou a acontecer em Julho numa outra localidade. Em Apolo, uma pequena cidade no

<sup>1</sup> Gramunt de Moragas, José. Don Evo no quiere a los obispos. *La Razón*. (22 de Julho de 2009) Fonte: [www.la-razon.com](http://www.la-razon.com)

<sup>2</sup> El cardenal exige respeto a la fe y a la libertad de religión. *La Razón*. (11 de Maio de 2009). Fonte: [www.la-razon.com](http://www.la-razon.com)



departamento de La Paz, um grupo de *campesinos* invadiu e ocupou os terrenos do convento de Nuestra Señora de Nazaret, o qual alberga onze religiosas cistercienses. Os *campesinos* tinham decidido que os treze hectares ocupados pelo convento dentro da área urbana não cumpriam qualquer função social, pois as religiosas, segundo afirmavam, não produziam nem cultivavam nada nestes terrenos. Por essa razão, deitaram abaixo os muros circundantes do convento e ocuparam os terrenos, abrigando-se em tendas de plástico. Em seguida começaram a manifestar-se diariamente na praça da cidade, exigindo que o município legitimasse a sua ocupação. O presidente da câmara já declarou que pretende emitir uma resolução favorável à causa dos ocupantes. A madre superiora da congregação protestou alegando que as autoridades locais se limitaram a abandoná-las. E o vice-ministro do Ministério do Interior limitou-se a sugerir às religiosas que elas deveriam proceder legalmente contra os ocupantes ilegais e que, depois disso, a polícia agiria de acordo com a decisão do juiz. Mas, na realidade, existem apenas quatro polícias para os 3.000 mil habitantes desta cidade, por isso na prática eles nada poderiam fazer<sup>3</sup>. Além destas ameaças às propriedades da Igreja, ocorreram também ataques pesso-

ais. Em Maio, uma multidão de cerca de 150 pessoas atacou o Arcebispo Tito Solari na praça principal de Cochabamba, desrespeitando-o e insultando-o por ele ser padre. Ameaçaram linchá-lo, acusaram-no de ser um estrangeiro (ele é italiano) e gritaram-lhe para que devolvesse o ouro que a Igreja lhes tinha “roubado há 500 anos”<sup>4</sup>.

Em Abril, foram lançadas barras de dinamite contra a porta da Casa do Arcebispo, em Santa Cruz, residência do Cardeal Julio Terrazas. Um grupo terrorista separatista foi dado como responsável. No entanto, ninguém ficou ferido e o cardeal não se encontrava na sua residência.

No contexto de tais ataques à segurança pessoal de sacerdotes e religiosos e à propriedade da Igreja, vale a pena recordar o recente “acordo base” sobre a cooperação entre a Igreja e o Estado, assinado no dia 20 de Agosto pelo ministro dos Negócios Estrangeiros boliviano e pelo Cardeal Terrazas enquanto representante da conferência episcopal. Ao abrigo deste acordo, o Estado reconhece os direitos da Igreja sobre os seus próprios bens e promete facilitar a importação dos materiais e dos equipamentos necessários para desenvolver os programas de assistência social em que ela está empe-

<sup>3</sup> Campesinos toman terreno de la Iglesia Católica en Apolo. *La Razón*. (29 de Julho de 2009). Fonte: [www.la-razon.com](http://www.la-razon.com)

<sup>4</sup> Romay, Guido. Intolerancia extrema. *Los Tiempos*. (19 de Maio de 2009). Fonte: [www.lostiempos.com](http://www.lostiempos.com)



nhada. O Estado reconheceu também o direito da Igreja a administrar os seus próprios bens no contexto das actividades desenvolvidas no país<sup>5</sup>.

O documento declara que a Igreja irá continuar a gerir todos os seus variados programas no âmbito da educação, da saúde, da assistência social e dos meios de comunicação social. Actualmente, a Igreja da Bolívia é responsável pela manutenção de 1.500 escolas, 600 centros de saúde, 300 centros sociais, 200 projectos nos meios de comunicação social, e cinquenta programas de produção, de acordo com a informação providenciada pela conferência episcopal<sup>6</sup>. Ao abrigo deste acordo, a Igreja compromete-se a ajudar os sectores mais necessitados da população através destes programas. O Chanceler Choquehuanca declarou que este era um exemplo de como o Governo estava a agir com o devido respeito pela liberdade religiosa e, de um modo privilegiado, com respeito ao sistema educativo.

---

<sup>5</sup> El Estado admite derecho propietario de la Iglesia. *La Razón*. (21 de Agosto de 2009). Fonte: [www.la-razon.com](http://www.la-razon.com)

<sup>6</sup> Gramunt de Moragas, José. Convenio marco. *La Razón*. (23 de Agosto de 2009). Fonte: [www.la-razon.com](http://www.la-razon.com)



# BUTÃO

Em Dezembro de 2007, depois de cem anos de monarquia absoluta, o Butão realizou as suas primeiras eleições democráticas. Em Novembro de 2008, Jigme Khesar Namgyel, filho do rei Jigme Singhye Wangchuck (que abdicou em 2006), transformou o país numa monarquia parlamentar.

Em 2008, o país alcançou outro marco histórico quando ratificou a sua nova constituição. Segundo as novas leis, “o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião” é garantido a todos os cidadãos do Butão (Artigo 7º, Secção 4ª).

Apesar destas mudanças, que foram louvadas pela comunidade internacional, as restrições permaneceram para as pessoas de estratos sociais inferiores, para os não budistas e para as pessoas que não pertencem ao grupo étnico dominante, Bhutia.

De acordo com a nova Constituição, o Budismo Mahayana continua a ser a religião de Estado e apenas os budistas butaneses desfrutam de todos os direitos. O Hinduísmo praticado pela minoria nepalesa limita-se a ser tolerado pelas autoridades. Os membros de outros grupos religiosos, em particular os cristãos, continuam a ser vítimas de “ataques e prisões arbitrárias”, apesar de tais medidas serem proibidas pela nova Constituição.



## Católicos Baptizados

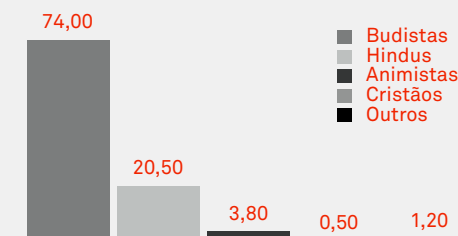
1.000

## Superfície

47.000

## População

2.451.000





Para Karma Duphto, secretário do Congresso Nacional Druk, um movimento político butanês que actua no exílio, o processo de democratização é apenas “uma fachada” e só existe “no papel”. A Constituição garante muitos direitos, incluindo o de liberdade religiosa, mas, na prática, os direitos são violados.

A liberdade religiosa, proposta em 2005, “esteve ausente até à promulgação da Constituição no ano passado, mas”, mesmo actualmente, “nunca podemos ter a certeza se a provisão constitucional que garante a liberdade de religião será cumprida (ver o artigo *Democratisation in Bhutan all for show, exiled Bhutanese dissident says*, em *asianews.it*, 17 de Setembro de 2009).

O sistema legal ainda depende da Coroa e do Governo.

## HINDUS

A discriminação sofrida pelos Lhotshampas, hindus de origem nepalesa que habitam as planícies no Sul do Butão, revela que não houve grandes mudanças com o fim do antigo regime. Embora representem aproximadamente 35% da população do Butão, a representação nepalesa hindu na Assembleia Nacional é limitada a 19% (nove assentos de entre os quarenta e sete existentes), ligeiramente mais elevada do que os 11%

que detinham sob o sistema antigo (dezasseis assentos de entre os 151 existentes) (ver *State of Democracy in Bhutan*, *apfanews.com*, 16 de Abril de 2009).

Um número não especificado de líderes e de dissidentes, em especial de hindus Lhotshampas, encontra-se actualmente a cumprir sentenças que vão desde os quinze anos até à prisão perpétua. Antes das eleições de 2007, foram acusados de actividades subversivas (ver *Democratisation in Bhutan...*, *op. cit.*).

O novo Governo do Butão enfrenta outro grande problema, o de 110.000 nepaleses expulsos nos anos noventa do século passado e confinados, durante os últimos dezassete anos, a campos de refugiados no Nepal Oriental, à espera de regressar ao Butão, algo que foi impossível até agora (ver *Nepal, Bhutanese refugees ask new king for end of exile*, em *asianews.it*, 7 de Novembro de 2008).

## CRISTÃOS

Tal como acontecia sob o antigo sistema do Butão, o novo regime democrático do país continua a proibir as missas e as orações em público, permitindo-as apenas em habitações privadas. As autoridades recusaram-se a conceder vistos de entrada a padres estrangeiros e têm sido firmes na sua opo-



sição à construção de edifícios religiosos cristãos. A falta de padres e de lugares de culto tem sido o factor determinante no impedimento da expansão do Catolicismo.

Segundo os dados disponíveis, existem apenas algumas comunidades protestantes, mas mesmo estas foram forçadas à clandestinidade porque as autoridades continuam a acusá-las de proselitismo (ver *Christians Attacked in Bhutan*, *gfa.org*, 15 de Abril de 2009).

No dia 16 de Novembro de 2008, a associação cristã “O Evangelho para a Ásia” protestou contra a prisão de Rana, uma jovem protestante butanesa, oriunda de uma pequena aldeia no distrito de Samtse. No dia 15 de Novembro de 2008, a polícia deteve a jovem porque ela se encontrava a explicar a religião cristã aos seus conterrâneos.

Quando a polícia revistou os seus sacos, encontraram uma cópia do Evangelho. Foi o bastante para arrastarem a jovem para a esquadra central da polícia, onde foi presa e interrogada. Até este momento, nada se sabe sobre a sentença ou sobre quando poderá vir a ser libertada.

Dois anos antes, ela fora presa, em conjunto com outros protestantes, por razões idênticas. Depois de alguns meses na prisão, foi libertada mas não foi autorizada a viajar até às

aldeias do distrito em posse do Evangelho ou de qualquer outra publicação religiosa (ver *Two Missionaries in Danger*, em *gfa.org*, 12 de Novembro de 2008).

# CHINA

O ano de 2008 foi o ano dos Jogos Olímpicos de Pequim e foi também o ano mais “difícil” para a liberdade religiosa, segundo declarações de um protestante chinês. O Governo chinês tentou projectar, a nível internacional, uma imagem pública de abertura, uma imagem cheia de sorrisos, especialmente para com as religiões oficiais (e controladas pelo Estado) mas, na realidade, atacou fortemente todas as religiões, em particular as religiões não oficiais, impondo um forte controlo e levando a cabo muitas detenções dos seus membros. A presença de tantos convidados internacionais foi usada para justificar controlos sufocantes em nome de uma maior segurança. Uma ideologia orientada para a segurança e disseminada por todo o lado foi violentamente imposta aos budistas tibetanos e aos muçulmanos Uyghur no Tibete e em Xinjiang, esmagando toda e qualquer forma de liberdade religiosa.

## CATÓLICOS

Além das formas habituais de controlo exercidas sobre as actividades religiosas da Igreja oficial, as autoridades foram muito rígidas ao longo de 2008, com fortes limitações à liberdade religiosa.



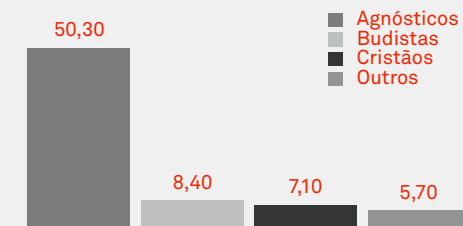
**Católicos Baptizados**  
8000000 (valor estimado)

**Circunscrições Eclesiásticas**  
290

**Superfície**  
9.560.175

**População**  
1.330.297.000

**Refugiados**  
301.078





## PEREGRINAÇÃO A NOSSA SENHORA DE SHESHAN

De acordo com as directrizes definidas pelo Papa Bento XVI na sua carta aos católicos chineses (Junho de 2007), o dia 24 de Maio é o Dia Mundial da Oração na China. É também o dia das festividades de Nossa Senhora de Sheshan, um santuário nacional localizado a algumas dezenas de quilómetros de Xangai. Por tradição, nesse dia, cerca de 200 mil católicos oficiais ou clandestinos deslocam-se de toda a China em peregrinação até ao santuário.

Temendo que neste ano a peregrinação se pudesse tornar um sinal de unidade com o Papa e um local onde a unidade da Igreja na China pudesse ser exibida, as autoridades locais e as Associações Patrióticas apenas permitiram aos padres e às religiosas da diocese de Xangai tomarem parte no evento, proibindo os católicos comuns e os membros de outras comunidades chinesas de tomarem igualmente parte no evento. Somente 2.500 fiéis conseguiriam acabar por chegar ao santuário mariano no dia 24 de Maio.

De modo a fazer cumprir as interdições e as proibições, em algumas dioceses a polícia deteve ou prendeu alguns sacerdotes, tanto oficiais como clandestinos. De acordo com notícias que chegaram à *AsiaNews* (31 de Maio de 2008), o Monsenhor Joseph Fan Zhongliang, o Bispo clandestino de Xangai e todos

os seus padres clandestinos, foram colocados sob vigilância apertada ou sob prisão domiciliária no início de Maio para impedir que se deslocassem ao santuário.

Cerca de dez padres clandestinos e oficiais em Zhengding (Shijiazhuang, Hebei) foram presos no dia 23 de Maio e só foram libertados depois de 25 de Maio. Alguns foram forçados a “fazer uma viagem” na companhia da polícia ou obrigados a permanecer em casa ou num hotel.

Os padres da Igreja oficial na diocese de Shanbei (Shanxi) foram forçados a “fazer uma viagem” a um templo budista em Shanxi, com início no dia 23 de Maio. Não lhes permitiram voltar às suas dioceses antes do dia 25 de Maio.

Os padres da diocese de Hohhot (Mongólia interior) foram obrigados a encontrarem-se com a polícia. Um funcionário da Agência dos Assuntos Religiosos ordenou-lhes que “não respondessem ao apelo do Papa de Roma”; proibiu-os também de realizar qualquer oração pública em nome da Igreja, na China, no dia 24 de Maio.

Na diocese de Taiyuan (Shanxi), o Santuário de Nossa Senhora das Graças (Bansishan), um destino de peregrinação tradicional, foi encerrado pelo Governo local. No dia 24 de Maio, milhares de polícias bloquearam a estrada de acesso ao



santuário e forçaram os peregrinos a ir para casa. De acordo com testemunhas oculares, as forças policiais excederam grandemente em número os peregrinos.

Os padres da diocese de Xuanhua (Hebei) foram ameaçados com “sérias consequências” se ousassem realizar qualquer actividade religiosa no dia 24 de Maio. O mesmo foi feito aos padres clandestinos de Linqing (Shandong).

Os estrangeiros foram também banidos de Sheshan. A cerca de oitenta católicos de Hong Kong não foi permitido ir mais além do que Xangai. A diocese de Hong Kong tinha planeado originalmente a peregrinação de cerca de 1.000 pessoas no dia 24 de Maio, mas as dificuldades e os obstáculos colocados pelo Governo local levaram o Cardeal Zen a cancelar oficialmente a peregrinação. Apesar disto, oitenta membros da diocese viajaram para Nanjing, e depois Xangai. Dali, tinham esperança de conseguir uma autorização para viajarem até Sheshan. Pelo contrário, o grupo foi detido e nem sequer foi autorizado a assistir à missa em nenhuma igreja de Xangai. A polícia e a Agência de Assuntos Religiosos ameaçaram revogar a licença de que a agência de viagens que organizou a viagem necessita para operar na China.

## JOGOS OLÍMPICOS

Durante os Jogos, foi criada uma área reservada para a espiritualidade e a oração na Aldeia Olímpica. Incluía um recinto partilhado para os católicos e os protestantes, um para os budistas e os muçulmanos, e um para os judeus e os hindus. Tiveram um cuidado especial na preparação dos alimentos de acordo com as exigências, religiosas ou não, dos atletas. Isto significou providenciar refeições vegetarianas, kosher, halal e de outros tipos. Algumas delegações puderam ter um capelão a celebrar missa, a encontrar-se com os fiéis, a falar livremente, etc. Em algumas cerimónias, os crentes estrangeiros e os chineses chegaram mesmo a misturar-se. Dado o grande número de turistas estrangeiros, os capelães estrangeiros celebraram missas em alemão e italiano nas igrejas de São Salvador (Bei Tang) e São José (Dong Tang). Tudo isto terminou com o fim dos Jogos Olímpicos.

Neste curto período, tanto as igrejas oficiais como as clandestinas tiveram de se submeter a regras especiais por causa dos Jogos. Mesmo antes destes começaram, os padres e os bispos da Igreja oficial receberam cartas e advertências, dizendo-lhes para evitarem eventos ou reuniões especiais. Se algumas actividades já tivessem sido organizadas, elas não podiam envolver mais de 200 pessoas e tinham de durar



o menor tempo possível. Com medo de reter os membros das suas congregações durante muito tempo, alguns padres preferiram não proferir a homilia, mesmo aos domingos.

Algumas fontes contaram à *AsiaNews* (20 de Agosto de 2008) que a situação da Igreja clandestina era, de longe, bastante pior. Além dos bispos que tinham desaparecido há vários anos, muitos outros bispos e padres clandestinos foram colocados sob prisão domiciliária nas semanas anteriores aos Jogos. Disseram a muitos crentes que não realizassem nenhuma reunião durante este período, caso contrário “existiriam consequências depois dos Jogos Olímpicos”.

Em Hebei, o Monsenhor Julius Jia Zhiguo, o Bispo de Zhengding, que está sob vigilância permanente, foi colocado sob vigilância de 24 sobre 24 horas. A polícia ergueu mesmo uma pequena cabana em frente à casa do prelado, onde, em turnos alternados, conseguiam mantê-lo debaixo de vigia constante, não lhe permitindo encontrar-se com ninguém.

Em Tianjin, os bispos e padres clandestinos estão em prisão domiciliária. Ameaçados com pesadas multas, os fiéis foram “convidados” a não dar guarida a nenhum padre clandestino. Em várias regiões, comunidades que normalmente organizam peregrinações de Verão e cursos de catecismo para jovens foram forçadas a cancelar todos os seus planos. Outros padres

foram “aconselhados” pela polícia a irem de férias, de modo a estarem longe das suas comunidades.

O Monsenhor John Tong, Bispo Auxiliar de Hong Kong, foi convidado para os Jogos. Ele quis aproveitar esta oportunidade para conhecer o novo Arcebispo de Pequim, Monsenhor Joseph Li Shan, mas foi-lhe dito que isso seria “inconveniente” (*asianews.it*, 12 de Agosto de 2008)

O Monsenhor Tong declarou à *AsiaNews*: “Eu queria aproveitar a oportunidade para me encontrar pela primeira vez com o Arcebispo de Pequim, Joseph Li Shan. Perguntei a alguns padres que tinham estudado teologia em Hong Kong se o podia fazer, mas depois de alguma pesquisa eles responderam-me que seria ‘inconveniente’ visitá-lo, e que esperavam que ‘eu entendesse’. Apesar desta situação, pude pelo menos cumprimentá-lo por telefone, embora, com medo de que a linha estivesse a ser escutada, a nossa conversa tenha sido um pouco vaga. Disse-lhe que o apoiamos e que rezamos pela sua diocese. Através desses padres, enviei-lhe um presente de dois paramentos para as celebrações eucarísticas, em sinal de fraternidade”.

Sob pressão internacional, a China foi forçada a abrir-se e a permitir aos meios de comunicação social estrangeiros ter ligações à BBC, à Amnistia Internacional e ao *Hong Kong Apple*



*Daily*, mas a censura só foi levantada na Aldeia Olímpica, não na China como um todo.

Alguns sítios da Web católicos e internacionais foram bloqueados, incluindo a Rádio Vaticano ([www.radiovaticana.org](http://www.radiovaticana.org)), os da Diocese de Hong Kong ([www.catholic.org.hk](http://www.catholic.org.hk)), o sítio da Web dos Jesuítas de Macau e Hong Kong ([www.jesuitas.org.hk](http://www.jesuitas.org.hk)), o da Sociedade para as Missões Estrangeiras de Paris, em Singapura ([www.zhonglian.org](http://www.zhonglian.org)), o sítio da Igreja Coreana ([www.chonjinam.or.kr](http://www.chonjinam.or.kr)), um sítio da Web católico na Malásia (<http://www.evland.com/bbs>) e o *AsiaNews* ([www.asianews.it](http://www.asianews.it)) (ver *asianews.it*, 3 de Agosto de 2008).

## BISPOS PRESOS OU DESAPARECIDOS

No dia 24 de Agosto, algumas horas antes do fim dos Jogos, houve um momento de tensão quando o Monsenhor Jia Zhiguo foi levado para um local secreto. Seria mais tarde libertado aquando do término dos Jogos Paraolímpicos, no dia 18 de Setembro.

Alguns fiéis declararam que foi levado para Zhengding (a aproximadamente 300 km de Pequim) para o impedir de falar com jornalistas ou membros de grupos representativos de pessoas com deficiências durante os Jogos Paraolímpicos, que se realizaram entre 6 e 17 de Setembro. O Monsenhor Jia

Zhiguo é conhecido em todo o mundo por ter criado um abrigo na sua diocese que é neste momento o lar de uma centena de crianças; algumas delas são meninas bebés abandonadas pelos pais por causa de uma preferência tradicional pelos meninos, outras têm deficiências e por esta razão foram também abandonadas pelas respectivas famílias. Antes de tudo isto, no dia da Assunção (15 de Agosto), membros da sua congregação desafiaram a proibição policial sobre reuniões e sobre contactos com o Monsenhor Jia Zhiguo, e apareceram em grande número, aproximadamente 1.000 pessoas, na igreja onde ele se encontrava a celebrar a missa matutina (*asianews.it*, 21 de Agosto de 2008).

Na China, vários sacerdotes continuam desaparecidos ou sob prisão:

- Monsenhor James Su Zhimin (diocese de Baoding, Hebei), de 76 anos, foi preso e desapareceu em 1996. Em Novembro de 2003, foi visto num hospital gerido pela polícia em Baoding, onde foi tratado devido a problemas de coração e de visão. Alguns dias mais tarde voltou a desaparecer;
- Monsenhor Cosma Shi Enxiang (diocese de Yixian, Hebei), de 87 anos. Preso no dia 13 de Abril de 2001. O Monsenhor Shi foi ordenado bispo em 1982 e já passou cerca de trinta anos na prisão. A última vez que foi preso foi em Dezembro





de 1990, tendo sido libertado em 1993. Depois disso, viveu em isolamento obrigatório até à sua mais recente detenção;

- Pelo menos oito padres em Hebei estão presos ou em campos de concentração, incluindo o administrador da diocese de Baoding, Padre Joseph Lu Genjun, de 49 anos, que foi preso no dia 18 de Fevereiro de 2006 juntamente com o Padre Paul Huo Junlong, de 54 anos. Ambos estão presos em locais desconhecidos, sem acusação formada ou julgamento.

## RELAÇÕES COM A SANTA SÉ

Em 2008, vários factores indicaram que uma aproximação entre Pequim e a Santa Sé era possível:

- não foi efectuada nenhuma nomeação episcopal ilegal (ou seja, sem a permissão da Santa Sé);
- a Embaixada da China em Itália patrocinou um concerto no Vaticano no dia 7 de Maio;
- por várias vezes, Bento XVI desejou boa sorte à China e ao povo chinês para os Jogos Olímpicos.

Apesar disto, houve também sinais negativos:

- o Vaticano aprovou a nomeação de vários bispos, mas nenhum recebeu luz verde da Associação Patriótica;
- numa entrevista ao jornal *Nanfang Ribao* (13 de Março de 2008), o director da Agência de Assuntos Religiosos, Ye Xiaowen, acusou Bento XVI e a sua carta de fazer voltar o tempo atrás, ao “colonialismo”, de querer tomar o controlo da Igreja Chinesa e de se aliar à Formosa (Taiwan). Por esta razão, pediu um “patriotismo” (independência) mais forte da Igreja Chinesa face à Santa Sé (ver [asianews.it](http://asianews.it), 22 de Fevereiro de 2008 e 21 de Março de 2008). Um mês antes, em entrevistas durante a sua visita aos EUA, afirmara que o Vaticano e a China se encontravam mais próximos de estabelecer relações diplomáticas.

Depois dos Jogos Olímpicos, mas antes do Sínodo realizado em Roma sobre a Palavra de Deus, o Vaticano anunciou que tinham sido convidados bispos chineses para a assembleia episcopal, mas nenhum deles compareceu.

O Papa convidara quatro bispos do continente para o sínodo, mas a Associação Patriótica, cuja missão é criar uma Igreja nacional separada de Roma, disse que Ma Ying Lin, o Bispo patriótico de Kunming, deveria juntar-se a estes quatro.



Ordenado em 2006 sem a aprovação da Santa Sé, ele encontra-se numa situação de excomunhão *latae sententiae*. Porém, “nenhuma solução foi alcançada em conjunto com as autoridades chinesas”, declarou o Gabinete de Imprensa do Vaticano, para explicar a ausência dos bispos (*asianews.it*, 26 de Outubro de 2008).

### APROPRIAÇÃO DE EDIFÍCIOS E DE TERRENOS DA IGREJA

A apropriação de bens e de terrenos da Igreja para uso privado por parte de membros das Associações Patrióticas continuou a acontecer durante este ano. Refere-se em seguida um episódio entre muitos outros.

Em Nanle, uma cidade de 650 mil habitantes na província de Henan, na fronteira com o Hebei, membros da comunidade católica local, aproximadamente 2.000 ao todo, fizeram um apelo para que fosse feita justiça contra uma anterior dirigente da Associação Patriótica que tem andado a tomar decisões na Igreja local, confiscando terrenos e casas na paróquia, maltratando o padre local e os membros da sua congregação. Os católicos acusam-na de ir contra o programa de Hu Jintao de “construção de uma sociedade harmoniosa”. Pretendem que o Governo intervenha, mas as autoridades nada fizeram até ao momento (ver *asianews.it*, 19 de Novembro de 2008).

De acordo com dados cedidos pelo Centro de Estudos do Espírito Santo de Hong Kong, a Associação Patriótica e a Agência de Assuntos Religiosos apoderaram-se ilegalmente de bens no valor de quase 130 mil milhões de Yuan (quase 13 mil milhões de Euros).

### PROTESTANTES

Em 2008, continuou a campanha contra as comunidades protestantes clandestinas. De acordo com estimativas conservadoras, existem cerca de cinquenta milhões de protestantes no país.

A campanha procura absorver estas comunidades no Movimento das Três Autonomias, o organismo oficial, controlado pelo Governo, para os protestantes, ou a sua supressão.

### JOGOS OLÍMPICOS

A repressão anti-protestantes intensificou-se durante o período Olímpico. O Reverendo Zhang Mingxuan, presidente da (não oficial) Aliança das Igrejas Domésticas Chinesas, afirmou que 2008 foi um ano difícil para a sua comunidade. A repressão contra as Igrejas clandestinas foi maior do que no passado



por causa dos Jogos Olímpicos (*South China Morning Post*, 21 de Julho de 2008).

Zhang e a sua esposa doente, Xie Fenglan, foram detidos e levados de Pequim durante os Jogos Olímpicos. Em Junho de 2008, Zhang foi colocado em prisão domiciliária durante um dia depois de se ter encontrado com os congressistas dos EUA Frank Wolf e Christopher Smith. Foi mais tarde preso durante 31 horas para o impedir de se encontrar com Bastiaan Belder, um membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu.

No dia 5 de Julho, a sua igreja doméstica foi encerrada e invadida, muito embora a polícia tivesse prometido que a sua congregação se poderia continuar a encontrar ali com a condição de que ele não assistisse às missas.

O rigoroso tratamento proporcionado às Igrejas não registadas (clandestinas) acompanha uma certa abertura face às Igrejas registadas oficialmente.

Antes dos Jogos – e tal aconteceu pela primeira vez desde 1949 – o Governo construiu duas novas igrejas, uma delas a igreja cristã Haidian, bastante moderna. Situada em Zhongguancun (Pequim), pretende demonstrar aos turistas estrangeiros que o país desfruta de liberdade religiosa. As autoridades também

doaram 50 mil yuan a cada igreja oficial para melhoramentos. Fizeram ofertas semelhantes aos templos budistas e taoístas.

Porém, enquanto tudo isto acontecia, igrejas domésticas, cada uma com mais de 1000 membros, estavam a ser fechadas por toda a Pequim imediatamente antes de os Jogos começarem, segundo relatou Yu Jie, um escritor dissidente cristão. De modo semelhante, muitos crentes foram ameaçados ou presos; outros foram enviados para “campos de trabalho de reeducação” (*asianews.it*, 21 de Julho de 2008).

No final de Dezembro, bulldozers e escavadoras avançaram para demolir o Centro de Reabilitação de Droga Fuyin em Yunnan, uma organização gerida por protestantes (*asianews.it*, 16 de Janeiro de 2009).

## DETENÇÕES E PRISÕES

No dia 12 de Outubro de 2008, Zhu Baoguo, pastor de uma igreja doméstica em Henan, foi condenado a um ano num “campo de trabalho de reeducação” por pertencer a um “culto maléfico”, um grupo religioso considerado perigoso para a sociedade e para os seus praticantes (Associação *China Aid*, citada em *asianews.it*, 19 de Novembro de 2008).



Em Dezembro de 2008, Shu Wenxiang, Xie Zhenji e Tang Houyong, foram presos no município de Taikang (Henan); os três são líderes de igrejas domésticas não oficiais. Acusados de proselitismo, foram condenados a um ano num “campo de trabalho de reeducação”. Tiveram três meses para recorrer da decisão, mas o seu advogado, o Dr. Chenglian, de Zhoukou (Henan), não foi autorizado a interpor recurso dentro do prazo. De acordo com as regras da Ordem de Advogados, estes necessitam de uma licença especial para representarem membros de grupos religiosos ilegais (ver Associação *China Aid* e *asianews.it*, 16 de Janeiro de 2009).

Em Pequim, no final de Dezembro de 2008, Hua Zaichen, de 91 anos, estava a morrer e quis ver a sua esposa, Shuang Shuying, de 79 anos, que estava a cumprir uma sentença de prisão que terminaria no dia 9 de Fevereiro de 2009. Ambos foram alvo de perseguição pelo seu trabalho cristão em favor dos perseguidos, como também por serem os pais do Reverendo Hua Huiqi, um sacerdote protestante que também se encontra detido.

A *China Aid* declarou que as autoridades disseram à esposa que “se o marido dela morresse antes dessa altura, lhe permitiriam ver o seu corpo durante dez minutos [...] acorrentada, algemada e agrilhoadada [...] usando o seu uniforme de prisio-

neira”. Ela foi presa por “danos intencionais a propriedades”. A sua condenação tem origem num incidente que ocorreu em Fevereiro de 2007. Quando ela se dirigia a um escritório da Agência de Segurança Pública para indagar sobre o seu filho, um veículo desta mesma agência quase embateu nela. Para se proteger do carro, ela agarrou na bengala e atingiu o veículo. Recebeu uma condenação de dois anos por essa atitude (*Radio Free China*, 15 de Janeiro de 2009).

### DISSIDENTES PROTESTANTES PRESOS E CONDENADOS

A perseguição levada a cabo pelo regime chinês assumiu uma nova faceta quando começou a ter como alvos activistas, advogados de direitos humanos, académicos, profissionais e figuras da sociedade civil.

O Governo parece estar empenhado em parar qualquer tipo de actividade dos cidadãos (em nome dos agricultores que perderam os seus terrenos, contra empresas que poluem terrenos e rios, ou envolvendo indivíduos responsáveis pelas escolas mal construídas que ruíram durante o terramoto de Sichuan, etc.). Alguns activistas são cristãos (católicos e protestantes) que encontram na sua fé uma base espiritual para a demanda de justiça.



Para o regime, a ligação entre fé e direitos humanos, Cristianismo e dissidência, representa um perigo. Para os líderes chineses, o grande medo é que a religião se possa tornar um canal para o descontentamento popular e transformar-se num movimento imparável.

## HU JIA

No dia 4 de Abril de 2008, o Tribunal Popular Intermediário de Pequim condenou Hu Jia, um famoso activista dos direitos humanos, de religião protestante, a três anos e meio de prisão por ter “incitado à subversão contra o poder estatal”.

Hu, de 35 anos, é conhecido na China pelas suas batalhas em nome de pacientes com SIDA e pelo seu trabalho contra a difusão do vírus HIV. Conduziu também a luta pelo desenvolvimento democrático da China, pela liberdade religiosa absoluta e por mudanças das políticas relativas ao Tibete, que considera “deveria ser livre de decidir o seu próprio futuro”.

Ele tornou-se uma figura central entre os dissidentes chineses, compilando artigos, preparando recursos legais e proporcionando à comunidade internacional informação sobre o que os outros oponentes do regime chinês têm vindo a fazer. Cooperou com os meios de comunicação estrangeiros e com

embaixadas, fornecendo informação sobre a violação dos direitos humanos por parte do Partido Comunista.

## LIU XIAOBO

Liu Xiaobo, um intelectual próximo dos círculos protestantes, foi preso no dia 8 de Dezembro de 2008. Possivelmente o autor da “Carta 08”, foi uma das primeiras 300 pessoas que a assinaram. O documento é uma declaração que foi publicada *on-line* no início de Dezembro para comemorar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A “Carta 08” é baseada na “Carta 77”, uma declaração assinada por intelectuais e activistas checos e eslovacos em 1977, na qual pediam ao Governo que respeitasse os direitos humanos.

Além de várias liberdades, o documento pede o reconhecimento explícito da total liberdade religiosa. Para este efeito, a Carta pede a “separação entre religião e Estado” porque “não deve existir nenhuma interferência governamental nas actividades religiosas pacíficas. Devemos abolir quaisquer leis, regulamentos ou regras locais que limitem ou suprimam a liberdade religiosa dos cidadãos. Devemos abolir o actual sistema que exige que os grupos religiosos (e os seus locais de culto) adquiram aprovação oficial com antecedência”.



Segundo as regras existentes na China, os grupos não registados (leia-se: ilegais) são discriminados, em comparação com os grupos registados. De acordo com a Carta, tais regras deveriam ser substituídas por “um sistema no qual o registo é opcional e, para os que escolherem registar-se, automático” (ver *asianews.it*, 10 de Dezembro de 2008). O acesso ao manifesto *on-line* acabaria por ser bloqueado.

## TIBETE – BUDISTAS

Nos meses que antecederam os Jogos, Pequim suprimiu o maior movimento de protesto sobre o Tibete nos últimos dezanove anos. Foi morto um enorme número de pessoas e muitas mais foram presas.

No dia 10 de Março de 2008, algumas centenas de monges budistas tomaram parte num protesto pacífico em Lhasa para exigir a libertação de colegas monges que estavam detidos há já um ano.

No mesmo dia, manifestações a favor do Dalai Lama surgiram em pelo menos vinte dos municípios da China, em províncias como Qinghai, Sichuan, Gansu e Yunnan, que têm grandes populações tibetanas.

Tal aconteceu neste dia, 10 de Março, porque se assinalava o 49º aniversário da fuga do Dalai Lama de Lhasa e da repressão militar de 1959 por parte da China aquando da insurreição do Tibete.

No passado, manifestações breves e pacíficas tiveram lugar todos os anos para marcar aquela data. Desta vez elas duraram vários dias e sem nenhuma acção por parte da polícia chinesa.

No dia 14 de Março, uma manifestação descontrolou-se em Lhasa quando jovens tibetanos se juntaram aos monges no seu protesto; os jovens tibetanos iniciaram os confrontos com a polícia e atacaram lojas de chineses. Fizeram-se detenções e algumas pessoas foram mortas.

Rapidamente as autoridades chinesas isolaram a capital tibetana, espalharam tanques pela cidade e proibiram os estrangeiros de lá entrar. Numa sucessão de relatórios contraditórios, as autoridades relataram a morte de dezoito civis chineses e de um agente da polícia, mas nada mencionaram quanto ao número de tibetanos mortos. O Governo tibetano no exílio declarou que foram mortos pelo menos 130 monges e jovens estudantes (ver *asianews.it*, 18 de Março de 2008). Nas províncias que limitam a Região Autónoma do Tibete, o desassossego continuou, com as autoridades a imporem a violência e a levarem a cabo muitas prisões.



Embora Pequim impedisse os meios de comunicação social e diplomatas neutros estrangeiros de visitar a província problemática, provas fotográficas e depoimentos de testemunhas oculares chegaram ao conhecimento do Governo tibetano no exílio, detalhando os assassinatos, as prisões e as buscas levadas a cabo em mosteiros e casas.

A China respondeu à situação acusando o Dalai Lama, líder do Budismo tibetano, de planejar a desordem de modo a minar a imagem de Pequim e dos Jogos Olímpicos.

O Dalai Lama, que nunca se opôs os Jogos Olímpicos de Pequim, pediu à comunidade internacional que conduzisse uma investigação independente sobre a violência em Lhasa e apurasse responsabilidades. Por causa do isolamento do Tibete, é neste momento impossível saber o que realmente aconteceu.

## DALAI LAMA

Durante a violenta repressão de Março de 2008, a China lançou um ataque concertado contra o Dalai Lama, acusando-o de trabalhar para a CIA, caracterizando-o como se fosse o diabo a usar o capote de um monge, um subversivo que quer dividir a pátria (AFP e *South China Morning Post*, 19 de Março de 2008). Na realidade, o Dalai Lama deixou de exigir a independência

há muito tempo e procura conseguir um Governo autónomo para o Tibete nos moldes do sistema aplicado a Hong Kong, de “um país, dois sistemas”.

Na sua fúria, Pequim não tem poupado qualquer país que tenha recebido o líder espiritual tibetano, em particular os EUA e os países da União Europeia. Na realidade, apesar de o Dalai Lama se concentrar cada vez mais em assuntos espirituais, Pequim continua a dar ênfase ao seu papel político, criticando todos os que o apoiem.

No entanto, quando a comunidade internacional ameaçou boicotar os Jogos Olímpicos de Pequim, o Governo cedeu e concordou em realizar negociações com o Dalai Lama. Os representantes dos dois lados encontraram-se no dia 30 de Outubro durante alguns dias, mas nada resultou deste encontro.

## DETENÇÕES E CONDENAÇÕES

Vale a pena referir que, além de prender e matar pessoas nas zonas tibetanas em Março de 2008, as autoridades chinesas condenaram oito monges budistas tibetanos a prisão perpétua ou a longas sentenças, imediatamente após o final do Jogos Paraolímpicos no dia 23 de Setembro de 2008, por detonarem um engenho explosivo num edifício governamental no dia 23



de Março na cidade de Gyanbe, a cerca de 1.400 quilómetros a leste de Lhasa.

Os monges, todos eles pertencentes ao Mosteiro de Thangkya (Tongxia em chinês), perto de Gyanbe, foram condenados por um tribunal na prefeitura de Chamdo durante um julgamento secreto. Nenhuma das famílias foi informada, apesar do facto de normalmente ser dada muita publicidade a este tipo de julgamentos.

Fontes relataram à *AsiaNews* que foram violados os princípios básicos de representação legal. Não apenas foram os acusados impossibilitados de ver a sua família, como também lhes foi negado qualquer apoio jurídico durante todo o processo até à leitura da sentença.

No dia 14 de Abril, o *People's Daily* noticiou que todos os monges tinham confessado, mas outras fontes relataram à *AsiaNews* que tal reivindicação “não é credível” e que os religiosos foram com certeza torturados de modo a deles se extrair uma confissão.

O mesmo aconteceu a Tenzin Deleg Rinpoche, um assistente próximo do Dalai Lama, que foi condenado à morte em 2002 sob acusações semelhantes (*asianews.it*, 16 de Dezembro de 2008).

## ISLÃO

Além das restrições habituais impostas aos muçulmanos, a China apertou as medidas de segurança contra o terrorismo em 2008, especialmente em Xinjiang, para “salvaguardar” os Jogos Olímpicos.

No dia 9 de Março, o chefe do partido de Xinjiang, Wang Lequan, avisou, numa conferência de imprensa, que “terroristas, sabotadores e separatistas” seriam “resolutamente castigados; independentemente do grupo étnico a que pertencessem (ver *South China Morning Post*, 10 de Março de 2008) ”.

Wang declarou que a segurança na região seria reforçada para garantir que o terrorismo não prejudicasse os Jogos. “Não temos medo de tais situações. Sem qualquer dúvida, faremos tudo para arrancar essas forças destrutivas pela raiz”.

Na conferência de imprensa, Wang e o presidente de Xinjiang, Nuer Baikeli, referiram algumas acções de sucesso contra o terrorismo. Em Janeiro, o Movimento Islâmico do Turquistão Oriental (os separatistas de Xingjian) estava a planear um ataque durante os Jogos de Pequim, mas foram surpreendidos pelo exército chinês. O grupo inteiro foi dizimado. No começo de Março, a mesma organização tentou abater um avião que fazia a ligação de Urumqi a Pequim. A aeronave





fez uma aterragem de emergência em Lanzhou no dia 7 de Março. No entanto, nenhuma destas reivindicações pôde ser confirmada ou verificada.

Mesmo Rebiya Kadeer, o líder Uyghur no exílio, foi acusado de tentar boicotar os Jogos. “Eles querem atrapalhar este evento, mas tudo isso não passa de uma fantasia. Não terão êxito”, afirmou Wang Lequan.

Na sua guerra contra o terrorismo, Pequim não diferencia entre pedidos para a autonomia e desenvolvimento distinto religioso e cultural Uyghur, e a luta a favor da independência de grupos do Turquistão Oriental.

Na tentativa de manter o controlo dos muçulmanos, as autoridades chinesas introduziram uma série de regras e regulamentos que tornam a vida difícil aos muçulmanos Uyghurs. Por exemplo, os sermões de sexta-feira não podem exceder trinta minutos de duração. Rezar em áreas públicas fora das mesquitas é proibido. Os funcionários públicos não podem ser “forçados” a assistir aos serviços nas mesquitas. Os imãs não podem ensinar o Alcorão em privado. O árabe só pode ser ensinado em algumas escolas públicas. O jejum durante o mês sagrado do Ramadão não é permitido aos estudantes e aos funcionários públicos.

Com carácter rotineiro, as autoridades apreendem os passaportes aos Uyghurs. Qualquer indivíduo que queira ser peregrino da Hajj tem de se juntar aos grupos organizados pelo Governo e pagar 3.700 dólares norte-americanos ou tentar chegar a Meca por via ilegal.

Os candidatos têm de passar por uma análise completa feita pela polícia, incluindo uma investigação sobre a sua capacidade financeira para pagar a viagem (ver *asianews.it*, 21 de Outubro de 2008).

# EGIPTO

No seu 4º Relatório, publicado em Março de 2008, o Conselho Nacional para os Direitos Humanos, uma agência semi-governamental, comunicou que recebeu trinta e cinco queixas por parte de famílias cristãs relativas ao sequestro (ou desaparecimento) das suas filhas. Na sua resposta, o Ministério do Interior egípcio indicou que estas mulheres tinham fugido com homens muçulmanos, ou se tinham convertido “livremente” ao Islão, deixando as suas famílias sem avisar “por terem medo de retaliações”.

Em Janeiro de 2008, peregrinos judeus (principalmente oriundos de Israel) puderam celebrar o festival Abu Hasira, apesar de uma decisão do Supremo Tribunal, datada de 2004, que proíbe este festival anual que é realizado ao pé do túmulo do Rabino Abu Hasira, numa aldeia no delta do Nilo.

O Governo egípcio não reconhece as conversões de muçulmanos ao Cristianismo nem a qualquer outra religião, e a resistência por parte dos funcionários públicos locais a tais conversões – recusando o reconhecimento formal – é tal que se trata de facto de uma proibição.

Na realidade, um conjunto de sentenças do Tribunal Administrativo do Cairo, em Janeiro de 2008, declarou que os Muçulmanos não têm o direito de se converterem a outras religiões e que o princípio da liberdade religiosa não é garantido constitucionalmente para os Baha'is. No dia 29 de Janeiro, o



## Católicos Baptizados

197.000

## Circunscrições Eclesiásticas

15

## Superfície

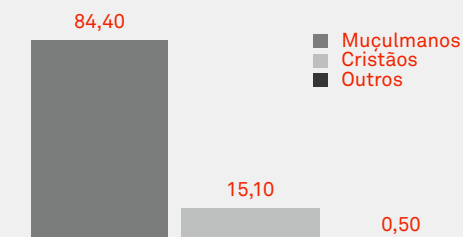
1.001.449

## População

75.510.000

## Refugiados

97.556





tribunal do Cairo deliberou (num caso envolvendo membros da minúscula comunidade Baha'i do país) que, segundo a Constituição, liberdade religiosa significa que os não muçulmanos são livres de se converterem ao Islão ou de continuarem a professar a sua própria religião. Deliberou também que a liberdade de praticar a própria religião não era absoluta, em particular em termos de ordem pública, de moral pública e da proibição dos Muçulmanos se converterem a outras religiões. O parecer definia que os muçulmanos convertidos à fé Baha'i são apóstatas e não podem indicar a sua religião em nenhum documento oficial porque isso é contrário à ordem pública.

No Tribunal do Cairo, no dia 22 de Janeiro de 2008, durante o julgamento de um muçulmano convertido ao Cristianismo, de nome Mohammed Hegazy, um conselheiro jurídico do Papa Shenouda, Naguib Gebrael, que é também presidente da União Egípcia dos Direitos Humanos, foi atacado na sala do tribunal por cerca de cinquenta pessoas, devido ao seu trabalho em defesa da liberdade de consciência no Egipto. O grupo de fanáticos gritou contra ele, dizendo que merecia a morte por defender um apóstata.

Também em Janeiro de 2008, o Supremo Tribunal deliberou que o Ministério do Interior tinha de registar a reconversão

ao Cristianismo de treze cristãos que se tinham convertido ao Islão.

No dia 29 de Janeiro, o Tribunal do Cairo deliberou que o “Cristianismo” fosse novamente acrescentado aos bilhetes de identidade dos requerentes. No entanto, decidiu também que os novos cartões deveria indicar igualmente os seus detentores tinham “anteriormente adoptado o Islão”. Para a *Human Rights Watch* e várias outras ONGs, isto é discriminatório porque irá criar problemas a “esses cidadãos por parte de funcionários públicos extremistas quando virem nos registos que estes cidadãos abandonaram o Islão.”

O Papa da Igreja Ortodoxa Copta, Shenouda III, inaugurou, no dia 20 de Novembro de 2008, a primeira igreja em Tagammu Al-Khamis, um novo bairro do Cairo. No dia 12 de Dezembro, inaugurou a primeira igreja na cidade de Obour.

De acordo com o jornal oficial, o presidente Mubarak assinou vários decretos a autorizar a construção de dez igrejas protestantes, três igrejas coptas e duas igrejas católicas, assim como um cemitério multi-confessional. Nada se sabe sobre o número de pedidos para licenças que foi efectivamente apresentado. Porém, no dia 17 de Fevereiro de 2008, o governador de Assiut declarou que tinha emitido 200 autorizações para renovar um igual número de igrejas.



Na Primavera de 2009, a imprensa egípcia deu a notícia de que o Governo estava a estudar a possibilidade de remover a filiação religiosa dos bilhetes de identidade. As regras existentes só permitem a “admissão” do Islão, do Cristianismo e do Judaísmo. Os Baha’is advogam um regresso às regras antigas; estas davam aos indivíduos a possibilidade de deixar em branco o campo relativo à filiação religiosa.

Num simpósio, um funcionário do partido governante declarou que a decisão do Supremo Tribunal Administrativo era um bom passo na direcção da liberdade religiosa. “A ideia pode enfrentar alguma oposição”, afirmou, “mas vamos continuar a trabalhar na aplicação do conceito de cidadania e no alcance da igualdade entre todos os egípcios.”

## **VIOLÊNCIA ANTI-CRISTÃ**

Várias organizações coptas sedeadas fora do Egipto relataram a ocorrência de mortes e assassinatos de coptas, quase todos deixados impunes. Entre estes contam-se os seguintes casos:

No dia 25 de Fevereiro de 2008, Moa’wad Fadl, um joalheiro de Bashteel, foi morto em pleno dia na sua loja.

No dia 28 de Maio, um outro joalheiro, Makram Galil, de 60 anos, e três dos seus empregados, todos coptas, foram assas-

sinados a tiro em Zeitouna, um bairro na zona Nordeste do Cairo. Os dois assassinos fugiram, aparentemente sem terem roubado nada. A zona é conhecida pela grande concentração de cristãos.

No dia 31 de Maio de 2008, um grupo de muçulmanos armados atacou violentamente o Mosteiro de Abu Fana (Deir Abu Fana), na província de Minya, a cerca de 210 km do Cairo. Os atacantes arrastaram os três monges coptas para fora do edifício e depois espancaram-nos. Acabariam por ser libertados, mas sofreram ferimentos graves. Uma marcha de protesto, formada por cerca de 300 coptas, seguiu-se ao incidente mas foi dispersada pelas forças de segurança. Os atacantes muçulmanos queriam impedir os monges de renovar o mosteiro e de reconstruírem o muro à sua volta.

De acordo com a imprensa local, o Papa Shenouda III aparentemente rejeitou uma proposta de uma reunião de reconciliação. Um jornal copta, *Watani*, relatou no dia 30 de Dezembro de 2007 que um bispo copta declinaria os pedidos oficiais para negociações de reconciliação entre os coptas e os muçulmanos (no seguimento de outro ataque, ocorrido nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2007, desta vez em Esna, contra uma igreja e mais vinte e seis lojas propriedade de coptas) a menos



que os culpados fossem apresentados à justiça e as vítimas devidamente indenizadas.

No dia 16 de Setembro de 2009, em Behmay, Menofia, um ferreiro de 64 anos, Abdo Georgy, foi esfaqueado até à morte, a sangue frio, por um islamista chamado Galal Nasr El-Dardiri.

Em Maio de 2009, o Tribunal Criminal de Guizé condenou dois polícias a apenas cinco anos de prisão por terem empurrado Nasser Gadallah de uma janela, causando a sua morte. Os agentes tinham entrado no apartamento da vítima no dia 7 de Agosto de 2007, para o obrigar a retirar uma queixa que ele apresentara contra um colega, por extorsão.

No dia 4 de Setembro de 2009, um jovem copta de 19 anos, Malak Adel Fawzy, foi morto em Tanta.

No dia 16 de Setembro de 2009, um copta de 63 anos, Abdo George Younan, morreu na aldeia de Bagour depois de um fundamentalista muçulmano, Osama Araban, o ter atropelado com uma motocicleta várias vezes, antes de o decapitar. O assassino dirigiu-se então para Behnay, uma aldeia a 10 km de distância. Aí tentou fazer o mesmo a um outro copta, Adib Boulos. Viajou de seguida para outra aldeia, Mit Afif, onde apunhalou uma terceira vítima, Sobhy Barsum. O atacante foi preso no dia seguinte. Milhares de coptas furiosos, liderados

por muitos padres, assistiram ao funeral de Younan. Felizmente, os outros dois homens salvaram-se milagrosamente.

Fontes: *Relatório Internacional sobre a Liberdade Religiosa 2008* (Departamento de Estado dos Estados Unidos), *The Free Copts*, *Assyrian International News Agency (AINA)*, *Human Rights Watch*, *International Christian Concern*, *Reuters*, *Asia-News*, e *Avvenire*.

# ERITREIA

Nenhuma melhoria foi relatada no país desde a publicação do relatório de 2008.

O regime do presidente Isayas Afeworki tem conduzido uma política implacavelmente repressiva para com os seus opositores, bem como para com as comunidades religiosas, em particular aquelas que não são reconhecidas pelo Estado.

As tendências fundamentalistas são incentivadas no seio da comunidade muçulmana da Eritreia, num país onde o Islão e o Cristianismo possuem representações idênticas, tendo como resultado o desenvolvimento de conflitos inter-religiosos.

Um indicador da gravidade da situação é o número de eritreus que solicitam asilo em países ocidentais.

Os episódios mais graves de 2008 dizem respeito a comunidades cristãs não reconhecidas, enquanto a situação da Igreja Copa permanece a mesma, sobrecarregada com a obrigação do cumprimento do serviço militar por parte dos seus sacerdotes.



## Católicos Baptizados

141.000

## Circunscrições Eclesiásticas

3

## Superfície

117.600

## População

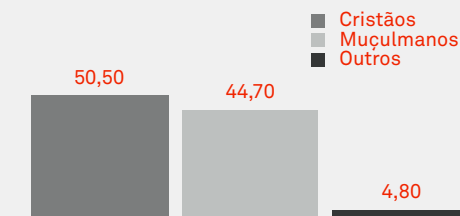
4.595.000

## Refugiados

5.042

## Desalojados

32.000





Em Keren, no dia 28 de Maio de 2008, a polícia prendeu trinta e quatro membros da Igreja Berhane Hiwet, um dos maiores grupos protestantes evangélicos não reconhecidos (*Compass Direct News*).

Na noite de 7 de Setembro de 2008, quando cinco cristãos evangélicos se juntavam para uma oração nas instalações da Igreja do Novo Pacto, em Asmara, a polícia invadiu as instalações e prendeu-os, conforme relatado pela *Compass Direct* no dia 15 de Setembro de 2008. Depois de um dia de detenção, libertaram a única mulher do grupo. Os quatro homens, incluindo o Pastor Yohannes, foram transferidos para o acampamento militar de Adi-Abyto.

No dia 28 de Outubro de 2008, a organização *International Christian Concern* reportou que vinte cristãos da Igreja Missão de Fé tinham sido presos no dia 12 de Outubro de 2008 em Deki-Zeru, uma aldeia a cerca de 30 km da capital.

Os cristãos eritreus continuam a ser alvo das autoridades e a serem presos por causa da sua fé, de acordo com um relatório datado de 30 de Outubro de 2008 da organização *Open Doors USA*. Teklesenbet Gebreab Kiflom, um membro da Igreja do Evangelho Completo que esteve detido durante aproximadamente um ano no Centro de Detenção Militar Wi'a, morreu recentemente de malária. Segundo foi noticiado, sofreu

penas cruéis por parte dos militares, tendo-lhe sido negado o tratamento médico.

Durante o mesmo período, as autoridades prenderam também sessenta e cinco crentes que pertenciam a igrejas domésticas. As detenções foram feitas em cinco locais diferentes, a partir de uma lista de nomes que algumas fontes acreditam ter sido elaborada com recurso a informadores espalhados por todo o país.

De acordo com um relatório datado de 18 de Dezembro de 2008, da organização *Christian Solidarity Worldwide*, uma campanha de prisões em massa iniciada pelas autoridades eritreias em Novembro de 2008 chegou neste momento à cidade capital de Asmara, conduzindo à detenção de aproximadamente uma centena de cristãos, incluindo homens, mulheres e crianças, de uma variedade de confissões religiosas.

A onda de prisões domiciliárias teve início nas cidades do Norte da Eritreia e alastrou às regiões do Sul antes de alcançar a capital no dia 12 de Dezembro de 2008. Foi noticiado que alguns dos cristãos detidos foram, segundo notícias, transferidos para uma instalação militar onde foram alvos de maus tratos graves. Fontes locais indicam que um número não especificado pode ter morrido devido a ferimentos não tratados provocados durante a detenção.

# ÍNDIA

Para a Índia, 2008 foi um ano de martírio. Os cristãos foram vítimas de um pogrom em larga escala. Nalgumas zonas, extremistas hindus perseguiram repetidamente indivíduos, espancando, matando e violando, as suas vítimas; forçando-os a converterem-se e destruindo, matando e violando sistematicamente as suas casas e igrejas; em primeiro lugar e principalmente no estado de Orissa (Índia Oriental), mas também noutros locais.

O que aconteceu foi uma verdadeira perseguição, em conjunto com uma deficiente actuação por parte das autoridades locais, da polícia e do Governo, os quais muitas vezes intervieram muito pouco e muito tarde para parar uma violência e um massacre muito previsíveis e evitáveis. As acções levadas a cabo para processar os culpados e proteger as vítimas, também provaram ser totalmente inadequadas.

Forçados a fugir das suas aldeias nativas, só com a roupa do corpo, os cristãos acabaram por ir parar a campos de refugiados, que normalmente não reúnem os padrões mínimos de higiene e de serviços básicos, e onde continuam a sentir ameaças e abusos por parte de hindus radicais, apesar da presença dos representantes da lei. Agora vai ser importante ver o que as autoridades irão fazer em 2009; se irão ser capazes de fazer parar os actos de violência e os abusos das majorias contra as minorias (por círculos



## Católicos Baptizados

18.408.000

## Circunscrições Eclesiásticas

165

## Superfície

3.287.263

## População

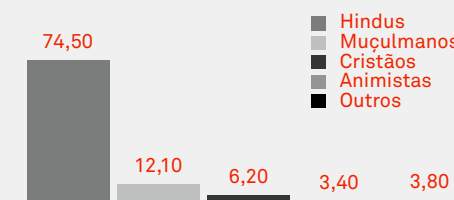
1.117.730.000

## Refugiados

161.537

## Desalojados

600.000







extremistas hindus contra a minoria cristã) e reafirmar que a Índia é realmente a maior democracia do mundo.

A perseguição anti-cristã começou a aumentar em certas áreas de Orissa por altura do Natal de 2007 quando grupos fundamentalistas hindus, como o *Vishva Hindu Parishad* (VHP), organizou a destruição sistemática de propriedades, caças ao homem, violência e assassinatos (para informação mais detalhada, consultar o Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo, 2008).

No início de 2008, a onda de violência tinha retrocedido, mas muitos refugiados cristãos tinham demasiado medo de voltar para as suas aldeias e decidiram viver escondidos nas florestas, sem comida nem abrigo, forçados a beber água de riachos.

Durante os primeiros dias de Janeiro, o Cardeal Telesphore Toppo, presidente da Conferência Episcopal Católica da Índia, depois de visitar a área de Bhubaneswar (Orissa), um dos principais focos da violência, declarou que duas semanas depois dos acontecimentos, “as pessoas ainda estão em estado de choque, a viver em clima de medo e de ansiedade” (*AsiaNews*, 10 de Janeiro de 2008). No final de Janeiro, centenas de famílias continuavam ainda sem casa e, em muitas partes do distrito de Kandhamal, encontrava-se ainda em vigor o recolher obrigatório à noite.

Nos meses seguintes, a violência continuou esporadicamente naquela área e no resto do país. No dia 15 de Maio, cerca de trinta fundamentalistas hindus invadiram o Convento das Irmãs da Apresentação, onde existia um noviciado, e destruíram-no. As irmãs, que trabalham para os pobres da aldeia de Gondarmug (Madhya Pradesh), foram ameaçadas e duas delas espancadas. A estrutura do edifício sofreu danos consideráveis.

Na noite de 16 de Agosto, em Mosalikunta (Madhya Pradesh), um sacerdote carmelita, o Padre Thomas Pandippallyil, de 38 anos, foi assassinado na estrada que liga Lingampet a Yella-reddy, a cerca de noventa quilómetros da capital do distrito.

O corpo foi encontrado na berma da estrada, com a face coberta de feridas, as mãos e as pernas esmagadas, e os olhos arrancados. A sua motocicleta foi encontrada a 1 km de distância do local onde o corpo se encontrava. De acordo com testemunhas, o Padre Thomas celebrara missa em Burgida nessa tarde de sábado antes de se dirigir para outra aldeia no distrito, com o fim de celebrar a missa de domingo. Para o Monsenhor Marampudi Joji, o crime foi o resultado de um clima de “ciúmes para com a Igreja Católica”, cuja única falha é a de ajudar as zonas mais pobres e marginalizadas do país



a desenvolverem-se, ao mesmo tempo que providencia apoio e ajuda às “vítimas da violência e da opressão”.

“Durante décadas, os padres e as religiosas estiveram ao serviço dos menos afortunados na Índia. Isto torna-os o alvo de forças do mal que não querem que os marginalizados e os pobres sejam autónomos nas suas decisões”, declarou o arcebispo.

O Padre Thomas Pandippallyil juntou-se à missão carmelita em Chanda no dia 24 de Junho de 1987 e fez os seus votos em 2002. Durante algum tempo, foi o director da missão CMI da província em Chanda e trabalhou como administrador do hospital, director da escola e director do centro da missão.

Depois do seu brutal assassinato, os líderes da Igreja indiana denunciaram publicamente o agravamento da atmosfera anti-cristã. O Padre Anthoniraj Thumma, secretário executivo da Federação de Igrejas de Andhra Pradesh (APFC), declarou que a área onde o assassinato aconteceu “tinha uma história de violência anti-cristã”, em especial contra instituições cristãs como escolas e hospitais para os pobres, muito impopulares entre aqueles que gerem estabelecimentos com fins lucrativos.

O Monsenhor Raphael Cheenath, Arcebispo de Cuttack-Bhubaneswar, em Orissa, foi muito duro nas suas afirmações

contra as autoridades por estas não terem tomado nenhuma acção legal contra os responsáveis pela violência durante o Natal. Porém, tanto este como outros apelos caíram em saco roto junto das autoridades. Pouco tempo depois foi lançado outro pogrom anti-cristão, mais violento, mais sangrento e mais sistemático do que o do Natal de 2007.

Na noite de sábado, 23 de Agosto, entre as 21h e as 22h, o líder fundamentalista hindu, Swami Lakshmanananda Saraswati, foi morto no seu *ashram*, no distrito de Kandhamal, juntamente com cinco dos seus seguidores. Cerca de vinte homens armados entraram naquele espaço durante uma sessão de ioga e dispararam indiscriminadamente contra os presentes, lançando também granadas.

Lakshmanananda esteve por detrás da violência anti-cristã de Dezembro último. Alguns dias antes, o *swami* recebera ameaças por parte de um grupo maoísta que o queria fora daquela zona, acusando-o de fomentar o conflito étnico-religioso. Ele respondeu organizando um protesto contra os muçulmanos em Jammu-Kashmir. As autoridades seguiram a pista maoísta de imediato, mas uma estação de televisão local noticiou que os assassinos deixaram um bilhete na cena do crime, reivindicando a responsabilidade pelo assassinato



enquanto acto de vingança pelo ataque contra os cristãos de Dezembro último.

Apesar da falta de provas, líderes de grupos hindus radicais culpam de imediato a Igreja pelo assassinato. Embora a polícia expressasse a sua convicção de que o assassinato fora obra de guerrilheiros maoístas, o secretário-geral do VHP, Praveen Togadia, declarou a um jornalista estrangeiro que “a Igreja matou o swami”. Do mesmo modo, o porta-voz do Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), Ram Madhav, declarou à CNN-IBN que “os cristãos estão por detrás dos assassinatos”. Para não ser ultrapassado pelos acontecimentos, Bajrang Dal, líder nacional do Subhash Chavan declarou que “ao culpar os maoístas, a polícia está a tentar esconder a verdade”. Tratou-se do sinal que despoletou a violência que eclodiu no dia 23 de Agosto.

### **“MATEM OS CRISTÃOS E DESTRUAM AS SUAS INSTITUIÇÕES”**

De acordo com fontes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Cuttack-Bhubaneswar, do Conselho Cristão de Toda a Índia e do Conselho Global dos Cristãos Indianos (Protestantes), a nova onda de destruição começou logo ao anoitecer do dia 23 de Agosto, no seguimento da divulgação da notícia sobre a

morte do líder hindu. Um grupo de desordeiros retirou à força, do veículo onde seguiam, duas Irmãs da Congregação do Sangue Preciosíssimo de Jesus Cristo, em Kothaguda, incendiando-o de seguida. O motorista foi barbaramente espancado. Quase ao mesmo tempo, um outro carro que transportava outras religiosas perto de Ainthapally, em Sambalpur, foi obrigado a parar e foi de seguida incendiado.

Gritando “Matem os cristãos e destruam as sua instituições”, milhares de hindus militantes do *Vishva Hindu Parishad* (VHP) atacaram instituições e residências cristãs nos dias 23 e 24 de Agosto, no distrito de Kandhamal, na diocese de Cuttack-Bhubaneswar, que fora cenário de violência em Dezembro de 2007. O centro pastoral da diocese e um centro social em K. Nuagam foram devastados; o mesmo destino tiveram uma igreja e uma residência paroquial em Kandhamal, bem como uma capela em Sundergarh. No dia 24 de Agosto, mais igrejas sofreram ataques; com medo da violência, a maioria dos fiéis manteve-se à distância. Cerca das 17h30, uma turba atacou o Centro Social Jan Vikas, da arquidiocese de Cuttack-Bhubaneswar, queimando carros, motocicletas e todos os seus documentos.

Pelas 18h, a multidão incendiou o centro pastoral em Divya e espancou o seu administrador, o Padre Thomas, enviando-o



para o hospital com lesões graves no crânio. A casa do pároco de Baliguda também ficou debaixo de fogo. Localizada no coração do distrito de Kandhamal, a cidade assistiu à violência entre os dias 24 e 26 de Dezembro de 2007. Os assaltantes danificaram o convento e o centro de boas-vindas adjacente. Ataques semelhantes ocorreram por volta das 18h30 naquela mesma noite, contra a igreja católica de Kanjamedi, e em seguida em mais três igrejas na zona. Naquela noite, doze lojas que pertenciam a Dalits cristãos foram incendiadas.

Nos primeiros dois dias de violência foram atacados e destruídos igrejas, centros pastorais e sociais, conventos e orfanatos, num padrão demasiado abrangente e bem organizado para ter sido verdadeiramente espontâneo. Um grupo de Irmãs da Madre Teresa foi apedrejado, ficando uma das irmãs gravemente ferida.

Militantes hindus atacaram a sé do Arcebispo em Bhubaneswar, mas não ousaram entrar dentro do edifício devido à presença policial.

Não levou muito tempo até que o número de vítimas aumentasse. Na noite de 24 de Agosto, em Tiangia, um católico, Vikram Nayak, foi literalmente feito em pedaços por uma multidão enfurecida. Mais dois católicos foram feridos neste mesmo ataque, morrendo horas depois em consequência dos

ferimentos, sem terem recebido cuidados médicos adequados. Na aldeia na qual o massacre aconteceu, muitas casas católicas foram incendiadas enquanto os residentes fugiam para a floresta.

No distrito de Bargarh, uma multidão de 2.000 fanáticos atacou e destruiu muitas igrejas, separando padres e irmãs. Rajani Majhi, de 21 anos, foi queimada viva ao tentar salvar visitantes do orfanato da missão onde vivia e trabalhava. Em Padampur, o Padre Edward Sequira, que estava presente durante o ataque ao orfanato, ficou em estado crítico. Sofreu queimaduras graves, sobrevivendo por pouco a uma tentativa de o queimarem vivo.

A 25 de Agosto, a igreja e a casa do pároco em Phulbani foram atacadas e, também elas, incendiadas. Todos os padres fugiram, procurando refúgio em casa de membros da sua congregação. O albergue de estudantes de Phulbani foi também incendiado. Algumas religiosas das Missionárias da Caridade, que estavam a estudar medicina em Brahamanigoan, ficaram presas por várias horas na aldeia (*AsiaNews*, 25 de Agosto de 2008).

Em Bhubaneswar (Kandhamal), no dia 25 de Agosto, extremistas hindus violaram a Irmã Meena. Ela era empregada do centro social da arquidiocese de Cuttack-Bhubaneswar. O Padre Thomas Chellan tentou protegê-la, mas foi barbara-



mente espancado. A turba enfurecida incendiou o edifício e discutiu entre si se deveriam queimar também os dois cristãos. Decidiram despi-los e fazê-los desfilar nus pela cidade. Apesar dos pedidos das vítimas, os agentes da polícia que estavam presentes não intervieram. O incidente terminou com os atacantes a entregar o padre e a religiosa à polícia, que os levou.

Houve alguns elementos comuns relativos à violência que atingiu Orissa em Agosto. Em primeiro lugar, as instituições cristãs, fossem elas igrejas, centros sociais, conventos, albergues ou escolas, foram o alvo principal. Em segundo lugar, as autoridades não tomaram nenhuma medida preventiva apesar do facto de líderes cristãos os terem advertido de uma atmosfera cada vez mais definida por intimidações e ameaças. As acusações anti-cristãs feitas por líderes hindus depois do assassinato do *swami* deveriam ter levado as autoridades policiais a perceber que algo de grave poderia acontecer.

Como a polícia não agiu rapidamente, a violência não encontrou resistência. Tudo o que a polícia aparentemente fez foi colocar um agente em cada alvo possível, muito menos do que o que era necessário para deter dezenas de pessoas, se não mais, dispostas a atacar, de acordo com muitos dos comentadores (*AsiaNews*, 25 de Agosto de 2008).

O Padre Chellan, que foi durante sete anos director do Centro Pastoral Divyajyoti, na diocese de Cuttack – Bhubaneswar, dá-nos uma imagem clara do que a inacção da polícia e a descontrolada mas organizada violência desses dias causaram. “A Polícia Armada do Estado de Orissa (OSAP)”, declarou o padre à *AsiaNews*, no dia 3 de Setembro de 2008, “teve agentes em frente ao nosso centro durante mais de um mês, devido a vários incidentes em Tumbudhibandth depois de uma vaca ter sido morta. Quando vi as notícias na televisão do assassinato do Swami Lakshmanananda Saraswati, pedi protecção à OSAP. Eles disseram que não me preocupasse: ‘Nós estamos aqui’, asseguraram-me. No entanto, por volta das 16h30 do dia 24 de Agosto uma enorme multidão aproximou-se do nosso portão gritando palavras de ordem. Temendo pelas nossas vidas, um colega sacerdote, uma irmã e eu tentámos escapar saltando a vedação das traseiras da propriedade. Conseguíamos ouvir os gritos das pessoas, portas a partirem-se, janelas a estilhaçarem-se . . . Depois de algum tempo, vimos fumo e chamas. Sentindo-nos inseguros, fugimos para a floresta, onde permanecemos durante algumas horas. Cerca das 20h, chegámos à casa de Prahlad Pradhan, na aldeia de K. Nua-gaon; ele foi muito amável em receber-nos, oferecendo-nos alimentos e abrigo.”



O sacerdote continuou o seu relato dizendo, “a polícia sabia com antecedência [o que poderia acontecer] e teve quase um dia inteiro para se preparar, desde os primeiros actos de violência no dia 24 de Agosto até à manhã do dia seguinte. Por volta das 9h do dia 25 de Agosto, através da janela do meu quarto, vi uma multidão destruir uma pequena igreja. Apercebendo-se do perigo, Prahlad escondeu-me num anexo e fechou-me lá dentro pelo exterior. Cerca das 13h30, um grupo de quarenta a cinquenta pessoas arrombou a porta e retirou-me de dentro do anexo. Quando me encontrava no exterior reparei que a irmã já se encontrava ao pé da multidão; tinham-na descoberto primeiro. De imediato começaram a espancar-me, removendo à força a minha camisa e o *banyan* (colete). Perguntavam-me continuamente, ‘Porque mataram o Swamiji? Quanto dinheiro pagaram aos assassinos? Por que razão têm feito tantas reuniões no Centro Pastoral?’ Empurrando-nos e puxando-nos, a multidão levou-nos até ao edifício Janavikas do outro lado da rua”.

“Eles estavam armados com *lathis* (tacos compridos e pesados usados em artes marciais), machados, espadas, pés-de-cabra, varas de ferro, foices, etc., e continuaram a espancar-nos dentro do edifício. Eu disse algo na tentativa de os fazer parar e eles atingiram o meu ombro direito com uma barra

de ferro. Levaram-me para o exterior, despejaram querosene por cima de mim e iam acender os fósforos para me pegarem fogo. Nesta altura, um deles sugeriu que me levassem para o meio da rua e me queimassem lá. Arrastaram-nos até à rua onde me fizeram ajoelhar durante dez minutos. Alguém foi à procura de uma corda para nos amarrarem em conjunto e nos queimarem vivos. Decidiram então fazer-nos desfilarmos por Nuagaon, a cerca de meio quilómetro dali. Desfilámos seminus. Disseram-nos para entrelaçar as mãos e andar. Tentaram tirar-nos o resto das nossas roupas, mas de alguma maneira ambos conseguimos resistir. Enquanto caminhávamos, as pessoas não paravam de nos agredir. Alguém gritou insultos contra nós em Malayalam”.

“Quando chegámos a Nuagaon, às 14h30, havia uma dezena de agentes da OSAP num dos lados da estrada. ‘Senhor agente, por favor ajude-nos!’, disse eu a um deles. Assim que disse aquilo, alguém da multidão bateu-me por pedir ajuda. Em relação aos polícias, limitaram-se a estar ali, a observar. Não havia nenhum pessoal da polícia no posto de Nuagaon. A multidão obrigou-nos a sentarmo-nos na berma da estrada. Alguém me deu um pontapé na cara. Depois, uma pessoa que eu conhecia muito bem, um lojista em Nuagaon, foi buscar pneus usados para nos queimarem. A certa altura, a multidão



disse-nos que fôssemos para K. Nuagaon; em conjunto com um dos agentes, fomos levados a um posto da polícia. Ali fui suturado, colocaram-me pensos e aplicaram unguento nas minhas feridas”.

Só nesta altura, a polícia tratou deles, cuidando das suas feridas, e levando-os para um lugar seguro.

A Irmã Meena declarou mais tarde que, depois da violência e do desfile pelas ruas da cidade, “Quando cheguei ao mercado, encontravam-se presentes cerca de dez agentes da OSAP. Fui ter com eles, pedindo-lhes que me protegessem, e sentei-me entre dois polícias, mas eles não se moveram. Alguém da multidão voltou a puxar-me”, sem que a polícia levantasse sequer um dedo.

Cerca das 13h, em Jamai Pariccha, atacaram o director da Gramya Pragati, uma agência católica de assistência social. A sua esposa hindu implorou por clemência para o marido, mas a multidão não quis saber. Os fundamentalistas continuaram a espancá-lo, gritando, “Ele é um cristão e nós vamos matá-lo!” Ele sobreviveu por pouco mas tudo o que possuía, incluindo o seu carro, foi destruído.

Um episódio semelhante ocorreu uma hora mais tarde, por volta das 14h, quando a casa de um professor católico, Puren Nayak,

em Bhudansahi, foi incendiada. Testemunhas lembram-se de mulheres hindus indicando as casas dos cristãos a homens hindus e dando-lhes querosene para atear fogo aos edifícios.

A igreja paroquial em Sankrakhhol sofreu também um ataque. Foi primeiro saqueada e depois incendiada. Alexandar Chandi, o pároco, sobreviveu escondendo-se numa floresta próxima antes que os fundamentalistas o conseguissem apanhar.

O Padre Bernard Digal, que estava de visita a um amigo, também ele sacerdote, foi confrontado com uma turba enfurecida e teve de fugir para salvar a vida. O jipe que conduzia foi destruído. Foi atacado no dia seguinte e enviado para o hospital em situação grave. Apesar dos cuidados médicos que recebeu, acabaria por sucumbir aos ferimentos, depois de muitas semanas, no dia 25 de Outubro.

O Convento de São José foi também atacado e as religiosas residentes tiveram de fugir para a floresta próxima. Cerca das 11h30, foram saqueadas dezassete residências cristãs em Raikia, e os poucos bens dos residentes foram destruídos. Pensa-se que três pessoas terão sufocado até à morte durante o incêndio que consumiu os edifícios.

No dia 25 de Agosto, atacaram mais igrejas no distrito; incluindo a igreja pentecostal de Budamaha, a igreja de Masadkia, a



igreja de Piserma, as igrejas baptista e redentorista em Mondakia, e a igreja de Mdahupanga. Uma patrulha da polícia foi enviada para guardar a igreja de Jeypore que estava a começar a ser atacada. Fontes das forças de segurança disseram que mais de 200 fundamentalistas estavam a preparar-se para o ataque. O pároco e um colega sacerdote fugiram e refugiaram-se em casa de amigos.

Na manhã de 26 de Agosto, a igreja católica e cinco casas cristãs na aldeia de Badimunda foram incendiadas. Um missionário verbita e um jesuíta, os padres Simon Laksa e Xavier Turkey, foram capturados, despidos e espancados, mas conseguiram fugir aos seus captores.

“Em Bakingia, Daniel Naik e Michael Naik e as respectivas famílias, sete pessoas ao todo, foram torturados e mortos pelos fundamentalistas. Foram identificados pelas respectivas roupas. Bakingia encontra-se a apenas cerca de 8 km da esquadra de polícia de Raikia”, declarou Sajan George, presidente do Conselho Global dos Cristãos Indianos (CGCI)

A Irmã M. Suma, uma religiosa das Irmãs da Madre Teresa, estava presente quando tudo aconteceu. Ela afirmou: “As aldeias cristãs estão a ser arrasadas. Religiosas carmelitas apavoradas foram forçadas a fugir do convento para procurar abrigo nos bosques” sem comida, agasalhos, nem mesmo rou-

pas para as proteger do frio. A Irmã Karuna, uma religiosa da Ordem do Preciosíssimo Sangue, que foi uma das primeiras a ser atacada, confirmou que “as pilhagens e os incêndios” continuaram naquela “manhã. Mulheres foram maltratadas e brutalizadas e os extremistas” estavam “a fazer o que queriam com elas” (*AsiaNews*, 27 de Agosto de 2008).

Espalharam-se rumores de que extremistas de outros estados estavam a deslocar-se para Orissa para ajudar os radicais locais. Supremacistas (racistas) Hindutva, de Madhya Pradesh, Karnataka e Maharashtra, chegaram ao distrito de Kandhamal. Alguns cristãos protestantes declararam que o Governo do estado de Chhattisgarh estava a ajudar grupos paramilitares a chegar a Orissa para atacar os cristãos.

A partir desse momento, a polícia começou a agir com mais vigor; um recolher obrigatório foi imposto em todo o distrito de Kandhamal. Colocaram unidades anti-motim em zonas sensíveis como escolas, faculdades e edifícios cristãos, com ordens de disparar contra quem quer que fosse que não respeitasse o recolher obrigatório. Cerca das 21h30 do dia 26 de Agosto, deu-se uma troca de tiros entre fundamentalistas hindus e a polícia, perto da aldeia de Barakhama. Quatro pessoas morreram sob o fogo da polícia.





Apesar da imposição do recolher obrigatório, a violência continuou em Kandhamal e centenas de edifícios e outros bens, propriedade de cristãos, foram destruídos. Muitas igrejas foram danificadas e queimadas. Até mesmo o prestigioso Instituto de Estudos de Gestão, gerido por jesuítas, em Bhubaneswar, foi atingido, mas a rápida acção da polícia impediu a sua destruição.

O Governo de Orissa foi alvo de muitas críticas por pouco ou nada fazer e do que fez tê-lo feito demasiado tarde para conseguir parar uma previsível onda de violência. Durante semanas, o Governo do estado, gerido pelo partido nacionalista hindu *Bharatiya Janata* (BJP), fez tudo o que lhe foi possível para subestimar a extensão do massacre.

No dia em que a violência deflagrou, levando a saques, assassinatos e incêndios, o ministro do Interior, Tarunkanti Mishra, disse aos jornalistas que as manifestações organizadas pelos Sangh Parivar depois da morte do Swami Lakshmanananda eram “na sua quase totalidade pacíficas”.

Durante semanas, altos funcionários do Governo reivindicaram repetidamente que a situação estava “sob controlo”, embora isso não fosse obviamente verdade. Quando a polícia decidiu intervir, apercebeu-se de que as suas movimentações estavam dificultadas, sendo incapaz de chegar a muitas aldeias dis-

tantes porque grupos violentos tinham bloqueado as estradas com troncos de árvores.

A campanha anti-cristã acabaria por se espalhar a outras partes do país. No dia 29 de Agosto, em Madhya Pradesh (Índia central), alguns fanáticos atacaram cinco escolas cristãs e uma igreja em retaliação contra a greve geral lançada pelas escolas cristãs. Os ataques tiveram lugar no distrito de Gwalior (contra três escolas e uma igreja) e Barwani (contra duas escolas), e só a rápida intervenção por parte da polícia conseguiu impedir maiores danos a pessoas e a propriedades.

Em Madhya Pradesh, enquanto os cristãos cumpriam três dias de jejum até ao dia 1 de Setembro pelos seus co-religionários de Orissa, grupos Bajrang Dal organizaram manifestações, queimando efígies de missionários. Começaram também escaramuças com estudantes cristãos, mas a intervenção policial fez com que ninguém se ferisse.

No dia 31 de Agosto, em Chitradurga (Karnataka), um pastor protestante, o Reverendo N. Kumar, da igreja de Sharon, foi espancado imediatamente a seguir à missa de domingo. Um grupo de radicais hindus entrou de rompante na sua igreja, marcando todos os presentes com tinta vermelha como sinal de “reconversão ao Hinduísmo”. A polícia estava presente mas não interveio (*AsiaNews*, 1 de Setembro de 2008). Na manhã



de 7 de Setembro, uma igreja anglicana em Ratlam (Madhya Pradesh) ardeu totalmente.

O CGCI de Sajan K. George declarou que só na área de Davangere (Karnataka), entre Agosto e Setembro, três locais de culto foram forçados a fechar, supostamente por “não terem autorização”. Mesmo quando os sacerdotes pentecostais exibiram todos os documentos necessários, as igrejas permaneceram fechadas. Do mesmo modo, todos os domingos durante o mês de Setembro, extremistas do Sangh Parivar entraram em vários locais de culto, gritando slogans anti-cristãos, espancando os fiéis. Durante vários de tais incidentes, a polícia manteve-se silenciosa e limitou-se a assistir (*AsiaNews*, 12 de Setembro de 2008).

Em Setembro, dezenas de Igrejas cristãs foram destruídas em Mangalore, Udupi e Chikmalagur, assim como em outros distritos de Karnataka (Sudeste da Índia). Embora o recolher obrigatório tivesse sido imposto na área e o direito de ajuntamento tivesse sido suspenso, no dia 15 de Setembro manifestantes hindus saquearam a Igreja de São Sebastião em Permannur, destruindo janelas e mobília.

Armados com paus e pedras, jovens do RSS entraram dentro da Capela da Adoração no Convento de Milagres, que é gerido por Irmãs Clarissas de clausura, e começaram a estilhaçar

tudo. Numa sucessão rápida, destruíram o tabernáculo e as hóstias, o ostensório, um crucifixo, as luzes do Santíssimo, jarras ao redor do altar e algumas estátuas de santos. Alguns fiéis que estavam na capela tentaram fazê-los parar, mas foram espancados e acabaram no hospital. Ataques semelhantes aconteceram em Belthangady, Kodaikal, Kolor, Chickmangalore, Kundapur, Karkal, Koppa, Balehanoor e Moodbidri.

Os cristãos reagiram organizando manifestações para protestar contra os ataques e defender as suas igrejas, mas a polícia interveio e fê-los dispersar. Em Milagres, a polícia espancou alguns dos fiéis, incluindo uma religiosa, que estavam a tentar ir para a igreja para assistir à missa de domingo à noite. A polícia usou também gás lacrimogéneo para dispersar os cristãos (*AsiaNews*, 15 de Setembro de 2008).

Assaltantes desconhecidos atacaram o jardim-de-infância católico de Jaya Mata (distrito de Kasargode, Kerala) na noite de 14 para 15 de Setembro. Um quarto no edifício estava a ser utilizado como capela desde que a igreja da paróquia se encontrava em renovação. Na manhã de 15 de Setembro, o Padre Antony Punnoor encontrou o sinal de entrada, a porta de vidro e as janelas partidas; uma estátua de Nossa Senhora foi desfigurada usando pedras. Também em Karnataka, no dia 14 de Setembro, vinte igrejas cristãs foram pilhadas por



radicais hindus do Sangh Parivar. Os cristãos protestaram contra a polícia, que nada fez para impedir os ataques.

Na noite de 16 de Setembro, o guarda do Convento Carmelita em Banduha (Ujjain, Madhya Pradesh) foi ferido ao proteger as religiosas. Naquela mesma noite em Ujire (Karnataka), a Igreja siro-católica de São Jorge foi destruída e em seguida incendiada. Nas primeiras horas do dia 17 de Setembro, uma imagem da Gruta de Lourdes que se encontrava perto da Igreja de Santa Maria, em Kolar, foi atacada, enquanto a estátua da Virgem e o seu vidro protector foram estilhaçados.

No dia 20 de Setembro, em Bangalore, pilharam a Igreja de São Tiago. Vândalos profanaram as hóstias e danificaram a mobília e os bancos. Outra igreja em Siddapura (distrito de Kodagu) viu as suas janelas serem partidas. No dia 21, ainda em Bangalore, vandalizaram a Igreja do Sagrado Nome de Jesus. Em Kerala, duas das igrejas mais antigas na Índia receberam o mesmo tratamento. No dia 21 de Setembro, uma estátua de Cristo na Igreja de S. Protásio e S. Gervásio (século XVII) foi estilhaçada e retirada do seu entablamento. A igreja pertence ao rito Siro-Malabar. Além disso, a catedral jacobita ali perto, a Igreja la Mar Sabore Afroth, foi danificada; as suas janelas foram partidas e algumas relíquias de São

Paulos Mar Athanasius foram destruídas. A igreja jacobita foi construída no ano de 825.

Orissa permaneceu o foco da violência, sendo as igrejas e as casas os alvos de eleição. As forças de segurança provaram serem incapazes de conter a violência durante todo o mês de Setembro. As destruições, as caças ao homem, os espancamentos selvagens e os assassinatos continuaram a ocorrer. No dia 2 de Setembro, atacaram e incendiaram a igreja católica da aldeia de Kakadabadi. No dia 1 de Setembro, a igreja baptista em Durgaprasad, a igreja católica em Chadiapally e as igrejas católica e baptista em Balligada foram todas destruídas e incendiadas. A igreja católica de Mondasore, uma grande obra de arte construída há um século, foi atacada e incendiada; a casa e o carro do pároco tiveram idêntico destino.

O Padre Dibyasingh Parichha, porta-voz da diocese de Cuttack-Bhubaneswar, declarou que “no dia 14 de Setembro, na aldeia de Makabali, doze casas que pertenciam a cristãos foram incendiadas, mais uma em Debari e uma outra em Murudikupuda. Ontem (15 de Setembro), perto de Raikia, um cristão foi morto” (*AsiaNews*, 16 de Setembro de 2008).

Após a violência cega dos primeiros dias, os grupos fundamentalistas começaram a visitar os cristãos para os forçar a assinar uma declaração na qual afirmavam voltar “livremente”



ao Hinduísmo. A recusa levaria ao espancamento e a ter a casa incendiada. Por vezes, segundo declararam fontes ao *AsiaNews*, como um símbolo da sua “nova vida”, os cristãos eram forçados a queimar as igrejas e as casas de outros cristãos. Como símbolo da sua reconversão, as suas cabeças foram rapadas como as dos *sadhus* (ascetas hindus), ou foram forçados a submeterem-se ao poder da purificação que advém da ingestão de urina de vaca.

Com o passar dos tempos, as destruições tornaram-se mais “inteligentes”. Em vez de incendiarem casas, os fundamentalistas esvaziavam-nas dos seus conteúdos, móveis e outros bens, despedaçando-os. Deste modo, as famílias cristãs ainda ficariam empobrecidas mas não podiam reivindicar indemnizações do Governo, pois esta estava reservada para as vítimas de incêndio premeditado. Isto era também muito mais útil para os fundamentalistas, uma vez que, pela lei da Índia, o incêndio premeditado é punido com penas mais severas (em termos de anos de prisão) do que a destruição de artigos domésticos (*AsiaNews*, 9 de Setembro de 2008).

Em todo o caso, a violência e os assassinatos continuaram sem pausas. No dia 20 de Setembro, foram assassinados e cortados em pedaços Iswar Digal e Purinder Pradhan. Iswar Digal era oriundo da aldeia de Gatringia, no distrito de Kan-

dhamal; foi apanhado no dia 20 de Setembro por um grupo de extremistas hindus quando ele e a sua mulher tentavam fugir para um campo de refugiados. A casa deles foi incendiada. A outra vítima era de Nilungia. O corpo dele foi cortado em pedaços, posto num saco de juta e lançado numa lagoa.

No dia 25 de Setembro, vários incidentes aconteceram em Raikia, Tikabati e G. Udayagiri, distrito de Kandhamal. Grupos de radicais hindus fizeram um cordão com árvores derrubadas em dezenas de ruas, para dificultar o acesso à zona por parte da polícia. Deste modo, eles poderiam continuar com o pogrom anti-cristão.

Naquele mesmo dia na aldeia de Sirsipanga, fundamentalistas hindus incendiaram várias dezenas de casas cristãs. Um grupo de cristãos reagiu e entrou em confronto com os atacantes; a polícia não interveio. Duas pessoas foram feridas, uma com gravidade acabaria por falecer mais tarde no hospital. De acordo com o jornal *The Hindu*, o homem que morreu era um dos fundamentalistas; o outro ferido era um cristão. Porém, o *Times of India* citou um polícia que declarou que o homem que morreu era cristão.

Cerca das 23h no dia 25 de Setembro, uma multidão de cerca de 700 pessoas encheu as ruas, violando o recolher obrigatório imposto pelas autoridades. Armados com machados,



espadas e barras de ferro, atacaram e incendiaram a casa das Missionárias da Caridade, que então se encontrava vazia, na aldeia de Sukananda. O edifício, na posse das Irmãs da Madre Teresa de Calcutá, foi destruído por fanáticos hindus; assim como tudo o resto da propriedade adjacente de cerca de 2 hectares. A igreja local sofreu o mesmo destino, pois a fúria dos atacantes durou até cerca das 2h da madrugada.

Às 4h da madrugada do dia 30 de Setembro, membros de organizações radicais hindus invadiram as aldeias cristãs de Rudangia, Telingia e Gadaguda, todas no bloco G. Udayagiri. As pessoas foram atacadas, ainda enquanto dormiam, com machados, paus, lanças e facas. Uma mulher cristã, Ramani Nayak, foi morta, mas o seu marido e as duas filhas conseguiram escapar. Foram feridas cerca de dez pessoas. Depois de forçar os residentes a fugir, os atacantes invadiram as casas e usaram coquetails Molotov para as incendiar.

Lalji Nayak vivia em Rudangia. Foi torturado para o forçarem a renunciar à sua fé cristã, mas morreu no dia 1 de Outubro em consequência das lesões sofridas. O Padre Manoj Nayak, da residência do bispo em Bhubaneswar, declarou, “eles [os assaltantes radicais hindus] colocaram-lhe uma faca no pescoço e ameaçaram-no de morte se não renunciasse ao Cristianismo, mas Lalji Nayak, embora estivesse a sangrar

com gravidade, recusou abandonar a sua fé. Morreu no hospital no dia 1 de Outubro.”

No dia em que Lalji morreu, foram atacadas pessoas feridas dentro do hospital. O Padre Oscar Tete, superior dos Missionários de Caridade, o ramo masculino da Ordem da Madre Teresa, declarou à *AsiaNews*: “No dia 1 de Outubro, uma multidão entrou no Hospital Governamental de Berhampur, causando um tumulto. Vinham por causa das seis vítimas e só foram” impedidos de prosseguir mesmo antes de “atacarem esses seis pacientes. Os cristãos são agora alvos dentro do próprio hospital do Governo”.

Um grupo de extremistas hindus matou dois cristãos tribais, pai e filho, na noite de 2 para 3 de Outubro, na aldeia de Sindhupanka, distrito de Kandhamal. O nome do homem era Dushashan Majhi, e o do seu filho de 15 anos, Shyam Sunder Majhi. Os dois estavam a dormir no que restava da sua casa, destruída alguns dias antes por radicais hindus. Foram arrastados para o exterior e mortos com um machado.

Dushashan era o líder da comunidade cristã, muito respeitado e influente. Os grupos fundamentalistas têm agora como objectivo principal a eliminação dos líderes comunitários de modo a acabar com as actividades dos cristãos e pôr um fim ao que eles chamam de “conversões forçadas”.



Uma fonte local declarou à *AsiaNews*, “Dushashan era um importante líder comunitário e tinha-se candidatado às eleições para o conselho local da aldeia no ano passado. Recentemente, Dushashan apresentara queixa contra alguns extremistas que tinham incendiado uma igreja na aldeia durante a violência que se seguiu ao assassinato do Swami Lakshmanananda. [...] Estes fundamentalistas”, declarou a fonte, estavam decididos a “terem como objectivo atingir líderes cristãos influentes e eliminá-los de forma sistemática”.

No dia 7 de Outubro, dezenas de cristãos viram as suas casas serem atacadas e incendiadas na aldeia de Sukuli, distrito de Kalahandi (Orissa), que faz fronteira com Kandhamal. Também no dia 7 de Outubro, em Phiringia e Sujeli (G. Udayagiri), mais seis casas foram atacadas e destruídas. No dia 8 de Outubro, na aldeia de Balligada, foram saqueadas e em seguida incendiadas vinte e cinco residências cristãs.

Por causa da dificuldade em coligir os dados, os números oficiais tenderam a subestimar a extensão da violência. Porém, a partir de 20 de Setembro, o Conselho Cristão de Toda a Índia (CCTI) conseguira já recolher a seguinte informação sobre a violência desde que esta deflagrou no dia 24 de Agosto: cinquenta e nove cristãos mortos, 177 igrejas destruídas ou

danificadas, 4.300 casas incendiadas, treze escolas e colégios destruídos, 50 mil refugiados em fuga e 18 mil feridos.

A destruição afectou o país inteiro. Em Orissa, foram destruídas 300 aldeias, 4.300 casas incendiadas, 50 mil pessoas ficaram sem casa; cinquenta e sete pessoas mortas, dez padres, pastores e religiosas feridos; duas mulheres violadas por grupos de malfeitores, 18 mil homens, mulheres e crianças feridos, 149 igrejas destruídas, treze escolas e colégios destruídos.

Em Karnataka, foram atacadas dezanove igrejas e vinte religiosas e leigas foram feridas. Em Kerala, “apenas” três igrejas foram danificadas, mais quatro em Madhya Pradesh. Em Nova Deli, destruíram apenas uma igreja, mas tentativas sem sucesso foram feitas contra mais quatro. Em Tamil Nadu, uma igreja foi atacada. Em Uttar Pradesh, foram assassinados um padre e uma funcionária administrativa.

No final de Novembro, o CCTI relatou que tinham sido assassinados pelo menos 118 cristãos. Aproximadamente 10 mil (especialmente Dalits e tribais) tinham sido forçados a procurar abrigo em campos de refugiados, impossibilitados de voltar para as suas casas, frequentemente destruídas, com medo dos extremistas hindus. Outras fontes sugeriram que o número de mortos estaria na realidade mais próximo dos



500, com muitos corpos a serem enterrados em campas sem marca ou cremados.

No início de Dezembro, o chefe do Governo do Estado de Orissa, em resposta a uma pergunta de legisladores, admitiu a enormidade da destruição que se seguiu à morte do Swami Lakshmanananda. Um relatório provisório assinalou que 4.215 casas e pelo menos 252 igrejas ou outros locais de culto tinham sido incendiados ou destruídos.

A polícia conseguiu pôr fim à maior parte da violência apenas em meados de Outubro; mas o problema deixara completamente de existir em Orissa e noutras partes do país.

Em Tamil Nadu, uma igreja protestante em Coimbatore foi vandalizada no dia 1 de Outubro por grupos de militantes que partiram as janelas com pedras. No dia 12 de Outubro, a Igreja de Santo António em Yedavanahalli, perto de Bangalore (Karnataka), foi incendiada.

No dia 22 de Outubro, grupos de fundamentalistas tentaram incendiar a Igreja da 'Pequena Flor' em Tikamgarh, Madhya Pradesh. No domingo, dia 19 de Outubro, em Gonikopa (distrito de Kodagu, Karnataka), quatro seminaristas da Sociedade Missionária Indiana foram atacados por uma turba de militantes do VHP. Como faziam todos os fins-de-semana,

os seminaristas estavam a visitar as famílias dos trabalhadores dos cafezais. Acusados de “conversão forçada”, foram espancados e arrastados até uma esquadra da polícia. Só a intervenção do Bispo, Monsenhor Thomas Antony Vazhapilly, permitiu a sua saída em liberdade depois de muitas horas de detenção.

No dia 15 de Novembro, às 12h30, um grupo de vinte fundamentalistas hindus do VHP e grupos seus aliados entraram na 'Igreja de Deus' em Bhayander (Mumbai), muito perto da esquadra de polícia de Navgar. De acordo com depoimentos de testemunhas oculares, o grupo declarou que tinha informação específica sobre conversões que estavam a acontecer naquele local. Depois de gritarem ofensas e insultarem os presentes, começaram a espancá-los. Em seguida agarraram o pastor da igreja, o Reverendo Felix Fernandes, empurraram-no, arrancaram-lhe as roupas, espancaram-no até ele perder a consciência, e acabaram por deixá-lo na rua.

Os ataques continuaram também em Orissa. As autoridades locais não os conseguiram parar, dois meses depois de eles terem começado. O Padre Manoj Digal, responsável dos assuntos rurais do centro social da diocese de Cuttack-Bhubaneswar, declarou à *AsiaNews* (20 de Outubro de 2008) que “todas as noites, desafiando o recolher obrigatório imposto das 22h



até às 5h da manhã, grupos de extremistas hindus vagueiam pelas aldeias nestas áreas remotas com lanternas, trazendo a destruição a todos os lugares por onde passam. Na noite de 19 de Outubro, várias casas que pertenciam a cristãos foram incendiadas na área de Ratingia e Kurmingia. As poucas casas que foram poupadas à destruição em Agosto foram agora completamente arrasadas”.

“Depois da destruição física e das vítimas humanas”, acrescentou o padre, era agora “a vez dos animais. Galinhas, cabras, búfalos e bois” foram “roubados. Em várias aldeias, depois da destruição das casas que pertenciam aos cristãos, os extremistas” mataram “as cabras e as galinhas e celebraram no meio das ruínas da aldeia cristã”.

Invasões semelhantes aconteceram no hospital dos Missionários da Caridade (a Ordem da Madre Teresa) em Srasananda. A instituição, que trata pacientes leprosos e com tuberculose, foi destruída por extremistas hindus em Dezembro de 2007. Parcialmente reconstruída, foi novamente atacada em Agosto.

Oscar Lete, o superior da casa, pôde visitar a aldeia e ver o que restava do hospital. “Desta vez”, declarou à *AsiaNews*, “os extremistas destruíram realmente tudo: colchões, travesseiros, persianas, portas, tudo foi destruído. Os animais domésticos

foram roubados, assim como a nossa comida. Ficou tudo desolado e despojado”.

Nesta altura, uma mudança na estratégia estava a caminho. Erradicar completamente a presença de famílias e instituições cristãs da área. Ao destruir casas e todas as outras propriedades, ao saquear e matar o gado, fariam com que fosse altamente improvável que os cristãos voltassem para casa.

“Pelo menos 12 mil cristãos”, declarou o Padre Manoj, “abandonaram os campos de refugiados montados pelo Governo e migraram para os estados fronteiriços onde terão de começar uma vida nova com absolutamente nada, nem mesmo um documento de identificação. É uma tremenda tragédia humana, uma violação extremamente grave dos direitos humanos”.

Os ataques perpetrados pelos fundamentalistas hindus não só são brutais como também cirurgicamente precisos para extirparem o cancro cristão, segundo declarou o Monsenhor Thomas Thiruthalil, Bispo de Balasore e presidente do Conselho dos Bispos Católicos de Orissa, à *AsiaNews* no dia 11 de Novembro de 2008.

“A situação [em Orissa] é precária”, explicou o bispo. “As pessoas têm medo e o medo da violência paira em absoluto; além disso, as pessoas estão apavoradas com a hipótese das conversões





forçadas ao Hinduísmo [. . .]. Os nossos sacerdotes estão a voltar lentamente às paróquias (ou ao que resta delas), mas também eles são perseguidos pelo medo. Eles são os alvos principais para eliminação ou reconversão por parte dos fundamentalistas hindus e os seus pais e famílias têm sido compelidos frequentemente a voltar ao Hinduísmo, forçados a rapar a cabeça e a beber água misturada com estrume e urina de vaca, e a executar cânticos hindus”.

No final de Novembro, uma fonte contou ao CCTI que os fundamentalistas hindus estavam a oferecer dinheiro, roupas ou outros bens de primeira necessidade àqueles que conseguissem matar os líderes cristãos, destruir as suas propriedades ou queimar as suas igrejas. Dependendo do alvo, eram oferecidos prémios diferentes. O “preço corrente” para um padre ou um pastor era de cerca de 170 Euros, confirmou Faiz Rahman, presidente da ONG *Good News India*. São também oferecidos alimentos, gasolina e bebidas alcoólicas. “Objectivos diferentes têm preços diferentes”, relatou a ONG britânica *Release International*, reportando as palavras do porta-voz do CCTI, e estes podem variar “desde o assassinato à destruição de igrejas ou de propriedades cristãs”.

Uma consequência de tudo isto é que milhares de famílias partiram para outros estados. Os cristãos que insistiram em

ficar em Orissa põem as suas vidas em risco. Por exemplo, duas cristãs foram mortas em Kandhamal no final de Novembro. Depois de ficarem num campo de refugiados, voltaram para casa na altura das colheitas, na expectativa de providenciarem alimento para as suas famílias. Uma delas, Bimala Nayak, de 52 anos, foi atingida com um machado e lançada para a floresta. O corpo dela foi encontrado mais tarde, cortado em três pedaços, perto da aldeia de Gubria. Ela deixara o campo de refugiados de Nuagaon. A outra mulher, Lalita Digal, de 45 anos, foi morta em Dodabali no dia 25 de Novembro. Estava a viver no campo de refugiados de K. Nuagam e, no dia 21 de Novembro, foi até à sua aldeia para colher arroz, ficando com alguns amigos hindus. Testemunhas oculares disseram que foi arrastada e desapareceu em seguida.

Na noite de 25 para 26 de Novembro, as casas de duas famílias cristãs e a de um hindu foram incendiadas na aldeia de Tiangia, tendo este último também sido atingido porque ousou acolher cristãos. No dia 25 de Novembro, em Tiangia, a aldeia nativa do Padre Bernard Digal, as autoridades do distrito tinham reunido os residentes para celebrar um ‘encontro de Paz’, garantindo aos cristãos um regresso seguro aos seus locais de residência.



No dia 16 de Dezembro pelas 18h30, Yuvraj Digal foi assassinado. Catequista muito respeitado e líder cristão local, encontrava-se em casa com o filho da aldeia de Tikabali (Kandhamal). De acordo com declarações feitas pelo seu filho Bidyadhar, na proximidade da aldeia de Sitapanga eles cruzaram-se com “um grupo de cerca de cinquenta pessoas” que “o reconheceram, o fizeram parar, o insultaram e o espancaram impiedosamente”, acusando-o de estar envolvido no assassinato do Swami Lakshmanananda Saraswati. O filho conseguiu escapar; Yuvraj foi encontrado morto no dia 18 de Dezembro.

Apesar do posicionamento estratégico das forças de segurança para prevenir incidentes, em Kandhamal permaneceu o clima de tensão durante o Natal de 2008. Os ataques continuaram. No dia 23 de Dezembro, duas pequenas lojas na cidade de Sugadabadi foram incendiadas. O mesmo aconteceu no dia 26 de Dezembro a um centro cristão na aldeia de Bakingia. Em várias aldeias, a missa da meia-noite foi celebrada à tarde, de modo a que os participantes não tivessem que viajar de noite. Nos campos de refugiados, mais de 10 mil pessoas desalojadas celebraram o Natal sob protecção do exército.

O início de 2009 não foi melhor do que o começo de 2008. Nas primeiras horas de 1 de Janeiro, extremistas hindus incendia-

ram a Igreja do Deus Ressuscitado, no distrito de Davangere (Karnataka), e ameaçaram o pastor (Fonte: *Christian Legal Association*).

Até esta altura, nada tinha sido feito para encontrar e castigar os culpados dos milhares de ataques, das destruições perversas, dos espancamentos e assassinatos que começaram em Agosto, frequentemente na presença de todos.

Com o passar dos meses, os líderes comunitários cristãos denunciaram uma e outra vez a falta de interesse das autoridades não só na prevenção da violência, mas também em encontrar e processar os que a causaram ou em ajudar as dezenas de milhares de vítimas confinadas a campos de refugiados sem condições adequadas de saneamento ou de alimentação.

As queixas sobre a violência de Dezembro de 2007 tinham sido registadas mesmo antes do início da violência em Agosto. No dia 20 de Março, o Arcebispo Vincent Concessao, muitos deputados e líderes de grupos religiosos desfilaram em Nova Deli, desde Jantar Mantar até ao edifício do Parlamento, exigindo justiça para as vítimas.

Mais tarde, em Maio, o Irmão Oscar Tete, superior local dos Missionários da Caridade em Shanti Nivas, um centro cristão



no distrito de Kandhamal, denunciou a falta de interesse das autoridades de Orissa. Na realidade, os serviços de telefone e de electricidade ainda não tinham sido restabelecidos no campus cristão no distrito de Kandhamal e os purificadores de água continuavam sem ser reparados (*AsiaNews*, 12 de Maio de 2008).

Em Agosto, o Monsenhor Raphael Cheenath, Arcebispo de Cuttack-Bhubaneswar, em Orissa, fez declarações imediatamente antes da onda de violência. Ele afirmou, “O Governo central deu-nos garantias de que receberíamos uma indemnização, mas até agora tudo o que recebemos foi 1,6 milhões de rupias indianas (cerca de 23.300 Euros) para reconstruir os nossos dispensários, os centros informáticos, etc. O valor total dos danos ronda pelo menos os 30 milhões de rupias. Mas a destruição de igrejas, conventos e outros edifícios religiosos não conta para as autoridades (*AsiaNews*, 20 de Agosto de 2008)”.

Quando a violência anti-cristã recomeçou, a polícia pareceu estar mais desprevenida do que indiferente em relação à escala da violência. Na realidade, quando tentou intervir, transformou-se num alvo para os atacantes. Em Setembro, em Krutamgarh (Kandhamal), a polícia abriu fogo contra militantes hindus para os impedir de incendiar algumas casas

cristãs. Alguns dias mais tarde, na noite de 15 de Setembro, uma turba de cerca de 500 hindus dirigiu-se num frenesim a uma esquadra da polícia local onde incendiaram vários veículos. Um polícia foi morto.

Dada a escalada de violência, o exército poderia ter sido chamado, mas não o foi porque as autoridades locais subestimaram a gravidade da situação durante semanas a fio. Os meios de comunicação social nacionais e internacionais embarcaram na mesma onda e deram ao genocídio em progresso uma escassa cobertura, com a excepção de alguns artigos dispersos que viram a violência em termos de uma série de incidentes isolados.

Mais ainda, ao abrigo da lei indiana, o Governo central em Nova Deli não pode intervir directamente nos assuntos locais dos estados indianos, a menos que um pedido seja feito pelo Governo do estado. Sendo assim, as autoridades de Orissa estavam livres para gerir a situação do modo que achassem mais apropriado.

Por esta razão, Abraham Mathai, vice-presidente da Comissão de Minorias Maharashtra, exigiu que Orissa fosse colocado sob jurisdição presidencial directa. Numa declaração feita no dia 25 de Setembro de 2008, disse, “A violência em Kandhamal dura há 45 dias, sem pausas e sem empecilhos por



parte da estrutura do estado. Será que devemos proclamar este estado enquanto cúmplice ou enquanto patrocinador de actos de terror provocados por multidões?”

Na sua maneira de ver, “com um aumento [da] anarquia e um Governo estatal impotente e disfuncional, o único modo de conter esta situação é invocar o Artigo 356 e demitir o Governo de Orissa e entregar a administração ao exército. . . . A inacção do Governo do estado de Orissa para conseguir conter, até agora, a violência, apenas incentivou estas forças comunais a levarem a cabo ataques semelhantes em outros estados como, por exemplo, Karnataka, Chattisgarh, Madhya Pradesh, Kerala, etc”.

A situação era tal que, no dia 4 de Janeiro de 2009, o Supremo Tribunal da Índia, em resposta a uma petição feita pelo Monseñor Raphael Cheenath, Arcebispo de Cuttack-Bhubaneswar, pediu ao Governo de Orissa para aumentar as medidas de segurança a fim de proteger os cristãos. O Tribunal foi mais longe e criticou o Estado por não intervir quando o pogrom começou no fim de Agosto.

O destino da Irmã Meena Barwa, de 29 anos, uma religiosa que foi violada no dia 25 de Agosto em Baliguda, tornou-se um símbolo da posição vacilante das autoridades de Orissa e da sua tentativa de encobrir a questão da perseguição. Depois de

ser atacada, a religiosa foi lesta em apresentar uma queixa na qual identificou alguns dos seus atacantes. As médicas que a examinaram na noite do estupro elaboraram um relatório que substancia o crime.

Ainda assim, a polícia inicialmente nada fez, pelo menos até que os jornais indianos começaram a publicar histórias sobre a violência hindu contra mulheres, e em especial este caso de violação. No dia 1 de Outubro, mais de um mês depois do incidente, três activistas hindus, Mitu Patnaik, Saroj Ghadai e Munna Ghadai, foram presos. Todos eles provenientes de Baliguda (Orissa).

No dia 3 de Outubro, trinta e oito dias depois de os factos acontecerem, Naveen Patnaik, o chefe do Governo do estado de Orissa, pronunciou-se contra o acto “selvagem” e “vergonhoso”. O inspector principal da esquadra da polícia de Baliguda foi suspenso. Porém, os meios de comunicação social e as organizações fundamentalistas iniciaram uma campanha para minimizar o incidente. Enquanto o líder do BJP, Advani, condenou o acto como “um crime vergonhoso”, os líderes de outros grupos fundamentalistas associados, como o Bajrand Dal, exprimiram “suspeitas”, sugerindo que a religiosa poderia ter “consentido”. De modo semelhante, uma multidão de pelo menos 5 mil mulheres hindus radicais participou num protesto



no dia 12 de Outubro em K Nuagaon no qual reivindicaram que, em caso de violação, o “violador tem de casar com a vítima” por respeito à tradição.

Numa declaração pública depois de dois meses de silêncio, a Irmã Meena leu uma declaração na qual pedia justiça. Nesta ocasião, referiu que a polícia foi “muito afável com os violadores” e que não acreditaram nela. Ela não ligou. “Narrei tudo em detalhe à polícia, o modo como fui atacada, violada, levada para longe da polícia, como me fizeram desfilhar meia nua e como os polícias não me ajudaram quando eu pedi ajuda chorando amargamente. . . Tiveram medo de nos manter na esquadra da polícia, dizendo que a multidão poderia atacar a esquadra da polícia”.

Violência como esta conduziu a uma reacção por parte da Igreja Indiana. Alguns dos seus líderes mais proeminentes manifestaram-se contra os acontecimentos, explicando que a religião não era o único motivo, sugerindo que, pelo contrário, factores políticos mais subtis estariam em jogo.

“Manter os marginalizados na ignorância e na pobreza para os continuar a explorar”, declarou o Padre Cosmon Arockiaraj numa entrevista à *AsiaNews* (11 de Janeiro de 2008). Para o secretário executivo da Comissão das Castas e Tribos Identificadas (CCTI) da Conferência Episcopal Católica da Índia,

o verdadeiro objectivo da violência era o desejo de parar o trabalho de desenvolvimento da Igreja com os Dalits.

O sacerdote afirmou que a maioria das propriedades que sofreram ataques pertencia a Dalits e a Tribais em “Phulbani e Kandhamal, áreas largamente habitadas por residentes de castas inferiores em vez de áreas em grandes cidades como Cuttack e Bhubaneswar, lugares de prestigiadas escolas cristãs”.

Para o Padre Arockiaraj, “os que monopolizam os negócios no Estado não querem ver Dalits e Tribais serem alfabetizados e desenvolvidos economicamente porque assim poderiam sair da sua ignorância e da sua pobreza, e deste modo seriam explorados menos facilmente” pelas castas superiores. Por contraste, a Igreja “trata estas pessoas com dignidade, oferecendo aos marginalizados uma educação e formação profissional através das suas escolas rurais e albergues”. Dá-lhes deste modo um pouco de esperança num futuro melhor e um maior conhecimento dos seus direitos.

Peritos referiram que a violência durante a época de Natal de 2007 parecia ser organizada. Centenas de hindus radicais não se juntaram “espontaneamente” longe de casa, armados com espadas, paus e espingardas para se embrenharem em comportamentos violentos. Para o Padre Augustine Kanjamala,



um sacerdote verbita que ensina na Universidade de Mumbai, a violência foi ainda mais bem organizada em Agosto.

Quando ocorreram ataques simultâneos em 35 lugares diferentes no estado de Orissa, sem resistência no primeiro dia (25 de Agosto) de uma longa onda de violência, só poderiam fazer parte de um plano organizado dirigido aos cristãos e às suas instituições. Quando os radicais hindus fizeram um apelo para uma greve geral em Orissa dois dias depois do assassinato do *swami*, no dia 23 de Agosto, demonstraram uma elevada capacidade de organização num espaço de tempo muito curto.

“Com 40% da população composta por Tribais e Dalits (expatriados), Orissa é um dos estados mais subdesenvolvidos do país”, declarou o Padre Kanjamala. “O distrito de Kandhamal, que assistiu a elevados níveis de violência anti-cristã na última década, é também o local onde um número significativo de conversões cristãs teve lugar durante o mesmo período. Assim como os Dalits que adoptam o Cristianismo alcançam o progresso sócio-económico, muitos Tribais seguiram recentemente o mesmo caminho. Deste modo, enquanto a população cristã de Orissa representa menos de 2%, a população cristã no distrito duplicou na última década atingindo a marca dos 5%. Isto explica todo o rancor contra os cristãos”.

“Um outro factor gera também oposição aos cristãos. Torna-se cada vez mais claro que, onde os missionários cristãos actuam, acontecem importantes mudanças sociais. As pessoas desenvolvem-se, agem e vivem com maior dignidade. Assim, como resultado da educação, mesmo a educação básica, os Tribais e os Dalits já não se encontram disponíveis para serem usados como mão-de-obra barata na agricultura. O seu sentido de dignidade e a sua educação deu-lhes a coragem para protestar contra a exploração e a opressão” (*AsiaNews*, 28 de Agosto de 2008).

O Padre Nithiya, secretário-geral da Comissão Indiana para a Justiça e Paz, acredita também que o VHP e o Bajrang Dal estavam a tentar forçar os cristãos a converterem-se em hindus. “Este plano”, declarou ele, “não tem apenas motivos políticos, mas faz parte de um esquema para eliminar os cristãos da face de Orissa”, declarou o padre.

Na sua opinião, existiu um plano real com diferentes fases, que incluía ameaças contra os Dalits e Tribais de modo a que eles se convertessem ao Hinduísmo depois de um determinado tempo.

“No dia da conversão, os cristãos têm de assinar um documento no qual admitem que escolheram converter-se livremente. Se se recusarem a assinar, são torturados e mortos. Mesmo se se



tornarem hindus, têm ainda de pagar uma multa entre 1.000 e 1.500 rupias (cerca de 15 a 22 Euros)”. Os que se recusam a tornar-se hindus são destituídos de todos os seus bens mundanos (casas, terrenos e mais), ou ainda pior.

O que é mais relevante é o facto de que a violência foi perpetrada em pleno dia, em cidades, nas estradas principais, com um nível de arrogância que apenas um sentido de impunidade pode originar.

O Sangh Parivar (uma organização aglutinadora para grupos hindus militantes) iniciou mesmo a “purificação” dos terrenos onde as casas e as igrejas cristãs estavam antes de serem queimadas em Agosto, relatou o CGCI. As fundações foram destruídas e os respectivos buracos preenchidos; os sinais de marcação das fronteiras entre os campos foram retirados dos terrenos de cristãos, que foram em seguida divididos entre os membros do grupo.

“O seu objectivo é usar meios fraudulentos para se apropriarem das propriedades cristãs”, declarou o presidente do CGCI, Sajan K George, “demonstrando que não existia nenhuma presença cristã, nenhuma casa cristã, nenhuma igreja cristã. Estou preocupado com a possibilidade de eles poderem começar a construir templos hindus em terrenos onde antes existiram casas e igrejas cristãs”. Ao fazê-lo “os radicais hindus querem

esconder da opinião pública as provas da sua brutalidade contra pessoas inocentes agora que os indianos viram o que os seus ataques fizeram”.

O Governo de Orissa (liderado por partidos nacionalistas hindus) demonstrou o seu preconceito anti-cristão quando disse que desafiaria uma promessa feita pelo primeiro-ministro Indiano, Manmohan Singh, que foi corroborado pelo Supremo Tribunal, de providenciar ajuda na reconstrução das igrejas destruídas. E fê-lo declarando que “dar indemnizações a instituições religiosas é contra as políticas seculares do Estado”, quando na realidade a sua recusa é delineada de modo a satisfazer os desejos dos grupos fundamentalistas que juraram não permitir a reconstrução de quaisquer das igrejas destruídas durante os dias de violência.

Para os cristãos, a provação não terminou quando se fixaram nos campos de refugiados. Pelo menos 50 mil pessoas puseram-se em fuga por causa da violência de Agosto. Exceptuando as roupas que vestiam, muito poucos conseguiram levar consigo qualquer coisa de valioso quando fugiram para a floresta. Esta afluência de pessoas em larga escala conduziu à abertura de mais campos, enquanto que os que foram montados para lidar com a primeira onda de refugiados criada pela violência do Natal de 2007 foram ampliados.



Mesmo assim, como explicou Sajan George, grupos fundamentalistas hindus entraram nos campos à força para intimidarem os refugiados e para “os reconverter ao Hinduísmo” (*AsiaNews*, 13 de Setembro de 2008).

“Os cristãos estão a ser tratados como animais”, declarou o Padre Ajay Singh, director do Jan Vikas, um centro para a acção social gerido pela diocese de Cuttack-Bhubaneswar. “Deram-lhes apenas um cobertor por família e os serviços de saúde pública e de higiene são simplesmente inexistentes. Mas o que é mesmo mais trágico é o facto de que eles não são sequer autorizados a rezar e, pelo contrário, são vigiados de perto pelas forças de segurança. As mulheres estão particularmente vulneráveis; não lhes é permitido obter qualquer espécie de aconselhamento, de modo que a sua saúde emocional está a deteriorar-se rapidamente” (*AsiaNews*, 16 de Outubro de 2008).

A situação não é muito melhor para os padres e irmãs que, uma vez dentro dos campos de refugiados, tiveram de se disfarçar e evitar falar sobre religião com medo de retaliações por parte dos fundamentalistas hindus. Em vez de proteger as actividades religiosas, a polícia manteve-se atenta nos campos para se assegurar de que nenhuma actividade religiosa tivesse alugar.

“Estou aqui como parte da equipa médica”, declarou uma religiosa no campo de Raikia (distrito de Kandhamal). “Se as autoridades descobrem que somos religiosas, mandam-nos embora. Estou aqui vestida com roupas étnicas, usando pulseiras, brincos e até mesmo a ‘tikka’; deste modo, estamos disfarçadas. As mulheres encontram-se gravemente traumatizadas. Infelizmente, nós só podemos falar com elas sobre os problemas médicos; não podemos, sequer, aconselhá-las, pois estamos a ser continuamente vigiadas” (*AsiaNews*, 22 de Setembro de 2008).

Além disso, nestes campos faltava tudo; os refugiados não podem trabalhar; e as crianças não podem ir à escola. Para o Governo de Orissa, estes campos tiveram de ser fechados o mais cedo possível.

O Padre Manoj Digal, do centro de serviço social da arquidiocese, declarou à *AsiaNews*, no dia 18 de Outubro de 2008, que “Um dos três campos de ajuda em Baliguda foi encerrado no dia 15 de Outubro e 900 pessoas foram mandadas embora. É ridículo. Estas pessoas não têm para onde ir, estão indefesas; além disso, apenas lhes deram 10 kg de arroz por família. Como irão viver? O Governo não lhes deu sequer tendas: onde irá ficar a nossa gente? Perderam tudo e, além disso estão reduzidos a nada. O medo iminente da reconversão ao Hin-





duísmo significa que, se voltarem às suas aldeias, apenas aí podem ficar se forem hindus”.

Por fim, muitos refugiados tiveram que deixar Orissa e ir para outros estados. Milhares de cristãos saíram dos campos de refugiados, não para ir para casa, mas para se mudarem para outro lugar, não levando nada com eles.

Representantes do Partido Comunista da Índia-Marxista-Leninista (CPI-ML) visitaram as áreas afectadas nos dias 15 e 16 de Outubro, inclusive os campos de refugiados. J P Minz escreveu sobre o que viram na edição de Novembro de 2008 do *Liberation*.

Ao contrário do que declarou o Governo, de que quinze campos de refugiados, com 12.641 pessoas, tinham bastantes alimentos, medicamentos e escolas para crianças, o grupo que visitou os campos de Phulbani, Tikabali, J Udaygiri e Rakiya constatou a existência de rações inadequadas, falta de medicamentos, e nenhuma ajuda para as mulheres grávidas. Descreveu uma situação na qual os cristãos estavam a viver numa atmosfera de terror, com medo de voltarem para as suas aldeias.

À luz da situação, Sajan K. George solicitou às Nações Unidas que fizessem algo sobre a decisão do Governo de Orissa de fechar os campos de refugiados no distrito de Kandhamal.

Numa carta enviada às Nações Unidas, Sajan escreveu, “O *New York Times* no dia 3 de Setembro de 2008 relatou que tinham sido destruídas ou danificadas 1.400 casas e 80 igrejas. Os números reais em Orissa são mais do dobro. ... Dezenas de milhares estão sem casa, morando nas florestas ou em campos de ajuda do Governo, onde as condições de vida são desumanas, destituídos de alimentos e dos medicamentos básicos, situação que causa muitas mortes. A comunidade cristã parece ter perdido toda a fé no Governo para proteger a vida e a propriedade dos seus cidadãos, especialmente quando diz respeito à minoria cristã que constitui uns meros 2,5% da população do país”. “Por esta razão, os cristãos de Orissa expressam o desejo de serem considerados refugiados *Prima Facie* [ . . . ] para que possam estar cobertos por uma moldura legal para proteger a sua dignidade humana de violações de direitos e de maus-tratos. Actualmente, eles, em conjunto com dezenas de milhares, são um povo sem pátria, pois as leis do Governo da Índia não são aplicadas no estado de Orissa. Precisam de alimentos, de abrigo e de medicamentos”.



Sem se deixar intimidar, o Governo de Orissa começou a fechar os campos de refugiados, mandando embora as pessoas com pequenas somas de dinheiro: 10 mil rupias (cerca de 147 Euros), 50 kg de arroz e um rolo de polietileno para consertarem as suas casas danificadas da melhor maneira possível. Muitos conseguiram voltar às suas aldeias para viver no meio das ruínas do que outrora fora a sua casa, usando folhas de plástico como telhado e alguns pedaços de madeira ou uma planta como paredes. No entanto, o problema principal permaneceu, isto é, como proteger os que fugiram temendo pelas suas vidas, agora que estão de volta à aldeia onde foram alvo de perseguição.

Uma resposta surgiu de Kesamati Pradhan, um residente da aldeia de Kajuri que, em conjunto com outras vítimas, apresentou uma queixa no Supremo Tribunal de Orissa contra o facto de se forçarem as vítimas de Kandhamal a evacuar os campos de ajuda sem “as adequadas medidas protectoras para a sua vida, sem assistência e sem indemnização pelos danos sofridos”.

## CATÓLICOS

Na manhã de 22 de Setembro, o Padre Samuel Francis, mais conhecido como *Swami Astheya* (aquele que não sente ganân-

cia), foi encontrado morto na capela do seu *ashram* na aldeia de Chota Rampur, a 27 km de Dehradun, na diocese de Suffragan da arquidiocese de Agra. As mãos foram amarradas atrás das costas, a boca amordaçada e a testa exibia sinais de ferimentos.

Para a polícia, um roubo que correu muito mal não podia ser excluído como uma possível causa do crime, mais ainda porque o *ashram* foi saqueado e uma mulher que sofria de problemas psicológicos foi encontrada morta no seu armazém.

As tentativas de usar a lei como uma ferramenta de perseguição não pararam por toda a Índia. Os cristãos continuam ainda a ser presos acusados de converter pessoas sob falsos pretextos ou por violência sexual.

No dia 12 de Fevereiro, por exemplo, em Madhya Pradesh, duas meninas, de 12 e 15 anos respectivamente, acusaram o Padre Joseph Kappilparampil de assédio e abuso. Ambas estavam a viver num albergue para raparigas, gerido pelo padre católico em conjunto com uma escola. Fontes locais disseram que as duas não gostavam de algumas das regras rígidas impostas pelo padre e pelas irmãs que o ajudavam. Isso não impediu um grupo de cerca de 300 nacionalistas hindus, em conjunto com activistas do Bajrang Dal, de atacar o albergue, deter o



padre e, depois de o maltratarem, terem feito com que ele e uma das irmãs fossem presos.

Para o Padre Hans Puthiakulangara, porta-voz da diocese de Ujjain, as organizações fundamentalistas tentam exercer influência sobre as crianças para conseguir que elas “difamem a Igreja”. O Arcebispo Leo Cornelio, o Bispo Sebastian Vadakel da diocese de Ujjain e o Conselho Episcopal de Madhya Pradesh e Chattisgarh condenaram o uso das jovens para manchar a reputação do padre e desacreditar a Igreja. “É o método mais odioso e desavergonhado de que as organizações fundamentalistas fazem uso para se afirmarem (*AsiaNews*, 14 de Fevereiro de 2008)”. As igrejas e as escolas da diocese cessaram as suas actividades regulares em protesto, e uma delegação foi falar com o governador para exigir justiça.

A polícia está também numa situação particularmente difícil em relação aos cristãos. Tal foi perfeitamente visível num incidente recente. No dia 7 de Março, um grupo de Dalits cristãos do distrito de Villupuram (Tamil Nadu) entrou em greve de fome para protestar contra a discriminação no seio da sua paróquia por parte de membros de uma casta superior, a Vanniyar.

Três meses antes, Dalits da Igreja de São Jabamalai Annai, em Earyur, tinham construído uma igreja chamada Saghaya

Madha (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) e pediram que lhes fosse permitido criar a sua própria paróquia, separada e com um pároco próprio.

Dois grupos políticos, o *Viduthalai Chiruthaigal Katchi* (VCK) e o *Ambedkar Makkal Iyakkam* (AMI) apoiaram esta reivindicação. O VCK afixou mesmo cartazes que pediam o fecho de São Jabamalai e o reconhecimento da nova paróquia.

Cerca de 500 cristãos da casta superior responderam a tais exigências criando um alvoroço, atacando Dalits e incendiando mais de trinta cabanas habitadas por Dalits.

A polícia disse que quando tentaram intervir para parar o protesto foram atacados com pedras e por isso foram “forçados” a abrir fogo contra os agressores. M Periy Nayagam, de 40 anos, e A. Magimai, de 24 anos, foram mortos e mais de quarenta pessoas ficaram feridas.

Para o secretário do CCTI, Padre G Cosmon Arockiaraj, devem ser proibidas todas as formas de discriminação infligidas aos Dalits cristãos, tanto no seio da comunidade cristã como na sociedade em geral.

Porque “a comunidade cristã é entendida como sendo uma entidade una”, explicou, “o Governo não reconhece aos Dalits cristãos os mesmos direitos dos outros Dalits”.



No sistema de castas indiano os estados concederam benefícios específicos e estabeleceram cotas favoráveis em escolas e no serviço público para os Dalits de modo a compensar pelos vários séculos de posição social inferior” (*AsiaNews*, 10 de Março de 2008). “Na Índia, mais de 65% de todos os cristãos são Dalits, mas os cristãos representam apenas 2,3% de uma população de 1,1 mil milhões de pessoas”.

Na noite de 12 de Novembro, três cristãos foram presos sob a acusação de “induzirem” a conversão de alguns residentes de um subúrbio de Bangalore. Os líderes das associações cristãs iniciaram rapidamente uma campanha para os conseguir libertar.

De acordo com uma informação prestada por líderes cristãos em Karnataka ao Conselho Cristão de Toda a Índia (CCTI), um homem, Chandrashekhar, e duas mulheres, Kamlamma e Sandhya, foram convidados para a casa da irmã do homem, no bairro de Jeevanahalli em Bangalore, para rezarem pela saúde do filho dela. Quando deixaram a casa no final de uma vigília, foram abordados por um grupo de cerca de quinze militantes do Bajrang Dal, a ala jovem do VHP. Os fanáticos espancaram o homem e depois chamaram a polícia, acusando os três de induzirem um grupo de habitantes à conversão. Um

homem de negócios confirmou as falsas acusações perante a polícia de Fraser Town.

De acordo com a irmã de Chandrashekhar, ela chamou-o para rezar pela saúde do seu filho doente e rejeitou tais acusações como sendo “infundadas”. Sam Paul, secretário para os assuntos públicos do CCTI, declarou, “Este é um de muitos exemplos de cristãos que são falsamente acusados de conversões forçadas por forças Hindutva. Eles são, obviamente, inocentes. A triste realidade é que, na Índia de hoje, o assédio legal de cristãos inocentes é um lugar-comum”.

Entretanto, na noite de 11 de Novembro, a igreja católica da aldeia de Tiangia, onde o Padre Bernard Digal nasceu, foi totalmente arrasada. A igreja, que tinha escapado a um anterior episódio de violência por ainda se encontrar em construção, ia ser inaugurada em breve.

Em alguns Estados indianos, a liberdade religiosa é restringida por leis “anti-conversão”, adoptadas sob a influência do hiper-nacionalismo hindu. Ostensivamente, estas leis são criadas para proteger a liberdade de consciência mas, na realidade, elas descriminam os cristãos e outras religiões em favor do Hinduísmo.



A conversão do Hinduísmo para outras religiões é proibida e castigada porque o Hinduísmo é considerado a religião “natural” do povo indiano. Isto significa que os cristãos e os muçulmanos não podem ser “convertidos” ao Hinduísmo, mas devem ser autorizados a re-adoptar a religião dos seus antepassados.

Baseadas em tal pretexto, estas leis são usadas como um instrumento cego para ataques durante cerimónias de baptismo ou contra pessoas acusadas de proselitismo. Dão também à polícia uma desculpa para prender ou apresentar queixas contra os padres e os crentes.

Em Gujarat, em Março de 2008, o governador recusou-se a assinar uma controversa lei sobre a liberdade religiosa (na realidade uma lei anti-conversão) aprovada pela legislatura local em 2006, com o fundamento de que era “discriminatória” para com as minorias religiosas.

A legislatura estatal reintroduziu uma versão mais antiga que aprovara em 2003. Para efeitos da lei, os jainistas e os budistas foram classificados como hindus, enquanto os católicos e os protestantes foram definidos como cristãos.

A lei anti-conversão de Gujarat de 2003, que nunca foi implementada, tinha como objectivo impedir as conversões do Hin-

duísmo ao Cristianismo. Sob as suas condições, se um hindu quiser tornar-se cristão, ele ou ela tem de informar primeiro um magistrado do distrito para obter a sua autorização. Caso contrário, a conversão não é válida.

Ainda em Março de 2008, a Assembleia Legislativa do Estado Ocidental de Rajastão adoptou uma nova lei anti-conversão depois de dois anos de intensas deliberações. A nova lei proíbe conversões obtidas pela “força, coerção ou fraude”. Qualquer indivíduo considerado culpado de tal contravenção pode ser condenado a cinco anos de prisão e a uma multa de 50 mil rupias (cerca de 737 Euros).

Um primeiro esboço da lei passou na Legislatura Estatal em 2006, mas o governador estatal, Pratibha Patil, recusou-se a assiná-la, mandando-a de volta à assembleia para ser reformulada. Tal acção não provocou nenhuma mudança significativa.

Além de Rajastão, cinco outros estados indianos aprovaram leis anti-conversão: Arunachal Pradesh, Gujarat, Madhya Pradesh, Chhattisgarh e Himachal Pradesh.

Se havia alguma dúvida sobre a natureza descaradamente discriminatória da lei, a massiva reconversão de milhares de cristãos ao Hinduísmo providencia a prova necessária.



No dia 27 de Abril de 2008, numa recente e altamente publicitada e extravagante cerimônia que atraiu muitos meios de comunicação social locais, foram reconvertidos 1.793 tribais cristãos ao Hinduísmo, em Borivli (Mumbai), e sob os auspícios do líder hindu, Swami Narendra Maharaj. De acordo com Maharaj que conduziu o ritual do *shuddikaran* (purificação), foram reconvertidas 42.200 pessoas nas áreas tribais de Maharashtra e Gujarat.

Mais ainda, ele acusou os cristãos de usarem métodos de “sedução e enganosos” para converter os hindus, insistindo que é necessária “uma lei anti-conversão”, porque “ninguém deveria ser convertido, qualquer que fosse a sua religião”. Por esta razão, criticou os partidos políticos que “se recusaram a tomar uma posição firme sobre a lei de conversão do Governo” e expressou a esperança de que um “grupo de pressão” poderia ser criado para proteger os “interesses” hindus.

No dia 14 de Abril, na cidade de Tirunelveli (Tamil Nadu), outros mil Dalits cristãos regressaram à fé hindu. Os organizadores do evento declararam que planeiam reconverter mais cerca de 20 mil cristãos em Villupuram durante os próximos meses.

O que aconteceu no dia 5 de Setembro, aniversário da morte da Madre Teresa de Calcutá, é ainda mais indicativo do que está a acontecer. Naquele dia, activistas do Bajrang Dal ata-

caram quatro irmãs Missionárias da Caridade numa estação de comboios em Durgh, no estado indiano central de Chhattisgarh, acusando-as de “rpto e de conversão forçada” de quatro crianças de um e dois anos de idade, que as irmãs levaram de sua casa em Raipur para o centro de caridade Shishu Bhava em Bhopal.

Os radicais hindus forçaram as religiosas a sair do comboio e entregaram-nas à polícia entoando durante todo o tempo *slogans* anti-cristãos. As irmãs mostraram à polícia os documentos de identificação das crianças e as suas autorizações de viagem, e ainda documentação adicional trazida mais tarde por outras religiosas da casa do grupo em Bilaspur.

Apesar dos documentos, as crianças foram-lhes retiradas e alojadas temporariamente num hospital do Governo em Durgh. Ao mesmo tempo, as autoridades judiciais verificaram todos os papéis e documentos de identificação apresentados pelas Irmãs, que passaram a noite de 5 de Setembro na prisão, à espera que todos estes assuntos ficassem resolvidos.

Depois de alguns dias, quando foi provado que as acusações eram falsas, as crianças foram devolvidas às religiosas mas, em vez de processarem uma queixa contra os que tinham feito falsas acusações, a polícia ordenou às religiosas que não mencionassem o caso “para o seu próprio bem” porque



os activistas hindus, frustrados pelo resultado, estavam a manipular a opinião pública contra elas.

Na realidade, o Sangh Parivar organizou uma manifestação pública contra o que apelidou de “tráfico de crianças pelas irmãs da Madre Teresa”. Tal fez com que a polícia colocasse o convento das Irmãs sob vigilância 24 horas por dia.

# IRAQUE

A conjuntura no Iraque em 2008, cinco anos depois da queda de Saddam Hussein, é de instabilidade. Os cristãos, em especial, estão a pagar um preço elevado em termos de sangue e de perseguições.

Em primeiro lugar, o perigo de uma divisão ao longo das linhas étnico-confessionais está ainda pendente sobre o país; por sua vez, tal situação alimenta a violência contra as minorias religiosas. Neste caso, além da violência entre sunitas e xiitas, os cristãos são o alvo de muita violência, embora não se insiram na linha de divisão confessional.

No período que antecedeu as eleições locais de Janeiro de 2009, todos os grupos tentaram assegurar a vitória demonstrando a sua força e poder, e isolando-se do resto da nação.

A questão de Kirkuk (e Mossul) ainda está por resolver. Os curdos querem anexar a cidade mas têm a oposição dos árabes sunitas e xiitas. Em Mossul e Kirkuk, os cristãos são pressionados a escolher entre um ou o outro lado. Esta situação está relacionada com um plano de alguns legisladores cristãos para assegurar a segurança cristã através da criação de um enclave cristão nas Planícies de Nínive. Isto asseguraria também uma vitória curda num referendo sobre Kirkuk e criaria uma zona tampão entre as regiões árabes sunitas e curdas. Na realidade, muitos ataques em Mossul parecem ser



## Católicos Baptizados

304.000

## Circunscrições Eclesiásticas

17

## Superfície

438.317

## População

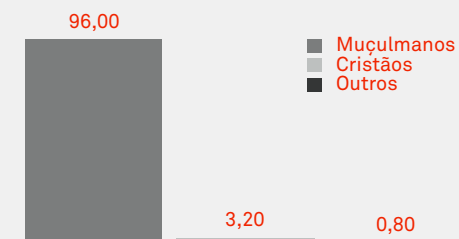
28.810.000

## Refugiados

42.354

## Desalojados

2.778.305







motivados por um desejo de assustar os cristãos, de modo a que estes se mudem para Nínive ou para o estrangeiro.

Ao mesmo tempo, a vaga das tropas dos EUA que se iniciou em 2007 teve alguns resultados positivos contra os terroristas em Bagdade, assim como nas cidades do sul e do centro do país, mas somente porque estes últimos se deslocaram para norte, para Mossul, onde o exército dos EUA não tem tido grande presença. Fontes locais contaram à *AsiaNews* (Abril de 2008, p. 17) que a cidade se encontra sob controlo terrorista a 90%.

“A Al Qaeda está a tentar conseguir uma posição no Iraque”, declarou o General Mark Hertling, comandante das tropas dos EUA no Norte do Iraque, “e Mossul é a base de operações que eles escolheram para lançar os seus ataques”. Tal tornou-se possível devido à infiltração de militantes estrangeiros provenientes da Arábia Saudita, da Jordânia, do Líbano e do Paquistão, através da fronteira síria (*asianews.it*, 9 de Outubro de 2008).

## MOSSUL

Terroristas islâmicos, como também os criminosos comuns que usam o Islão para enriquecer, começaram também a falar sobre a criação um “governo islâmico” na cidade. Isto inclui

forçar os não muçulmanos a escolher entre a conversão ao Islão, o pagamento da *jizya* (imposto municipal islâmico para os não muçulmanos) ou a morte.

Entretanto, os ataques contra igrejas e instituições cristãs aumentaram o medo entre as pessoas. Entre 6 e 17 de Janeiro de 2008, uma série de explosões atingiu Bagdade e Mossul. Nesta última, a Igreja caldeia da Virgem Imaculada foi atacada. A Igreja caldeia de São Paulo foi também quase totalmente destruída. A entrada de um orfanato gerido pelas religiosas caldeias al-Nour, uma igreja nestoriana e o convento das religiosas dominicanas de Mossul Jadida foram também alvo de ataques (Ver *asianews.it*, 6 e 17 de Janeiro de 2008).

De acordo com vários bispos e peritos, existe um plano, não apenas contra os cristãos mas também contra a elite intelectual e a classe profissional da cidade, incluindo os muçulmanos. Os cristãos representam apenas 3% da população da cidade, mas representam 35% dos que possuem um curso superior. De acordo com o Monsenhor Paulos Faraj Rahho (*AsiaNews Magazine*, Janeiro de 2008, p. 16), “forçar estas pessoas a fugir significa impedir o país de se voltar a erguer das cinzas. Significa a propagação da ignorância, a qual nutre o terrorismo. Este plano está a ser levado a cabo no resto do Iraque. Médicos, advogados, professores e jornalistas são agora os



alvos. O plano foi criado por aqueles que gerem a política internacional e pelos vizinhos do Iraque. Nenhum deles quer que o Iraque seja livre e independente porque seria muito forte. Em conjunto, éramos uma grande potência intelectual e económica. Manter o país fraco e dividido faz com que o domínio [estrangeiro] seja mais fácil”.

O Monsenhor Rahho, de 66 anos, sofria de problemas de coração e precisava de medicação. Ele foi raptado no dia 29 de Fevereiro, provavelmente por fundamentalistas islâmicos, e morreu em cativeiro no início de Março de 2008. O seu corpo foi encontrado no dia 13 de Março num terreno abandonado nos arredores de Mossul, depois de os seus sequestradores terem avisado funcionários da Igreja (Ver *AsiaNews Magazine*, Abril de 2008, pp. 15-18). A morte do bispo causou uma onda de choque por toda a comunidade cristã e foi extensamente condenada por líderes mundiais e por importantes muçulmanos do Iraque.

Desde essa altura, o exército dos EUA prometeu uma maior segurança em Mossul, mas a situação, de facto, piorou. Em Outubro, uma nova onda de assassinatos confessionais atingiu a cidade numa altura em que o primeiro-ministro Maliki se comprometeu a atribuir um tratamento mais justo aos cristãos e a conceder-lhes uma maior representação no

Parlamento. No espaço de algumas semanas, foram mortas catorze pessoas, cinco casas foram destruídas por bombas e mais de 10.000 pessoas fugiram para Nínive.

No dia 4 de Outubro, Hazim Thomaso Youssif, de 40 anos, foi morto em frente à sua loja de vestuário, enquanto Ivan Nuwya, de 15 anos, foi atingido a tiro mortalmente no exterior da sua casa, bem perto da mesquita de Alzhara, no bairro de Tahrir. No dia 6 de Outubro, Ziad Kamal, um lojista deficiente de 25 anos, foi atingido a tiro mortalmente. A loja do jovem estava situada no bairro de Karama, mas ele foi levado da sua loja pelos atiradores para um sítio não muito longe, onde foi morto a tiro. No dia seguinte, Amjad Hadi Petros e o seu filho foram mortos no seu local de trabalho, no bairro de Sukkar, foram considerados “culpados de serem cristãos”. Num outro ataque nesse mesmo dia, um grupo fundamentalista entrou numa farmácia e matou um empregado, também ele cristão. No dia 8 de Outubro, um caldeu de 38 anos, Jalal Moussa, foi assassinado a tiro em frente à sua casa, no bairro de al-Noor (Ver *AsiaNews Magazine*, Novembro de 2008, p.23). No dia 12 de Novembro, um gang de adolescentes armados, com idades entre os 16 e os 18 anos, contratado por grupos criminosos, atacou violentamente uma casa no bairro de Alqahira e matou uma mãe e as suas duas filhas. Tratou-se sem dúvida de uma



morte premeditada porque Lamia e Walâa Sobhy Salloha foram atingidas à queima-roupa e morreram imediatamente. Os assassinos viraram depois a sua atenção para a mãe, Selma Giargis, que foi atacada com uma faca. Acabaria por morrer mais tarde, no hospital, devido aos ferimentos (*AsiaNews Magazine*, Dezembro de 2008, p. 20).

## O ÊXODO

Como resultado da violência, centenas de famílias cristãs deixaram Mossul e viajaram para as Planícies de Nínive. Muitas famílias iraquianas, que estavam a planear voltar ao país depois de terem fugido para a Síria, mudaram de ideias. Neste momento, existem 100.000 refugiados cristãos na Síria, 30.000 na Jordânia e muitos milhares no Líbano, no Egipto e na Turquia. Cerca de 7.000 famílias de Mossul, de Bagdade e de Bassorá encontraram refúgio em aldeias localizadas nas Planícies de Nínive (*AsiaNews Magazine*, Junho-Julho de 2008, p. 19).

## REPRESENTATIVIDADE REDUZIDA

A nova lei das eleições locais, adoptada pelo Parlamento do Iraque no dia 3 de Novembro, fez crescer o medo e o desespero entre os cristãos porque reduziu ainda mais o seu número

nos conselhos municipais. A lei concedeu às minorias seis lugares de um total de 440: três para os cristãos (em Bagdade, Nínive e Bassorá), um para os lazidis e um para os Shabaks em Nínive. O último foi para os Sabeus na capital. Antes da nova lei, os cristãos detinham seis lugares.

Para o Monsenhor Louis Sako, Arcebispo caldeu de Kirkuk, “a actual lei anula a quota fixada por tradição para os cristãos (e para as outras minorias). Intimidá-los e fazer com que se vão embora, e negar-lhes a representatividade são duas faces da mesma moeda” (*asianews.it*, 22 de Outubro de 2008).

O Monsenhor Shlemon Warduni, Bispo Auxiliar caldeu de Bagdade, declarou que os lugares não são mais do que “uma esmola” se tomarmos em conta o facto de que a comunidade é uma das mais antigas do país e uma das mais afectadas pela guerra (*asianews.it*, 11 de Novembro de 2008).

# PAQUISTÃO

O ano de 2008 iniciou-se com um escalar das tensões no seguimento do assassinato da antiga primeira-ministra Benazir Bhutto, morta em Rawalpindi no dia 27 de Dezembro de 2007, dois meses depois do seu regresso do exílio. Ao longo do ano, o país assistiu a novas ondas de ataques por parte dos Talibãs, cuja violência foi sentida com particular destaque em cidades como Lahore, Karachi e Islamabad. Porém, há já vários anos que a província fronteiriça do Noroeste tem sido o local da luta mais intensa contra o terrorismo.

Em Março, o Governo conseguiu chegar a umas frágeis tréguas com os extremistas. Em Maio, tentou consolidar o acordo, entregando o controlo e a administração do Vale de Swat ao movimento islamista Tehreek-e-Taliban Swat. Segundo o acordo oficial, que deveria ser implementado este ano, o Governo reconhece a autoridade Talibã naquela zona e o direito de implementar a justiça de acordo com a lei islâmica. Assinado com o objectivo de reduzir a violência extremista e limitar as suas incursões na zona norte do país, o acordo teve o efeito oposto, forçando muitos residentes a partir. Registaram-se centenas de episódios violentos envolvendo mulheres e



## Católicos Baptizados

1.041.000

## Circunscrições Eclesiásticas

7

## Superfície

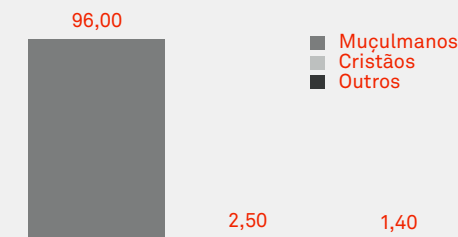
796.095

## População

156.250.000

## Refugiados

2.035.023





minorias religiosas, em particular atentados à bomba contra escolas femininas e propriedades de não muçulmanos.

Em termos políticos, durante este ano assistimos à queda do presidente Pervez Musharaff, depois de um longo braço-de-ferro com o Partido Popular do Paquistão (PPP), liderado por Asif Ali Zardari, o marido de Bhutto e a Liga Muçulmana do Paquistão-Nawaz (LMP-N), do anterior primeiro-ministro Nawaz Sharif.

Os dois partidos ganharam eleições parlamentares realizadas no dia 18 de Fevereiro. Pediram a destituição do presidente Musharaff, tendo acabado por conseguir a sua demissão em Agosto. Porém, a coabitação entre o PPP e a LMP-N provou ser difícil e o Governo de coligação e os seus ministros acabaram por usufruir de uma margem de manobra muito estreita para conseguirem agir.

Além do acordo com os Talibã na província fronteiriça do Noroeste, as acções do Governo tiveram outro grande impacto sobre a aplicação da lei quando foram libertados sessenta juizes presos por Musharraf durante o estado de emergência que ele próprio impôs, em Novembro de 2007. No entanto, esta ordem, assinada pelo primeiro-ministro Yusuf Raza Gilani, depois de ter tomado posse no dia 25 de Março, não resolveu a questão sobre o modo como reintegrar os juizes suspensos.

Do mesmo modo, o destino do Juiz Iftikhar Mohammed Chaudhry representou uma grande dor de cabeça para o Governo, uma vez que, do mesmo modo que Musharraf nutria uma grande antipatia por ele, o líder de PPP temia-o, já que Chaudhry poderia novamente vir a apresentar queixa contra ele após a sua reintegração.

A demissão de Musharaff conduziu à eleição de Zardari, no dia 6 de Setembro, enquanto décimo-primeiro presidente do Paquistão. As organizações da sociedade civil e os grupos humanitários ficaram pouco impressionados com a subida ao poder do marido da falecida Benazir Bhutto, devido às suas condenações em 1996 por acusações de corrupção, de assassinato e de tráfico de drogas. Ainda assim, Zardari conseguiu responder aos seus adversários e detractores ao conseguir unir o complexo mundo político do Paquistão em torno da luta contra o terrorismo.

Em Agosto e Setembro, os confrontos entre o Governo e extremistas islâmicos intensificaram-se no seguimento de uma ofensiva Talibã para tomar o controlo da parte norte do país. Islamabad respondeu com uma acção militar em larga escala, a qual por sua vez provocou uma nova onda de ataques por parte dos extremistas, tendo sido o mais sensacionalista de



entre estes o ataque à bomba, em 20 de Setembro, contra o Hotel Marriott, na capital do Paquistão.

As Secções b) e c) do Artigo 295º do Código Penal Religioso do Paquistão, mais conhecidas colectivamente como a lei da blasfémia, continuam a afectar negativamente as minorias religiosas do país, pois os grupos islâmicos radicais usam-nas para atacar os não muçulmanos e apresentar queixas contra eles, assim como também em ajustes de contas entre muçulmanos.

Nesta área, o Governo não foi além de declarações gerais sobre um aumento dos cuidados a ter face às ofensas. Não obstante, o novo gabinete formado depois de a LMP-N deixar o Governo, concedeu aos Assuntos Minoritários o estatuto de ministério. Um membro católico da Assembleia Nacional (MNA), Dr. Shababz Bhatti, que também encabeça a Aliança de Minorias de Todo o Paquistão (APMA) foi nomeado para o cargo. Tal como a *AsiaNews* relatou no dia 3 de Novembro, o novo ministro prestou juramento em nome do “oprimido, subjugado e marginalizado” povo do Paquistão. A sua nomeação foi uma notícia bem-vinda e fez crescer a esperança por entre as minorias religiosas do país, especialmente entre os cristãos.

Em Maio, quando era apenas uma figura de segundo plano no Parlamento, Bhatti tinha pedido ao Governo a libertação

imediate dos indivíduos detidos sob acusações infundadas de blasfémia, assim como a criação de novas regras para evitar os abusos dessa mesma lei.

### LEI DA BLASFÉMIA E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

A lei da blasfémia continua a ser o maior instrumento de discriminação no país, e os membros das minorias religiosas, especialmente os cristãos, são os mais afectados, embora os muçulmanos não estejam imunes. Não só ocorre que muitos muçulmanos usam a lei para atacar e acusar indiscriminadamente os cristãos, os hindus, os sikhs e os parsis, como a usam também para exercer pressão sobre as autoridades e intimidar outros indivíduos e em várias situações. Um caso que é de salientar entre muitos outros é o de Robin Sardar, um médico cristão que foi preso no dia 5 de Maio, na aldeia de Hafizabad.

Como relatou a *AsiaNews*, a polícia prendeu-o com base em acusações feitas por Muhammad Basir, um antigo empregado da clínica do médico, o qual fora despedido por não atender ao pedido do mesmo para que parasse com a propaganda religiosa dentro do estabelecimento médico.

Depois de perder o emprego, Basir declarou que ouvira Sardar insultar o profeta Maomé, uma acusação que valeu ao



pobre médico cinco meses de detenção na prisão central de Gujranwala, antes de ter sido exonerado de todas as acusações. Falando à *AsiaNews* no dia 3 de Novembro de 2008, o Dr. Sardar afirmou: Jesus “salvou-me [. . .] Eu agradeço a Deus pelo facto de ainda estar vivo e de boa saúde. Infelizmente, tenho de viver escondido, mudando de localização de vez em quando.”

Outro caso esclarecedor envolve um jovem jornalista muçulmano, Sayed Perwiz Kambakhsh, que foi condenado à morte. Este jovem de 23 anos foi acusado de distribuir panfletos que difamavam os princípios sagrados do Islão. Desde a sua detenção, em Outubro de 2007, Kambakhsh tem vindo a proclamar a sua inocência. Ainda assim, foi condenado à morte, em Janeiro de 2008. Mais tarde, o Supremo Tribunal Afegão concordou em ouvir um recurso para comutar a sentença para prisão perpétua.

A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), uma organização que representa 600 mil jornalistas de 120 países, descreveu o julgamento como sendo uma “farsa”, afirmando por diversas vezes que o jovem jornalista foi torturado na prisão.

Devido à deterioração do estado de saúde de Kambakhsh, a FIJ apelou directamente ao presidente afegão, Karzai, pedindo-lhe que acelerasse o processo de recurso – o qual tinha sido

adiado em várias ocasiões – na expectativa de que este fosse rápido e transparente.

Lamentavelmente, a polícia vira frequentemente a cara a abusos da lei da blasfémia, e por vezes está mesmo envolvida em tais situações. Foi este o caso de Jagdeesh Kumar, de 22 anos. Empregado numa fábrica de couros, foi a primeira vítima hindu da lei da blasfémia, tendo sido morto pelos seus colegas de trabalho muçulmanos no início de Abril. Numa entrevista ao jornal *Dawn* no dia 27 de Abril, a sua irmã, Rameshri, descreveu como o seu irmão foi morto no local de trabalho e o modo como a sua família teve de suportar o ostracismo desde a sua morte. Afirmou ainda que, embora os três trabalhadores que espancaram o seu irmão até à morte tenham sido presos, não foram acusados de assassinato mas sim de “falta de informação à polícia de que se estava a praticar a blasfémia”.

De acordo com estatísticas providenciadas pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica do Paquistão, centenas de pessoas foram presas desde que a lei da blasfémia foi introduzida em 1986, e cerca de vinte e cinco pessoas foram de facto assassinadas. O pior de tudo é que os que foram mortos não foram condenados e executados, mas sim espancados até à morte por extremistas religiosos, por



vezes mesmo enquanto se encontram sob custódia policial. Fontes locais afirmam que, até ao momento, 892 pessoas foram acusadas ao abrigo das provisões relativas à blasfémia que fazem parte do Código Penal, mas o número real é provavelmente bastante mais alto, pois os dados relativos a condenações efectuadas antes de 1995 não se encontram disponíveis.

### ATAQUES EXPLÍCITOS CONTRA CRISTÃOS

Além de muitos casos que envolvem acusações de blasfémia, os cristãos são também vítimas de ataques contra os seus lugares de culto, as suas instituições e enquanto indivíduos, especialmente em zonas tribais e em aldeias rurais. Um exemplo é o da Igreja de São Paulo, na aldeia de ‘Chak 77-RB’, ‘Lohekay’, aproximadamente a 30 km de Faisalabad, que foi atacada no dia 17 de Dezembro de 2008. Os atacantes queimaram uma bíblia e outros textos sagrados e deixaram uma carta a ameaçar os cristãos de que “irão arder no fogo do inferno” se não se converterem ao Islão.

O ataque não foi fortuito, tendo ocorrido imediatamente antes do Natal, uma altura simbolicamente importante. De acordo com um sacerdote local, o Padre Yagoob Yousaf, que chegou ao local do ataque logo depois da afronta, “esta é uma época

santa para todos os cristãos” e este tipo de incidentes cria “medo e é um acto realizado para perturbar os cristãos na época do Advento”.

A discriminação religiosa é maior na província fronteiriça do Noroeste. O acordo entre os extremistas islâmicos e o Governo sancionou formalmente um processo de talibanização que decorria já há alguns anos. A imposição da Sharia passou a dar aos tribunais islâmicos o poder absoluto naquela região.

Em Dezembro de 2008, a violência deflagrou em aproximadamente 60% da zona controlada pelos Talibãs do Vale de Swat, onde vive mais de um milhão de pessoas. Mais de 150 escolas foram destruídas, em particular escolas femininas. Nestas instituições, 95% das alunas são muçulmanas, embora as escolas sejam geridas principalmente por missionários e organizações cristãs. Agora, correm o risco de virem a ser encerradas.

Para as comunidades católicas e protestantes da região, cerca de 1.000 pessoas no total, o futuro parece ser muito incerto. Muitos deles são operários e varredores de ruas; alguns trabalham em hospitais e outros ensinam em escolas geridas pelas missões. Todos temem a discriminação e muitos começaram a fazer as malas para se mudarem para zonas onde a Sharia não seja imposta.





Desde o início do ano, os Talibãs têm perseguido tudo o que consideram ser anti-islâmico, como escolas, lojas que vendam vídeos e CDs, barbearias, assim como outras actividades públicas e empresariais.

### PERSEGUIÇÃO A XIITAS E AHMADIS

A discriminação religiosa não afecta só os não muçulmanos. Os xiitas e os *ahmadis* também se encontram entre as vítimas, especialmente estes últimos, pois são vistos como heréticos pelos sunitas.

No dia 18 de Janeiro, durante a primeira onda de ataques que varreu o país, um jovem de 15 anos fez-se explodir na grande mesquita xiita de Mirza Qasim Ali Imambargah, em Peshawar, capital da província fronteiriça do Noroeste.

No Paquistão, as rixas no seio do Islão são um perigo sempre presente, em particular no Norte. Embora as áreas públicas e os lugares de culto sejam especialmente vulneráveis a ataques, os territórios tribais transformaram-se na arena principal onde os confrontos têm lugar, com centenas de pessoas a serem mortas e a ficarem feridas.

Como foi relatado pela agência noticiosa DPA, nas duas primeiras semanas de Agosto, no começo de uma nova onda de

confrontos entre o exército paquistanês e os Talibãs, novos confrontos entre sunitas e xiitas no distrito tribal de Kurram, uma zona predominantemente xiita situada na fronteira com o Afeganistão, causaram quase 300 mortos.

A violência sectária, ainda que frequentemente expressa em termos de ortodoxia islâmica, está frequentemente enraizada numa luta de poder entre a maioria sunita e a minoria xiita.

Em 2008, os ataques com motivação religiosa aumentaram. Durante o mês muçulmano de Muharram (10 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 2008), quando os xiitas tomam parte em procissões por todo o país, o Governo destacou tropas adicionais para as áreas mais sensíveis.

Para os *ahmadis*, a situação é diferente. Cerca de três milhões têm por lar o Paquistão, principalmente no Punjab. Para os muçulmanos da corrente maioritária, eles são considerados heréticos porque não reconhecem Maomé como o último profeta. Permanentemente ostracizados, os *ahmadis* são alvos frequentes de acusações de blasfémia, por vezes com o apoio das autoridades.

Por exemplo, em Maio de 2008, o Governo paquistanês impediu que a comunidade *ahmadi* de Rabwa, uma das maiores no mundo, realizasse as celebrações centenárias da sua



grande festividade denominada *Jamaat Ahmadiyya Khilafat*, a qual comemora o nascimento da comunidade *ahmadi*. Nessa ocasião, a polícia colocou os promotores do evento sob prisão domiciliária e registou um Primeiro Relatório de Informação (PRI) contra toda a população da cidade. “Os agentes chegaram e proibiram-nos de desfilar, [de fazer] refeições comunitárias, [e] até mesmo de usar fogo-de-artifício. Isto não é mais do que a última [exemplo de] violação dos direitos humanos no Paquistão”, declarou à *AsiaNews* Saleem-ud-din, o porta-voz da comunidade.

Em 2008, *thepersecution.org*, uma publicação on-line que segue com atenção a perseguição à comunidade *ahmadi*, relatou mais de noventa casos de muçulmanos *ahmadi* que foram presos pela polícia por razões religiosas.

Tal como os cristãos e outras minorias religiosas, os *ahmadis* são acusados de blasfêmia, mas, no seu caso, as prisões são levadas a cabo com base nas Secções b) e c) do Artigo 298º do Código Penal do Paquistão, o qual identifica especificamente os *ahmadis* para lhes negar o direito de se considerarem muçulmanos, bem como o de pregar e de promover a sua fé em público. Na realidade, até mesmo a Constituição do Paquistão os descreve como não muçulmanos.

# SOMÁLIA

A situação interna na Somália deteriorou-se em 2008. Os confrontos entre tropas do Governo, reconhecido a nível internacional, e movimentos islamistas armados mataram centenas de pessoas e deram origem a milhares de refugiados.

A intervenção da Missão da União Africana para a Somália não produziu o efeito desejado.

Ocorreram também confrontos entre milícias islamistas armadas, entre as quais a moderada União dos Tribunais Islâmicos e a Al-Shabaab, sendo esta última considerada muito extremista e intransigente na implementação da Sharia em todo o território que se encontra sob o seu controlo.

Esta organização é responsável por grande parte da violência registada contra os cristãos e os muçulmanos convertidos ao Cristianismo, assim como contra muçulmanos moderados, constituindo estes a maioria dos Somalis, que tendem a aderir a uma forma do Islão inspirada pelas confrarias sufistas.

O assassinato de muçulmanos convertidos ao Cristianismo é uma das situações mais graves relatadas pelas agências internacionais.



## Católicos Baptizados

100

## Circunscrições Eclesiásticas

1

## Superfície

637.657

## População

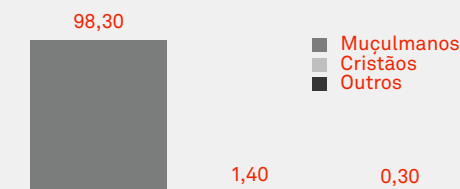
7.815.000

## Refugiados

901

## Desalojados

1.000.000





No dia 13 de Abril, um professor inglês de origem somali, Daud Hassan Alì, de 64 anos, e uma assistente de origem queniana, Rehana Ahmed, de 33 anos, foram assassinados, em Beledweyne (*Persecution.org*).

No dia 29 de Abril, David Abdulwahab, de 29 anos, foi assassinado em Baidewa (*Persecution.org*).

No dia 10 de Julho, Sayid Alì Sheik Luqman Hussein, de 28 anos, foi assassinado em Afgoye, por se recusar a orar virado para Meca. Ele afirmou que Deus estava em todo o lado (*Persecution.org*).

No dia 14 de Setembro, Ahmad Osman Nur, de 22 anos, foi morto em Afgoye (*Persecution.org*).

No dia 30 de Setembro, a única igreja católica em Kismayo, uma cidade controlada pela milícia Al-Shabaab, foi demolida com o fundamento de que nenhuma outra religião é permitida na terra do Islão.

Neste momento, não existe qualquer presença católica publicamente reconhecida na Somália.

As irmãs Caterina Giraudo e Maria Teresa Oliviero, duas religiosas católicas italianas do Movimento Contemplativo Missionário “Padre de Foucauld”, de Cuneo (Itália), foram sequestradas por homens armados no dia 9 de Novembro de 2008,

num raide realizado antes do nascer do dia (*Rádio Vaticano*, 9 de Novembro de 2008) e levadas para a Somália. As duas mulheres viviam em El-Wak, uma pequena vila fronteiriça no Nordeste do Quênia. Várias fontes acusaram militantes da Al-Shabaab do sequestro.

# VENEZUELA

Durante a sua visita *ad limina* a Roma, o Arcebispo Ubaldo Santana, presidente da Conferência Episcopal Venezuelana, expressou a sua preocupação ao Papa Bento XVI, pois acredita que o socialismo do século XXI provocou uma polarização política crescente, um aumento da violência, da insegurança e do ódio, colocando assim seriamente em risco a situação de harmonia democrática.

A reacção do presidente Chávez, no seu programa de televisão “Aló Presidente”, foi a de concluir que os bispos tinham tirado proveito desta ocasião para o acusar falsamente, perante o Papa, de ser um comunista. Por sua vez, o ministro do Interior e da Justiça, Tareck el Aissami, declarou que esperava que Deus perdoasse aos bispos, porque eles não sabem o que dizem<sup>1</sup>.

Outras figuras do Governo alegaram de modo semelhante que a Conferência Episcopal se transformou num partido político e que a hierarquia mais elevada da Igreja está a defender os interesses daqueles que “no passado disparavam contra o povo”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Villa, Carmen Elena. (19 de Junho de 2009). Evangelizar Venezuela, según el presidente de la Conferencia Episcopal. *Zenit*. Retirado de <http://www.zenit.org/article-31622?l=spanish>

<sup>2</sup> Obelmejías, Yolimer y Espinoza, Ocarina. El Aissami califica como acto de "inmoralidad" posición de la Conferencia Episcopal. *El Universal*. (10 de Abril de 2009) Retirado de <http://www.eluniversal.com>



## Católicos Baptizados

23.526.000

## Circunscrições Eclesiásticas

39

## Superfície

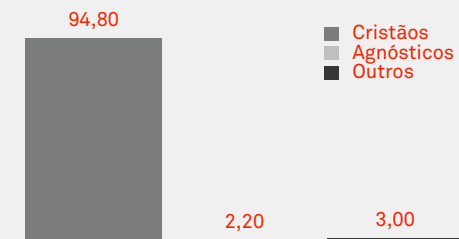
912.050

## População

27.030.000

## Refugiados

200.907





O próprio Chávez acusou a Igreja Católica de conspirar contra o Governo em conjunto com os EUA, de planejar um golpe de estado contra si próprio e até mesmo de fazer parte de um plano para o assassinar.

Ocorreram ainda ataques contra a Igreja por parte de grupos apoiantes de Chávez, sendo que o Governo não fez qualquer diligência para encontrar os responsáveis. Em Janeiro, uma organização auto-denominada *La Piedrita* lançou latas de gás lacrimogéneo contra a casa do núncio apostólico – o sexto ataque deste género ocorrido no último ano. Os assaltantes deixaram para trás panfletos a insultar os líderes católicos que tinham criticado o presidente. Acredita-se que o ataque foi devido ao facto de a nunciatura ter concedido asilo a membros da oposição e a um estudante e activista<sup>3</sup>.

A nova legislação da educação, promulgada no dia 15 de Agosto, substitui a anterior legislação do sector, a qual, no Artigo 50º, previa expressamente a possibilidade de as crianças receberem educação religiosa nas escolas públicas. A lei declarava: “A educação religiosa pode ser proporcionada a alunos até ao sexto ano do ensino básico, desde que os seus pais ou encarregados de educação assim o requeiram. Neste

caso, serão concedidas duas horas por semana durante o horário escolar”.

A nova lei não faz absolutamente nenhuma menção à educação religiosa e declara ao invés que a tarefa da educação pertence principalmente ao Estado e que o seu objectivo é providenciar uma educação secular. Deste modo a educação religiosa será limitada à habitação familiar.

A lei contém também uma proibição de ensinar qualquer conteúdo que possa ser considerado contrário à soberania nacional, um conceito que é de tal modo ambíguo que pode dar origem a decisões arbitrárias sobre quem pode ensinar nas escolas e quem não pode.

Ainda de acordo com esta nova legislação, aqueles que, em conjunto, são responsáveis pela educação das crianças são definidos como as famílias, as organizações comunitárias do *Poder Popular*, o Estado e a *comunidad educativa*, sendo esta última uma entidade algo difusa, composta por pais, alunos, professores e outro pessoal das escolas e dos centros de ensino, e porta-vozes das organizações comunitárias.

A lei define também sanções específicas no caso do não-cumprimento. Assim, numa das suas providências transitórias, autoriza o ministro da educação a encerrar ou reorganizar

---

<sup>3</sup> Relatório Anual da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos E.U.A., Maio de 2009



estabelecimentos de ensino privados que não obedecem aos princípios definidos pela própria lei. Aos indivíduos assim sancionados não será permitido ensinar ou exercer funções enquanto administradores em estabelecimentos de ensino por um período que pode ir até dez anos.

Embora a legislação não proíba abertamente a educação religiosa, muitas pessoas temem que este seja um dos objectivos desta provisão. E a razão é a seguinte: não existe nenhuma definição ou explicação sobre o papel daqueles que estão envolvidos na educação, nem qualquer menção sobre o modo como irão financiar e manter os estabelecimentos de ensino pertinentes; apenas se menciona a formação religiosa no seio do círculo familiar, e a possibilidade de que o Estado possa financiar estabelecimentos privados que ofereçam um ensino gratuito e de alta qualidade é efectivamente eliminada. Este apoio estava formalmente estabelecido na legislação anterior. De modo geral, os governos anteriores apoiaram escolas católicas que proporcionam ensino gratuito, como é o caso do grupo *Fe y Alegría*<sup>4</sup>.

Anteriormente, o ministro do Interior e da Justiça subsidiava habitualmente grupos religiosos que gerem programas de ensino

e sociais. Historicamente, estes subsídios foram atribuídos a organizações católicas. Mas, nos últimos anos, assistiu-se à redução dos mesmos, sendo que, simultaneamente, foram atribuídos mais recursos a programas sociais geridos pelo Estado<sup>5</sup>.

No seguimento de várias declarações feitas por figuras do Governo, que deram a entender que a educação religiosa não iria continuar nas escolas públicas ou privadas, a Conferência Episcopal Venezuelana emitiu uma declaração em Julho intitulada “A educação é tarefa de todos”, na qual pediam que a nova lei tivesse em conta a dimensão religiosa do indivíduo e continuasse a incluir a educação religiosa dentro do horário escolar, de acordo com os diferentes credos dos indivíduos e dentro do enquadramento da Constituição<sup>6</sup>.

Posteriormente, o Cardeal Jorge Urosa Savino emitiu uma carta pastoral intitulada “Não se pode tirar Deus das escolas” (*No se puede sacar a Dios de las escuelas*), que foi lida em todas as

---

<sup>4</sup> Carvajal, Leonardo y Pantin, Fifi. Lo positivo y lo negativo de la Ley de Educación. *El Universal*. (7 de Agosto de 2009) Retirado de <http://www.eluniversal.com>

---

<sup>5</sup> Relatório Anual da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos E.U.A., Maio de 2009

<sup>6</sup> Conferência Episcopal da Venezuela. La educación es tarea de todos. (10 de Julho de 2009). Retirado de [www.cev.org](http://www.cev.org)



igrejas de Caracas. Nela defende a educação religiosa como um direito fundamental e apela a todos para o defenderem<sup>7</sup>.

O presidente Chávez respondeu a esta carta apelidando o Cardeal de ridículo e afirmando que Deus está omnipresente, em especial entre os pobres. Este Governo, afirmou, estava a percorrer o caminho de Deus ao lado dos pobres. Enquanto que os bispos, embora não todos, estavam do lado dos ricos, traíndo Cristo... O Cardeal tinha removido Cristo do seu coração....<sup>8</sup>

O ministro da Educação, por contraste, tentou acalmar a opinião pública negando que a promulgação da nova lei significasse o fim da educação religiosa. “O que irá desaparecer é a legislação de educação existente, que destinava duas horas por semana para a educação religiosa o que, na prática, era equivalente à educação católica, de tal modo que as crianças que professavam outras religiões estavam a ser deixadas de

fora e eram assim alvo de marginalização”, explicou Héctor Navarro<sup>9</sup>.

No dia 1 de Setembro, no jornal diário *El diario de Caracas* surgiu um artigo intitulado *El error administrativo del cardenal* (o deslize administrativo do cardeal), que reproduzia uma carta que se dizia provir do Cardeal Jorge Urosa Savino, o Arcebispo de Caracas. De acordo com esta carta, demonstrava-se que ele tinha expressado ideias defendendo uma hierarquia de classes e noções exclusivistas sobre a educação. O Cardeal negou, porém, alguma vez ter sido o autor desta carta e declarou que se tratava de uma tentativa para o desacreditar<sup>10</sup>.

## OUTROS CRISTÃOS

O Governo tem obstruído a actividade missionária no país, ao aumentar o número de recusas na atribuição de novos vistos para missionários estrangeiros que procuram entrar no país e também ao reduzir o número de renovações de vistos con-

---

<sup>7</sup> Cardeal Jorge Urosa Savino, Arcebispo de Caracas; Monsenhor Saúl Figueroa Albornoz, Monsenhor Luis Tineo Rivera; Monsenhor Jesús González de Zárate, bispos auxiliares; Monsenhor Fernando Castro Aguayo, bispo auxiliar eleito. No se puede sacar a Dios de las escuelas. *Zenit*. (18 de Agosto de 2009) Retirado de <http://www.zenit.org/article-32136?l=spanish>

<sup>8</sup> Chávez calificó de "ridículo" al cardenal Urosa por criticar Ley de Educación. *El Universal*. (16 de Agosto de 2009). Retirado de <http://www.eluniversal.com>

---

<sup>9</sup> La escuela privada no se encuentra en peligro. *El Universal*. (17 de Agosto de 2009). Retirado de [www.eluniversal.com](http://www.eluniversal.com)

<sup>10</sup> Cardenal venezolano desmiente declaración sobre educación. *Zenit*. (8 de Setembro de 2009). Retirado de <http://www.zenit.org>





cedidas. Isto foi especialmente evidente no caso de grupos religiosos sediados nos EUA<sup>11</sup>.

## JUDEUS

Hugo Chávez tem tido igualmente graves problemas com a comunidade judaica. Há já vários anos que o presidente tem vindo a fazer declarações anti-semíticas nos meios de comunicação social, declarações através das quais tenta dar a impressão ao povo Venezuelano de que os ataques contra a comunidade judaica não são assim tão graves.

No dia 30 de Janeiro deste ano, um grupo de homens mascarados conseguiu subjugar os guardas e entrar na sinagoga Tiferet Israel em Caracas, onde atiraram ao chão os rolos da Torah, roubaram computadores que continham informação pessoal sobre a congregação e pintaram grafitis nas paredes, incluindo slogans como “Morte a todos” e “Judeus, daqui para fora!”. Alguns dias antes, nesse mesmo mês, esta sinagoga tinha já sido alvo de vândalos que tinham pintado grafitis que diziam “Propriedade do Islão”<sup>12</sup>. A polícia apanhou os autores e foi mais tarde reivindicado que tinha sido um acto de roubo

de computadores, mascarado para se parecer com um ataque anti-semítico. Embora o presidente Chávez tivesse condenado o incidente e os seus ministros dos Negócios Estrangeiros e das Comunicações se tivessem encontrado com os líderes da comunidade judaica, não conseguiram convencer toda a gente nem restabelecer um sentimento de segurança.

Um mês depois deste incidente, uma pequena granada foi lançada para o interior da sinagoga Beth Shmuel. Não houve feridos e, desde então, as instituições judaicas recebem protecção policial. Além disto, um rabino foi atacado na rua, outro foi ameaçado de morte e outros foram também alvo de agressões verbais. Lojas de judeus foram pintadas com grafitis e surgiram petições para boicote a lojas geridas por judeus.

O sentimento de insegurança fez com que muitos judeus deixassem o país. Quando Chávez chegou ao poder, em 1998, havia 22 mil judeus na Venezuela. Actualmente, por contraste, calcula-se que haja entre 10 mil e 15 mil<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Relatório Anual da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos E.U.A., Maio de 2009

<sup>12</sup> Relatório Anual da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos E.U.A., Maio de 2009

<sup>13</sup> Relatório Anual da Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional dos E.U.A., Maio de 2009

# VIETNAME

No Vietname, existem leis específicas sobre as actividades religiosas e que regulam a liberdade religiosa. Apesar do desenvolvimento económico do país e da admissão à Organização Mundial do Comércio (2006), a situação relativa às religiões não melhorou muito. Uma cultura de enriquecimento está neste momento a emergir e a criar novos problemas.

A corrupção espalha-se agora pelo país à medida que as autoridades locais começam a comportar-se como se estivessem acima da lei. Para ganho pessoal e ilegal, muitos funcionários têm-se apoderado de terrenos cultiváveis ou então compram-nos baratos para os revenderem com elevados lucros a empreendedores que estão a construir hotéis, restaurantes e clubes nocturnos. O resultado, na prática, é que os agricultores são forçados a deixar as suas terras.

As propriedades da Igreja, sejam as que foram confiscadas no passado para se tornarem “propriedade do povo” ou as que ainda se encontram nas mãos da Igreja e das comunidades religiosas, não foram poupadas a tal ganância.

De seguida são relatados vários episódios que tipificam tais injustiças, incluindo a manipulação dos meios de comunicação social e os incentivos à violência, e que ocorreram em 2008.



## Católicos Baptizados

5.990.000

## Superfície

331.689

## População

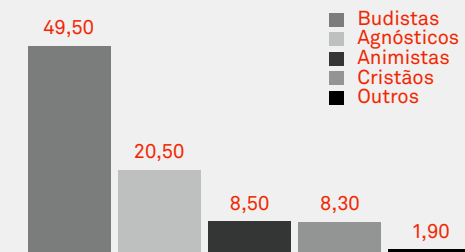
84.110.000

## Refugiados

2.357

## Desalojados

26





## CATÓLICOS

### **Antiga Nunciatura de Hanói**

De 18 de Dezembro de 2007 até 1 de Fevereiro de 2008, milhares de católicos vietnamitas protestaram em vigílias de oração diárias em frente à antiga Nunciatura de Hanói, pedindo que o Governo permitisse que a Igreja a voltasse a utilizar.

Os Comunistas tinham confiscado o edifício em 1959 mas, recentemente, as autoridades municipais pensaram em vender a estrutura a interesses privados que a queriam transformar num restaurante-bar e clube nocturno.

Segundo a lei vietnamita, as propriedades confiscadas no passado e que já não têm nenhuma utilidade pública devem ser devolvidas aos seus donos originais. Tal não aconteceu neste caso.

No dia 25 de Janeiro, a polícia começou a movimentar-se contra os manifestantes, espancando-os. Uma mulher que quis colocar flores em frente da estátua de Nossa Senhora na antiga Nunciatura foi apanhada no meio desta confusão.

No dia seguinte, o Comité Popular de Hanói proibiu as vigílias e emitiu um ultimato, ordenando aos manifestantes que abandonassem o local.

Rapidamente, os meios de comunicação social estatais iniciaram uma campanha contra os católicos, descrevendo-os como um “grupo de ingratos” que usa a liberdade religiosa para se manifestarem contra o Governo. Acusaram-nos também de atacar a polícia (*asianews.it*, 28 de Janeiro de 2008).

No dia 1 de Fevereiro, o Monsenhor Joseph Ngo Quang Kiet, Arcebispo de Hanói, disse aos crentes que “graças ao Papa”, o Governo tinha mudado de ideias e decidira conceder à Igreja Vietnamita o direito de usar a antiga Nunciatura (*asianews.it*, 2 de Fevereiro de 2008).

No entanto, no dia 19 de Setembro, as autoridades enviaram *bulldozers* e escavadoras para o local com o objectivo de demolir o edifício, levando o bispo a escrever uma carta de protesto à Câmara Municipal. Nesta carta, o prelado lembrou ao Governo que tinha prometido devolver a propriedade à diocese (uma promessa feita também ao Vaticano durante uma visita ao Vietname por parte de uma delegação da Santa Sé, visita essa que teve lugar em Junho). Ele pediu às autoridades que interrompessem a demolição, protestando contra a campanha de desinformação que estava a ser levada a cabo pelos meios de comunicação social, assim como contra os violentos ataques perpetrados contra a Igreja (*asianews.it*, 19 de Setembro de 2008).



No dia 17 de Outubro, o Presidente da Câmara de Hanói declarou que as autoridades iriam processar os padres e os leigos envolvidos nas manifestações relativas à antiga Delegação Apostólica e à propriedade da paróquia de Thai Ha (ver abaixo). Solicitou também a transferência do Arcebispo da cidade, Monsenhor Joseph Ngo Quang Kiet (*asianews.it*, 17 de Outubro de 2008).

Como parte da sua campanha, as autoridades colocaram câmaras em redor da residência do bispo e passaram a monitorizar os telefonemas feitos de e para o edifício. Organizaram também tumultuosas contra-manifestações contra o arcebispo, com insultos e ameaças, de modo a intimidá-lo e a forçá-lo a retirar-se do cargo, ou forçar a hierarquia da Igreja a removê-lo.

Os líderes de Hanói tentaram também instigar uma “batalha religiosa” fazendo com que a Igreja Budista do Vietname (IBV), patrocinada pelo Estado, se juntasse à disputa ao reivindicar a propriedade dos terrenos onde a antiga Nunciatura tinha sido erguida (*asianews.it*, 22 de Fevereiro de 2008).

De acordo com um sacerdote de Hanói, o Padre Joseph Nguyen, “à excepção do forte apoio do Governo, o Venerável Hau [da IBV] não tem nada que prove o que afirma. Pelo contrário, nós temos todos os registos de propriedade relativos ao terreno”.

Para o sacerdote, este caso parece ser “uma nova fase na difícil batalha dos Católicos para reaverem o edifício” (*ibidem*).

Por sua vez, a Igreja Budista Unificada do Vietname (IBUV) apoiou a comunidade católica de Hanói. Numa entrevista à BBC, o Venerável Thich Khong Tanh, da IBUV, pôs em causa a reivindicação feita pela IBV pro-governamental de que era a proprietária legítima da zona da antiga Delegação Apostólica, da residência do bispo e da Catedral de São José (*asianews.it*, 29 de Fevereiro de 2008).

Por fim, o Governo decidiu transformar a totalidade daquela área num parque público.

### PARÓQUIA DE THAI HA (HANÓI)

Quase ao mesmo tempo que a antiga Nunciatura da capital se transformava numa questão polémica, os católicos em Thai Ha, um bairro nos arredores de Hanói, iniciaram, no dia 6 de Janeiro, uma campanha para recuperar os terrenos expropriados anos antes pelo Estado.

Ao longo do tempo, as autoridades locais confiscaram a maioria das propriedades da Igreja pertencentes à paróquia, que passaram de 60.000 m<sup>2</sup> a 2.700 m<sup>2</sup>. O velho convento foi transformado no Hospital Don Da e o resto dos terrenos foi



entregue a várias empresas públicas ou a funcionários do Governo.

A paróquia de Thai Ha é gerida por padres redentoristas. Eles possuem os títulos das propriedades, os quais nunca cederam a ninguém.

De acordo com a Directiva Governamental N° 379/TTg, os locais de culto confiscados pelas autoridades devem ser devolvidos às Igrejas ou aos seus proprietários quando o seu uso já não é justificado. Segundo o Decreto-Lei N° 26/1999/ND-CP, as propriedades das Igrejas são detidas pelo Estado, que tem a responsabilidade de as proteger enquanto locais de culto. A Disposição N° 21/2004/PL-UBTVQH11, de 18 de Junho de 2004, afirma que as propriedades detidas por organizações religiosas se encontram protegidas ao abrigo da lei e que os direitos dessas organizações religiosas não podem ser violados. Mesmo assim, em Thai Ha, as autoridades locais continuam a extorquir terrenos à paróquia sem grande intervenção por parte do Governo central (*asianews.it*, 8 de Janeiro de 2008).

Quando as comunidades redentoristas do país se começaram a mobilizar, realizaram-se manifestações de oração por todo o país em defesa de Thai Ha, incluindo na cidade de Ho Chi Minh, e isto pela primeira vez desde 1975 (12 de Janeiro de 2008).

Durante meses, as manifestações e as reivindicações sucederam-se. O Governo reagiu lançando uma campanha nos meios de comunicação social contra os redentoristas e contra os católicos de Thai Ha, acusando-os de tentarem perturbar a ordem pública e de destruir propriedade pública (28 de Agosto de 2008). Foram apresentadas declarações falsas por impostores para provar que as propriedades em causa pertencem ao Estado (ver *asianews.it*, 18 de Setembro de 2008).

Em várias ocasiões a polícia interveio e prendeu alguns dos crentes católicos (ver *asianews.it*, 28 de Agosto de 2008). Nos dias 19 e 21 de Setembro, centenas de delinquentes atacaram-nos e espancaram-nos, destruindo altares, capelas e estátuas de Nossa Senhora pertencentes a paroquianos e que eram utilizadas para as suas orações ao ar livre, tudo isto perante a polícia, a qual se limitou a observar.

“Os atacantes gritavam *slogans*, pedindo o assassinato do Arcebispo e do Superior de Thai Ha, o Padre Matthew Vu Khoi Phung”, segundo declararam os redentoristas (ver *asianews.it*, 22 de Setembro de 2008).

Em resposta a tal violência, os bispos de Haiphong, Thai Binh, cidade de Ho Chi Minh e de outras cidades, expressaram a sua solidariedade à Arquidiocese de Hanói.



No dia 9 de Outubro, e de forma apressada, o Governo inaugurou um novo parque público nos terrenos pertencentes à paróquia de Thai Ha. As autoridades locais informaram os redentoristas que o esgoto iria atravessar a Capela de São Gerardo, a mesma que alguns delinquentes tinham saqueado e destruído parcialmente no dia 21 de Setembro (*asianews.it*, 9 de Outubro de 2008).

Muito embora o caso pareça estar encerrado, depois de o Governo se ter recusado a devolver a propriedade aos redentoristas, alguns delinquentes levaram a cabo um outro ataque, no dia 15 de Novembro, à Capela de São Gerardo, naquilo que, para os crentes, se trata apenas de mais um exemplo de intimidação (*asianews.it*, 17 de Novembro de 2008).

No dia 8 de Dezembro, oito católicos de Thai Ha foram a julgamento por causarem “distúrbios” e “danos em propriedade do Estado”. No entanto, tudo o que fizeram foi participar em vigílias de oração organizadas pela paróquia de Thai Ha para pedirem a devolução dos terrenos da Igreja, depois de as autoridades municipais deles se terem apropriado ilegalmente.

Os oito católicos declararam-se inocentes, mas sete de entre eles acabaram por ser condenados a entre doze a quinze meses de prisão; um deles foi libertado apenas com uma advertência. Antes do julgamento, foi-lhes negado o apoio de

um advogado. Durante o julgamento, a polícia usou bastões e cães para conter cerca de 2 mil fiéis que queriam assistir ao julgamento (ver *asianews.it*, 8 de Dezembro de 2008).

Nguyen The Thao, presidente do Comité Popular de Hanói, escreveu ao presidente do Conselho Episcopal do Vietname, Monsenhor Peter Nguyen Van Nhon, e ao Superior Provincial Redentorista, o Padre Vincent Nguyen Trung Thanh, pedindo-lhes que afastassem os redentoristas de Hanói (*asianews.it*, 16 de Dezembro de 2008).

### CONVENTO DE VINH LONG

No dia 12 de Dezembro de 2008, o Convento de São Paulo, em Vinh Long, que costumava ser gerido pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, foi demolido e substituído por um parque público. Inicialmente, ia ser construído um hotel de cinco estrelas no seu lugar, mas protestos por parte das religiosas, que sabiam desde Maio de 2008 que um hotel ali iria ser construído, forçaram o Governo a alterar a sua decisão. Também nesta ocasião, foi lançada uma campanha nos meios de comunicação social contra as religiosas, sendo estas acusadas de “tirarem partido da liberdade religiosa para inspirar protestos contra a República Socialista do Vietname e assim prejudicar a unidade popular”.



## BUDISTAS

Para os budistas do Vietname, 2008 foi um ano particularmente duro, com um novo conjunto de medidas repressivas a acrescentar às tradicionais restrições do Governo.

Banida em 1981, a maior e a mais perseguida organização budista do país Banida em 1981, a Igreja Budista Unificada do Vietname (IBUV) é a maior... Porém, mesmo a Igreja Budista do Vietname (IBV), um grupo criado pelas autoridades como sendo a única organização budista oficialmente reconhecida, sofreu episódios de violência. Tal tratamento foi normalmente infligido sempre que membros destas comunidades se envolveram em questões como a confiscação de terrenos ou a ausência de democracia.

## CONFISCAÇÃO DO PAGODE DE GIAC HAI

Segundo relatou a IBUV, as autoridades ocuparam o pagode de Giac Hai (província de Di Lam Dong, Sul do Vietname) no dia 5 de Maio de 2008. A polícia e funcionários do Governo requisitaram o edifício para ser o local das celebrações internacionais do Vesak, o aniversário de Buda, marcado para os dias 13 a 17 de Maio. Por esta ocasião, deslocaram-se ao Vietname cerca de cem delegações budistas. Esta situação

permitiu ao Governo projectar uma imagem de liberdade às custas de uma comunidade budista que considera estar à margem da lei.

Dois monges da IBUV que trabalhavam no pagode foram interrogados por serem considerados membros de uma “organização ilegal”, por participarem em “actividades políticas” e por “perturbação da ordem pública” (*asianews.it*, 5 de Maio de 2008).

## MONGE BUDISTA DESAPARECE

No início de Julho, Tim Sakhorn, um pacífico monge budista e um activista dos direitos humanos, desapareceu da sua cidade natal de An Giang. Fora libertado no dia 28 Junho depois de ter passado um ano na prisão.

Nascido no Vietname, Tim Sakhorn vivia no Camboja desde 1978, país onde lhe tinha sido concedida cidadania. Em 2002 o orçamento, O Supremo Patriarca Budista do Camboja, Tap Vong, designou-o abade do Pagode do Norte de Phnom Den, na província de Takeo. Enquanto abade, lutou sempre pelos direitos da minoria Khmer Krom e deu hospitalidade a migrantes e exilados do Vietname.



Foi detido no dia 30 de Junho de 2007, no Camboja, por “pôr em risco as relações entre o Camboja e o Vietname” e foi imediatamente extraditado para o Vietname, isto apesar de ter cidadania cambojana. No dia 8 de Novembro, um tribunal na província de An Giang condenou-o a um ano de prisão por “ataque à unidade nacional”. Durante o julgamento, foi-lhe negado o direito a um advogado.

Nos meses que precederam a sua detenção, agricultores e monges Khmer Krom levaram a cabo protestos pacíficos contra a confiscação dos seus terrenos e exigiram a libertação de cinco monges presos no Vietname em Fevereiro de 2007, depois de uma manifestação em Soc Trang (ver *asianews.it*, 3 de Julho de 2008).

## REPRESSÃO EM FUNERAIS

Depois de muitos meses doente, o patriarca da IBUV, Thich Huyen Quang, faleceu no dia 5 de Julho. Tinha 87 anos e passara metade da sua vida na prisão, no exílio ou sob prisão domiciliária. Liderou a IBUV durante dezasseis anos, durante os quais se tornou um símbolo muito respeitado da luta não violenta pela liberdade religiosa e pelos direitos humanos no Vietname.

“O desenvolvimento económico do Vietname trouxe consigo algumas melhorias mas, ao mesmo tempo, o nível de pobreza aumentou. Não só existe um fosso entre ricos e pobres, como também entre os que governam e os que são governados”, escreveu Thich Huyen Quang na mensagem que marcou o aniversário de Buda, em Maio de 2007.

“As políticas do Vietname produziram um ‘país rico com uma população pobre’; exactamente o oposto da prosperidade que os *slogans* do Governo reivindicam. [. . .] Em termos de liberdades humanas, não temos nada – todas as liberdades e os direitos básicos são negados. As comunidades religiosas não podem agir livremente e, em resultado disso, os problemas sociais são persistentes e crescentes. É impossível levar o esclarecimento a locais onde predominam a pobreza e a falta de liberdade”.

O Governo central fez tudo ao seu alcance para boicotar o funeral, afirmando que este estava a ser transformado num caso político. As autoridades proibiram os membros das comunidades budistas do país de se deslocarem ao evento; tentaram também manter afastado um grupo de activistas dos direitos humanos. A polícia controlou a cerimónia de muito perto e conseguiu impedir as comunicações via telemóvel.





O funeral, com a duração de duas horas, foi realizado no Mosteiro de Nguyen Thieu, em Binh Dinh (Vietname central), com a presença de cerca de 6 mil pessoas. O reconhecido sucessor do patriarca, Thich Quang Do, presidiu à cerimónia (ver *asianews.it*, 11 de Julho de 2008)

Um outro funeral, o de Hong Minh Chinh, de 85 anos, foi também perturbado, com muitas pessoas a não poderem assistir. Hong morreu no dia 7 de Fevereiro e o seu funeral foi realizado em Hanói no dia 16 de Fevereiro. Entre a multidão das cerca de 500 pessoas presentes no funeral, havia agentes da policia a filmar e a verificar quem estava presente. O funeral foi conduzido de acordo com o ritual budista, uma vez que, já no final da sua vida, final da sua vida, Hong se convertera à IBUV, a qual recusa o controlo estatal.

Enquanto jovem, Hong combatera o colonialismo francês e passara algum tempo na prisão. Com o estabelecimento de um regime comunista no Vietname do Norte, entrou para o Partido Comunista e foi estudar na União Soviética. Viria a ocupar o cargo de director do Instituto Marxista-Leninista, em Hanói, até 1967.

Nessa altura, caiu em desgraça no Partido devido à sua oposição à invasão do Vietname do Sul por parte do Norte, e também por causa de um ensaio que escreveu contra o dogmatismo

do Partido. Acabaria por passar onze anos na prisão (1967-1972 e 1981-1987). Durante o resto do tempo esteve sob prisão domiciliária.

Em 1993, escreveu uma carta aberta na qual pedia ao Partido que garantisse a democracia e um Governo baseado no cumprimento da lei.

Em 2005, foi-lhe permitido viajar para os EUA para fazer um tratamento ao cancro, mas foi muito criticado assim que voltou por causa de um discurso sobre o Vietname que proferiu no Congresso dos EUA.

No dia 8 de Abril de 2006, assinou o “8406”, um manifesto *on-line* criado por activistas pró-democracia (ver *asianews.it*, 16 de Fevereiro de 2008).

## MONTAGNARDS

As minorias étnicas do norte e centro do Vietname têm vindo a ser alvo de discriminação e de violência há décadas devido a alegações de terem colaborado com os EUA durante a guerra do Vietname. Do mesmo modo, pressões económicas levaram a que terrenos dos *montagnards* fossem confiscados e a que estes fossem violentamente afastados da sua pátria tradicional. Como a maioria é católica ou protestante,



a perseguição social adquiriu um carácter religioso. As igrejas são vistas como locais para organização e para o aumento da consciencialização.

## LANG SON

Na diocese de Lang Son (Norte do Vietname, perto da fronteira com a China), cerca de 6 mil católicos estão sujeitos a restrições e a discriminação no trabalho. Um católico que pertence ao grupo étnico H'mong declarou: “Nós não ousamos afirmar que somos católicos porque a autoridade local suspeita de nós” e “ameaçou colocar-nos na prisão” (ver *AsiaNews*, 5 de Janeiro de 2008).

“Quando procuramos trabalho na província de Lang Son, não dizemos que somos católicos ou protestantes”, declarou um jovem, porque “caso contrário, eles não nos contratam. Claro que está fora de questão sequer pensarmos que podemos vir a trabalhar para o Governo. O nosso futuro e o futuro dos nossos filhos é sombrio e incerto”.

“Por várias vezes, o Governo declarou que iria alterar as leis sobre as questões religiosas, mas a nossa realidade está longe de tal sonho. Se um *montagnard* tomar parte em qualquer actividade religiosa, ele ou ela enfrentará enormes problemas. Para as autoridades locais, a religião é ainda um tabu”.

Apenas um católico local em cada dois pode ir à igreja. Pela altura do Natal de 2007, houve uma perseguição generalizada por toda a província. No dia 24 de Dezembro, a polícia atacou um grupo de oração numa habitação privada na aldeia de Co Noi. Um jovem de uma província vizinha foi brutalmente espancado e levado, acusado de ser um criminoso. Foi libertado depois de um protesto em massa na aldeia.

Um padre da diocese de Son Tay, o Padre Joseph Nguyen Trung Thoai, foi preso para o impedirem de celebrar a Missa de Natal no dia 25 de Dezembro. A polícia libertou-o depois de residentes da aldeia de Co Noi se terem manifestado em sua defesa.

Na aldeia de Muong La, católicos encontraram-se para uma oração de Natal numa habitação privada, mas a polícia não permitiu que ninguém de fora da aldeia tomasse parte. Um grupo de *montagnards* que percorrera 40 km a pé desde Truong An para assistir à missa em Muong La foi forçado a regressar (*ibidem*).

## IA GRAI

No passado dia 6 de Fevereiro, *montagnards* católicos em Ia Grai, nas terras altas do centro do Vietname, foram impedidos de celebrar missa em honra do começo do novo ano lunar



(Tet). O Comité Popular local proibiu-os explicitamente de realizarem qualquer festividade.

O presidente do Comité, Bui Minh Son, declarou que, uma vez que o Tet não é um dia de festividade católica, os católicos não tinham direito a realizar qualquer missa. Ameaçou os padres e os devotos que, caso prosseguissem com qualquer celebração, os iria processar.

Numa petição dirigida ao próprio Son, os católicos de la Grai referiram que celebram tradicionalmente o primeiro dia do novo ano com uma missa dedicada a Cristo e à Virgem. Nesta ocasião, os crentes celebram a eucaristia ou executam outros rituais, trocando votos de Feliz Ano Novo com a bênção dos seus sacerdotes.

O presidente do Comité Popular respondeu dizendo que o Tet não era uma festividade católica e que a celebração da missa violava a lei e os regulamentos do Estado sobre religião.

Tomando por base o Regulamento N° 34/UBND-DTTG, datado de 4 de Fevereiro, ordenou à polícia que prendesse quem quer que fosse que celebrasse o Tet numa cerimónia católica.

# FUNDAÇÃO AIS

## AO SERVIÇO DA IGREJA

A AIS depende directamente da Santa Sé e, a pedido do Santo Padre, ajuda os cristãos onde quer que eles se encontrem perseguidos, refugiados ou ameaçados.

Para além da sede na Alemanha existem secretariados em 17 países espalhados pela Europa, América e Austrália. Anualmente chegam à sede central quase 10 mil projectos com pedidos de ajuda vindos de todo o mundo. Missionários, sacerdotes, leigos, religiosas e catequistas dependem do apoio da AIS para subsistirem e poderem levar uma mensagem de esperança aos que mais precisam.

Em Portugal, a Fundação AIS começou em 1995, com a abertura de um pequeno secretariado em Lisboa e, mais tarde, uma casa em Fátima. Desde o início, a Fundação procurou estar atenta ao mundo lusófono e às carências específicas da Igreja nestes territórios irmãos.

Para mais informações, contacte a Fundação AIS e ser-lhe-á enviada documentação gratuita.



FUNDAÇÃO AIS

ORGANIZAÇÃO DEPENDENTE DA SANTA SÉ

Rua Professor Orlando Ribeiro, 5 D, 1600-796 LISBOA

Tel 21 754 40 00 • Fax 21 754 40 01 • NIF 505 152 304

fundacao-ais@fundacao-ais.pt • www.fundacao-ais.pt